

RESOLUÇÃO Nº 28/REIT - CEPEX/IFRO, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Campus Jaru.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Estatuto e, considerando o Processo nº 23243.010445/2017-05, considerando ainda a aprovação unânime do Cepex na 9ª Reunião Ordinária, em 30/10/2017;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Campus Jaru, anexo a esta Resolução.

Art. 2º Este Projeto Pedagógico tem validade para os alunos ingressantes desde o primeiro semestre de 2017.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

UBERLANDO TIBURTINO LEITE

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.



Documento assinado eletronicamente por **Uberlando Tiburtino Leite, Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**, em 23/11/2017, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0111750** e o código CRC **6062BB2A**.

ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 28, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

**PPC TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE/SUBSEQUENTE -
CAMPUS JARU - [LINK - 0111748](#)**



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO
TRABALHO CONCOMITANTE/SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO
CAMPUS JARU**

Aprovado pela Resolução nº 28/CEPEX/IFRO/2017

Jaru/RO - 2017.



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO
CONCOMITANTE/SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO
CAMPUS JARU**

Comissão Responsável pela Elaboração do PPC:

Portarias Nº. 2.176 de 18/11/16; Nº. 95 e Nº. 97 de 20/01/17 – IFRO/Reitoria

Carlos Eduardo Santana Azevedo
Enilda de Oliveira Aliares
Érica Cayres Rodrigues
Eslei Justiniano dos Reis
Gracilene Nunes da Silva
Hélio Souza de Oliveira
Lady Day Pereira de Souza
Matusalém Aliares da Silva
Ney Grequi Franco Figueiredo
Renato Delmonico
Vanessa Piffer

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	7
LISTA DE IMAGENS	8
APRESENTAÇÃO.....	9
I. DADOS PRELIMINARES DO CURSO E DA IES.....	10
1. Dados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Reitoria)	10
2. Dirigentes ligados a Reitoria.....	10
3. Dados da Unidade de Ensino – <i>Campus</i>	10
4. Dados dos Dirigentes da Unidade de Ensino – <i>Campus</i>	11
5. Dados Gerais do Curso a ser implantado	11
II. CONTEXTUALIZAÇÃO DO IFRO	12
1. Dados Institucionais	12
1.1. Breve Histórico do IFRO.....	12
1.2. Missão, Visão e Valores do IFRO	13
1.2.1. Missão	13
1.2.2. Visão.....	14
1.2.3. Valores	14
1.3. Breve Histórico do <i>Campus</i>	14
1.4. Dados Socioeconômicos da Região	17
DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO	26
1.1. Do Contexto Educacional.....	26
1.1.1. Dados populacionais da região e pirâmide populacional	26
1.1.2. População do Ensino Médio Regional.....	27
1.1.3 Demanda pelo Curso.....	30
1.1.4. Da Justificativa do Curso	32
1.1.5. Formas de Acesso ao Curso	34
1.2 Das Políticas Institucionais Constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no Âmbito do Curso	35
1.2.1. A Inter-relação entre o Ensino a Pesquisa e a Extensão.....	35
1.2.2. Políticas de Articulação com os Setores Públicos e Privados	35
1.2.3. Políticas de Ensino	37
1.2.4. Políticas de Pesquisa	38



1.2.5. Políticas de Extensão	39
1.2.6. Ações para o Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão	40
1.3. Objetivos do Curso	42
1.3.1. Objetivo Geral do Curso.....	42
1.3.2. Objetivos Específicos do Curso	42
1.4. Perfil Profissional do Egresso: Competências e Habilidades	43
1.5. Estrutura Curricular	47
1.6. Conteúdos Curriculares do Curso	49
1.6.1. Especificação dos Componentes Curriculares	49
1.6.2 Coerência dos conteúdos curriculares com o perfil desejado do egresso	49
1.6.3. Coerência dos Conteúdos Curriculares face às Diretrizes Curriculares Nacionais	50
1.6.4 Matriz Curricular do Curso	52
1.6.5. Ementário.....	53
1.7. Metodologia	74
1.7.1. Concepção do Curso e Abordagens Pedagógicas	75
1.7.2 Transversalidade do Currículo	78
1.7.3 Prática como Componente Curricular	79
1.7.4 Estratégias de Acompanhamento Pedagógico	79
1.7.5 Flexibilização Curricular	80
1.7.6 Estratégias de Desenvolvimento de Atividades Não Presenciais ou Semipresenciais	80
1.7.7 Critérios de Aproveitamento de Estudos e de Certificação de Conhecimentos.....	83
1.7.8. Estratégias de Interdisciplinaridade.....	84
1.8. Estágio Curricular Supervisionado	85
1.9. Demais formas de prática profissional	86
1.9.1 Desenvolvimento de Projetos.....	86
1.10. Trabalho de Conclusão de Curso	87
1.11. Apoio ao Discente.....	88
1.12. Ações Decorrentes do Processo Avaliativo do Curso	89
1.12.1. Atendimento Extraclasse	91
1.12.2. Atendimento Psicopedagógico	91
1.12.3. Estratégias de Nivelamento	91
1.12.4. Estímulos às Atividades Acadêmicas	92
1.13. Atividades de Tutoria.....	93



1.14. Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo ensino-aprendizagem.....	93
1.15. Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem.....	95
1.16 Número de Vagas	96
1.17 Participação obrigatória dos discentes no acompanhamento e na avaliação do PPC.....	97
DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE.....	97
2.1. Composição e funcionamento do Conselho de Classe	97
2.2. Atuação do coordenador do curso	98
2.2.1. Identificação do coordenador do curso	98
2.2.2. Titulação e formação do coordenador do curso.....	98
2.3. Experiência profissional de magistério superior e de gestão do coordenador do curso	99
2.4. Regime de trabalho do coordenador do curso.....	99
2.5. Titulação do corpo docente.....	99
2.5.1. Políticas de aperfeiçoamento, qualificação e atualização do corpo docente	100
2.6. Titulação do corpo docente – percentual de doutores	100
2.7. Regime de trabalho do corpo docente	101
2.8. Experiência profissional do corpo docente	101
2.9. Funcionamento do Colegiado ou equivalente.....	101
2.10. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica do corpo docente	102
2.11. Titulação e formação do corpo de tutores de curso	103
2.12. Experiência do corpo de tutores em Educação a Distância.....	103
2.13 Relação docentes e tutores – presenciais e a distância – por estudante.....	103
DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA.....	104
3.1. Gabinetes de trabalho para professores em tempo integral	104
3.2. Espaço de trabalho para coordenação de curso e serviços acadêmicos.....	104
3.3. Sala de Professores.....	104
3.4 Salas de aula	105
3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática	105
3.5.1 Plano de atualização tecnológica e manutenção de equipamentos	105
3.6. Bibliografia básica.....	106
3.7. Bibliografia complementar	106
3.8. Periódicos especializados	106
3.9. Laboratórios didáticos e especializados	107
3.9.1. Plano de atualização tecnológica, serviços e manutenção dos equipamentos.....	107

3. 9.2 Infraestrutura de laboratórios específicos da área de formação	108
DIMENSÃO 4 – REQUISITOS LEGAIS	109
4.1. Diretrizes curriculares nacionais da educação básica	109
4.1.2. Normativas Internas	111
4.1.3. Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étno-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-brasileira, africana e indígena.....	111
4.2. Diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos.....	112
4.3 Proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.....	112
4.4 Tempo de Integralização	113
4.5 Acessibilidade para pessoas com deficiência física	113
4.6 Acessibilidade para alunos com deficiência visual	113
4.7 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva	114
4.8 Informações Acadêmicas.....	114
DIMENSÃO 5 -DOS TEMAS GERAIS E DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	116
5.1 Infraestrutura do <i>Campus</i>	116
5.1.1 Infraestrutura de segurança	116
5.1.2. Área de Convivência.....	117
5.1.3 Biblioteca	117
5.1.4. Espaços para eventos.....	118
5.1.5. Instalações sanitárias	118
5.2 Organização do controle acadêmico	118
5.3 Setores de apoio pedagógico e técnico-administrativo	120
5.3.1 Diretoria de Ensino	120
5.4. Departamento de Extensão.....	121
5.5. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	122
5.6. Coordenação de Tecnologia da Informação.....	122
5.7. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas	122
5.8. Políticas especiais do IFRO.....	124
5.8.1 Políticas de educação inclusiva	124
5.9. Certificação de Conclusão de Curso	125
5.10. Acesso a equipamentos de informática pelos docentes	125
5.11. Recursos audiovisuais disponíveis para o exercício da docência	126
6. REFERÊNCIAS UTILIZADAS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO.....	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dados Gerais do IFRO (Reitoria)	10
Quadro 2: Reitor e Pró-reitores do IFRO	10
Quadro 3: Dados Gerais do <i>Campus</i>	10
Quadro 4: Diretor Geral e Diretor de Ensino	11
Quadro 5: Dados Gerais do Curso	11
Quadro 6: Crescimento populacional do Estado de Rondônia	19
Quadro 7: Número de alunos em níveis e modalidades em Jaru	28
Quadro 8: Escolas que oferecem o Ensino Médio em Jaru	29
Quadro 9: Matrículas por nível em Jaru	29
Quadro 10: Matrículas no Ensino Médio na Microrregião de Jaru	29
Quadro 11: Plano de atividades EAD	83
Quadro 12: Titulação do coordenador do curso	98
Quadro 13: Titulação do corpo docente	99
Quadro 14: Regime de trabalho do corpo docente	101
Quadro 15: Experiência profissional fora da docência.	101
Quadro 16: Currículo Lattes do Corpo Docente	102
Quadro 17: Experiência do corpo de tutores em educação a distância	103
Quadro 18: Recursos audiovisuais	126

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Despesas e receitas orçamentárias	22
Figura 2: Produto Interno Bruto	23
Figura 3: PIB (valor adicionado)	23
Figura 4: PIB per capita.....	23
Figura 5: Evolução populacional de Jaru, Rondônia e do Brasil	27
Figura 6: Pirâmide Etária de Jaru, Rondônia e do Brasil.....	27
Figura 7: População residente que frequentava creche ou escola.....	28
Figura 8: Escolaridade dos participantes da pesquisa	30
Figura 9: Localidades de participação	31
Figura 10: Interesse no curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio	32

APRESENTAÇÃO

O presente documento se constitui do Projeto Pedagógico do curso Técnico em Segurança do Trabalho, na forma Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio, referente ao eixo tecnológico Ambiente, Saúde e Segurança do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Este projeto tem como objetivo contextualizar e definir as diretrizes pedagógicas para o respectivo curso, organizado na perspectiva de uma gestão estratégica e participativa, levando em consideração os desafios da educação técnica diante das transformações significativas e rápidas que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional.

Nesse contexto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus Jaru*, passa a ofertar, a partir do primeiro semestre de 2017 o Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente, sendo que o Concomitante é destinado a estudantes que estão cursando o Ensino Médio e, em horário oposto às suas aulas regulares, estudarão no IFRO – *Campus Jaru* o Curso Técnico e o Subsequente é ofertado às pessoas que concluíram o Ensino Médio e pleiteiam uma formação técnica.

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho formará um profissional capacitado e habilitado para atuar em órgão público da administração direta ou indireta, órgão dos poderes legislativo e judiciário, assim como em empresa pública ou privada, como indústrias, hospitais, comércios, construção civil, portos e aeroportos, instituições de ensino, fabricação e representação de equipamentos, empresas de consultorias, além de outros setores, tendo como responsabilidade o planejamento, implementação e controle de medidas individuais e coletivas do ambiente do trabalho, bem como a integração e a articulação com os demais setores da empresa e/ou órgãos públicos e seus objetivos, visando estabelecer cultura de segurança no ambiente do trabalho.

Estão presentes como marco orientador desta proposta, as diretrizes institucionais explicitadas no Projeto Pedagógico, traduzidas nos objetivos desta instituição e na compreensão da educação como uma prática social transformadora, as quais se materializam na função social do IFRO que se compromete a promover formação humana integral por meio de uma proposta de educação profissional e tecnológica que articule ciência, trabalho, tecnologia e cultura, visando à formação do profissional-cidadão crítico-

reflexivo, competente e eticamente comprometido com as transformações da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social.

Assim, apresentamos a estrutura que orientará a prática pedagógica do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio do IFRO - CAMPUS JARU, entendendo que este documento está passível de aprimoramentos sempre que se fizer necessário.

I. DADOS PRELIMINARES DO CURSO E DA IES

1. Dados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Reitoria)

Quadro 1: Dados Gerais do IFRO (Reitoria)

Nome	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	Sigla	IFRO
Cnpj	10.817.343/0001-05		
Lei	Lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008		
Logradouro	Avenida Sete de Setembro	Nº	2090
Bairro	Nossa Senhora das Graças	Cidade	Porto Velho
Estado	Rondônia	Cep	76.804-124
E-Mail	reitoria@ifro.edu.br	Fone	(69) 2182 - 9601

2. Dirigentes ligados a Reitoria

Quadro 2: Reitor e Pró-reitores do IFRO

Reitor	Uberlando Tiburtino Leite
Pró-reitor de Ensino	Moisés José Rosa Souza
Pró-reitor de Pesq. e Inov. e Pós-Graduação	Gilmar Alves Lima Júnior
Pró-reitor de Extensão	Maria Goreth Araújo Reis
Pró-reitor de Administração e Planejamento	Jéssica Cristina Pereira Santos
Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional	Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos

3. Dados da Unidade de Ensino – Campus

Quadro 3: Dados Gerais do Campus

Campus	Campus Jarú		
Logradouro	Av. Ver. Otaviano Pereira Neto	Nº	874
Bairro	Zona Urbana	Cidade	Jarú
Estado	Rondônia	Cep	76.890-000
E-mail	campusjaru@ifro.edu.br	Fone	-
C. Postal	-0-	Celular	(069) 9 9918-2512

4. Dados dos Dirigentes da Unidade de Ensino – *Campus*

Quadro 4: Diretor Geral e Diretor de Ensino

Diretor Geral	Renato Delmonico
Diretora de Ensino	Gracilene Nunes da Silva

5. Dados Gerais do Curso a ser implantado

Quadro 5: Dados Gerais do Curso

Nome do Curso	Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio
Modalidade	Curso Técnico Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio
Endereço de Funcionamento do Curso	Av. Ver. Otaviano Pereira Neto, 874 - Jarú, Rondônia, CEP: 76.890-000
Número de Vagas Pretendidas	80 vagas distribuídas entre as duas modalidades com uma entrada anual
Turno de Funcionamento do Curso	Diurno/Noturno
Carga Horária Total do Curso	1.320 horas
Tempo Mínimo de Integralização	3 semestres
Tempo Máximo de Integralização	6 semestres
Regime de Matrícula	Semestral

II. CONTEXTUALIZAÇÃO DO IFRO

1. Dados Institucionais

1.1. Breve Histórico do IFRO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e CEFETs, transformando-os em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

É uma Instituição que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, centenária, que surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena, e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi. Especializa-se em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispondo mecanismos para educação continuada.

Marcos Históricos do Instituto Federal de Rondônia:

- 1993: Criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei 8.670, de 30/6/1993. Apenas a Escola Agrotécnica Federal de Colorado foi implantada.
- 2007: Criação da Escola Técnica Federal de Rondônia por meio da Lei 11.534, de 25/10/2007, com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena;
- 2008: Autorização de funcionamento da Unidade de Ji-Paraná, por meio da Portaria 707, de 9/6/2008, e criação do Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio da Lei 11.892, de 29/12/2008, que integrou em uma única Instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;

- 2009: Início das aulas e dos processos de expansão do IFRO;
- 2010: Implantação do *Campus* Porto Velho e início de suas atividades. O *campus* passou a denominar-se Porto Velho Calama em 2011.
- 2011: Implantação de Polos de Educação à Distância e dos primeiros cursos da modalidade no IFRO;
- 2012: Implantação do *Campus* Porto Velho Zona Norte, temático, para gestão da EaD;
- 2013: Início das construções do *Campus* Guajará-Mirim e processo de implantação de mais dois *campi* avançados;
- 2013: Instalação de 12 polos EaD;
- 2014: Expansão de 12 polos EaD, passando para 24 unidades.
- 2015: Foi implantado o *Campus* Binacional de Guajará-Mirim, na cidade de Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia;
- 2016: Implantação do *Campus* Avançado Jaru. A autorização de funcionamento da unidade foi efetuada pela Portaria MEC nº 378, de 9 de maio de 2016.
- 2017: Alteração de tipologia do *Campus* Jaru definida através Portaria nº. 1.053, de 5 de setembro de 2017.

O Instituto Federal de Rondônia está fazendo investimentos substanciais na ampliação de seus *campi* e de sua rede. Para o ano de 2017 a configuração é esta: uma Reitoria; nove *campi* implantados: Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim e o *Campus* Jaru.

1.2. Missão, Visão e Valores do IFRO

1.2.1. Missão

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, tem como Missão, promover educação científica e tecnológica de excelência no Estado de Rondônia

voltada à formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a sustentabilidade da sociedade.

1.2.2. Visão

Tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia.

1.2.3. Valores

Nas suas atividades, o IFRO valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito à diversidade, à transparência, à excelência e à determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão e atos consonantes com os preceitos da ética pessoal e profissional, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com os ideais de sustentabilidade social e ambiental.

1.3. Breve Histórico do *Campus*

O município de Jaru fica localizado no Estado de Rondônia, a 291 km da capital Porto Velho. Situa-se na BR 364, fazendo divisão limítrofes com os seguintes municípios: ao Norte, com Theobroma; ao Sul, com Mirante da Serra e Nova União; a Oeste, com Cacaulândia e Governador Jorge Teixeira; a Leste, com Vale do Paraíso e Ouro Preto do Oeste.

O município é considerado extremamente importante para o desenvolvimento econômico do estado por diversas razões, dentre elas podemos citar: forte produção na agroindústria; apresenta um número populacional superior a cinquenta mil habitantes, possui vários municípios menores em seu entorno e há inúmeras empresas fortes nas diversas áreas do comércio.

No entanto, o município é carente de instituição de ensino que ofereça educação profissional e tecnológica para atender as demandas local e regional.

Nesse contexto, em 2012, em atendimento aos pedidos por parte de autoridades da educação do município de Jaru no sentido de ofertar cursos profissionalizantes aos cidadãos da região, o IFRO implantou um Polo de Educação a Distância, dando, portanto, início às atividades de ensino com a oferta de quatro cursos do Programa de Formação

Inicial em Serviços dos Profissionais de Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (PROFUNCIONÁRIO), com abertura de 200 vagas para atendimento aos servidores públicos do município e região, com os seguintes cursos: Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar.

Os cursos foram ofertados via EaD, através de uma parceria com o IFPR – Instituto Federal do Paraná, cujo objetivo foi proporcionar qualificação profissional aos servidores públicos que atuavam na área de apoio técnico (merendeiras, zeladoras e agentes administrativos) da educação estadual e municipal de Jarú. Os cursos foram de suma importância para o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores com grande percentual de aproveitamento acadêmico e baixa evasão. É importante dizer que, de acordo com o trabalho de acompanhamento dos egressos, muitos alunos tiveram suas vidas alteradas para melhor após concluírem os cursos ofertados pelo IFRO, por exemplo, mudando de função dentro da instituição onde eram lotados. Esses alunos eram matriculados no *Campus Ariquemes*, porém atendidos em Jarú, com um encontro presencial uma vez por semana.

Em 2013, com a finalidade de se expandir as atividades do IFRO no Estado e atender um maior número de pessoas, deu-se início ao processo de implantação da Unidade de Educação Profissional de Jarú – UEP Jarú, vinculada ao *Campus Ji-Paraná*, cujo objetivo foi atender às necessidades de oferta de educação profissional gratuita à comunidade do município e adjacências pelo PRONATEC. No entanto, tal demanda não foi atendida.

Ainda em 2013, o *Campus Zona Norte* ofertou os cursos Técnico em Informática e Técnico em Finanças. E em parceria com o IFPR – Instituto Federal do Paraná, ofertou também o Curso Comunitário de Saúde. Entretanto, não houve continuidade, pois o IFPR cancelou o referido curso por motivos adversos. Então, para que os alunos não ficassem prejudicados, o *Campus Zona Norte* proporcionou a esses alunos o curso de Cuidador de Idoso.

A partir de então, intensificou-se a manifestação de interesse por parte de autoridades locais para implantação de uma unidade de ensino definitiva do IFRO em Jarú. Por meio do ofício 138, de 21 de fevereiro de 2013, o Executivo Municipal de Jarú considera a atuação do Instituto como destaque na formação de pessoal e oficializa a intenção da Prefeitura em receber um *Campus*, com os seguintes argumentos:

- a) O Município possui economia expressiva, sendo a 2ª maior bacia leiteira per capita do país e a maior da Região Norte.
- b) Há 52.005 habitantes no Município, dentre os quais 15.210 são jovens e adultos entre 15 e 29 anos de idade.
- c) O PIB per capita é de R\$ 15.266,27, contra R\$ 12.449,57 da cidade de Ouro Preto do Oeste, que tem o número de habitantes que mais se aproxima de Jaru, considera-se ainda que o PIB per capita é maior que o de Cacoal, Colorado e Ariquemes, onde já existem *Campus* do IFRO instalados.
- d) Jaru possui o maior frigorífico do Estado, três laticínios, expressiva produção de peixe e comércio significativo.
- e) O Município atende administrativamente as áreas de Governador Jorge Teixeira, Theobroma e Vale do Anari, envolvendo uma população de aproximadamente 100.000 pessoas; além disso, aproxima-se dos Municípios de Nova União, Ouro Preto do Oeste, Mirante da Serra e Vale do Paraíso, num total que atinge quase 20.000 km².
- f) A Prefeitura se compromete em doar um terreno para a construção do *Campus* e em dispor uma escola com infraestrutura necessária para a instalação inicial da Unidade.

Dessa forma, representantes do IFRO e gestores da prefeitura realizaram várias reuniões, audiências públicas e ações para firmarem parcerias. Culminou que, com a participação da comunidade, de membros do Ministério Público e outras autoridades locais, decidiu-se pela doação de um terreno ao IFRO. Somente após a aprovação da cessão do terreno pela comunidade, através de audiência pública, passou-se a proposta de doação do terreno para a deliberação final dos senhores vereadores. Por fim, a Câmara Municipal de Jaru através da Lei Municipal nº 1974/2014, autorizou o executivo municipal a doar o imóvel onde antes funcionava a EXPOAJA – Exposição Agropecuária de Jaru.

Assim, no dia 22 de dezembro de 2014 foi realizada uma solenidade para oficializar a entrega do imóvel ao IFRO para a construção de mais uma unidade de ensino – o *Campus* Jaru. O imóvel fica situado na Av. Otaviano Pereira Neto, 874 – setor 2; o terreno é plano, todo cercado, com muro frontal em toda a sua dimensão e algumas construções já feitas, envolvendo barracões, boxes e outras pequenas estruturas. A área é de aproximadamente 50.000 metros quadrados, o qual já está escriturado em nome do IFRO e pertence à área urbana do município.

No decorrer de todo esse processo de doação do lote de terra, o IFRO continuou desenvolvendo suas atividades de ensino através do *Campus* Zona Norte devido à grande procura por curso técnicos e tecnológicos profissionalizantes. Assim, em outubro de 2014, iniciou-se uma turma de Informática e em novembro de 2015 começou a turma de Finanças Subsequente. As aulas eram realizadas em salas de aulas de escola municipal, cedidas pela prefeitura.

Por fim, em 2016, foi autorizada pela Portaria Nº. 378 de 09 de maio de 2016 a criação de mais uma unidade do IFRO – o *Campus* Jaru. Neste mesmo ano, foi dado início à construção da sede do *Campus*, sendo, inicialmente, um bloco com três salas de aula e 2 banheiros. Assim, o Polo de Educação a Distância (com os cursos Técnico em Finanças Subsequente/2015/2 e Técnico em Cooperativismo Concomitante/2016/2) dá lugar para o *Campus* Jaru e os cursos citados foram deslocados para as instalações da sede do *Campus*.

Logo após a implantação da unidade, a equipe de gestores do *Campus* Jaru deu início a uma série de reuniões com setores acadêmicos, políticos e educacionais do município, com o objetivo de apresentar a rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Instituto Federal de Rondônia, a sua expansão em todo o Estado e como o *Campus* Jaru desempenha um papel significativo na transformação social do município de Jaru e demais municípios circunvizinhos, através do seu importante papel no processo de articulação de agentes públicos e privados da região, no sentido de buscar o desenvolvimento socioeconômico regional de forma cooperativa e sustentável.

1.4. Dados Socioeconômicos da Região

De acordo com Arruda (2012), o processo de povoamento de Rondônia tem sua origem no começo do século XVIII, quando a Coroa Portuguesa realiza suas primeiras expedições na região do Alto Madeira e no Vale do Guaporé em busca de jazidas de ouro. A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em 1907, daria continuidade a essa fase do processo migratório com a vinda de milhares de trabalhadores estrangeiros. Além disso, as instalações das linhas telegráficas da Comissão Rondon alavanca um novo processo de ocupação migratória, com a vinda de migrantes do Mato Grosso, no período de 1920 e 1940. Durante a 2ª Guerra Mundial, no governo de Getúlio Vargas, acontece um novo incentivo à ocupação da região em virtude da parceria firmada entre Brasil e Estados

Unidos para produção de borracha. Também nessa fase, a migração nordestina foi a mais expressiva.

Conforme o Historiador Palitot (2015), em seu Blog *Trilhando História*, com a abertura da BR-364, entre 1960 e 1966, a rodovia de acesso ao então Território Federal de Rondônia, construída por iniciativa do presidente Juscelino Kubistchek, passa a influir de modo decisivo no processo de colonização regional. Ao longo de seu percurso entre Cuiabá-MT e Porto Velho-RO, passaram a se desenvolver os poucos vilarejos que haviam surgidos com os seringueiros, entre eles Vila de Rondônia (atual cidade de Ji-Paraná) onde se instalou a colonizadora Calama e se deu início à colonização de terras rurais nas proximidades.

Ainda de acordo com o Historiador acima citado, antes de 1960, o hoje Estado de Rondônia era esparsamente povoado por seringueiros vindos do nordeste durante o primeiro e segundo ciclos da borracha e diversos grupos indígenas. A construção da BR-364, antiga BR 029, quebrou o isolamento que atrofiou Rondônia durante quatro séculos e meio. Pela Rodovia chegaram milhares de trabalhadores para ocupar esse enorme território – os braços que faltavam para que suas riquezas fossem exploradas – e mudar completa e definitivamente o seu perfil tanto social quanto econômico.

Desde os fins do século XIX, quando se iniciou no hoje território rondoniense, a partir do Primeiro Ciclo da Borracha, as várias fases econômicas do extrativismo, a região se ressentia de uma saída terrestre para o sul do país. Enquanto esse fato não se tornou realidade, seringueiros, castanheiros e outros extrativistas tinham como única alternativa para escoar a produção - o rio Madeira. Mas a terra continuou à espera de mais braços, pois o crescimento vegetativo da população e os fluxos migratórios não eram suficientes para preencher a imensidão dos espaços vazios e explorar o fabuloso potencial dessa região privilegiada. Rondônia, até o ano de 1950, tinha apenas 36.935 habitantes (veja quadro). Esse número saltou para 69.792 em 1960 – soma-se aí o contingente de trabalhadores na própria rodovia – e, a partir daí, registrou-se no Território (posteriormente Estado) o maior fluxo migratório da história brasileira, tendo sido registrado uma população de 1.562.409 habitantes em 2010 (IBGE, Censo 2010). Dos números conclui-se que as respostas para todas as indagações acima convergiam para apenas uma: a construção da rodovia.

Quadro 6: Crescimento populacional do Estado de Rondônia

ANO	POPULAÇÃO
1950	36.935
1960	69.792
1970	111.064
1980	491.069
1991	1.132.692
2000	1.379.787

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Anuário Estatístico do Brasil, 2000

Historiador Palitot (2015) afirma que o governo federal, com o argumento de “integrar para não entregar”, resolveu promover a colonização do Território Federal de Rondônia. Era o início dos anos 70 quando INCRA deu início à implantação de Projetos Integrados de Colonização (PIC), com investimentos de valores para a demarcação e distribuição de lotes de terras rurais, abertura de estradas, construção de pontes, implantação de infraestrutura básica e atendimento aos colonos, com recursos do POLONOROESTE. O PIC Padre Adolpho Rohl foi implantado em 20 de novembro de 1975 e colonizou a região de Jaru. A colonização proporcionou o desenvolvimento de vilas remanescentes do período dos seringueiros e foi responsável pelo surgimento de várias outras.

A partir de 1970, quando a BR-364 já se encontrava encascalhada, possibilitando boa condição de trânsito, o fluxo migratório vindo do Centro-sul, que convergia para Rondônia, passou a ser muito intenso, além dos núcleos situados às margens da BR-364, que se desenvolveram e alcançaram as suas emancipações. Surgiram novos povoados que se localizaram fora da BR-364, que também passaram a se desenvolver, alcançando certo grau de prosperidade. Sendo assim, em 16 de junho de 1981, o Presidente da República, João Batista Figueiredo assinava a Lei nº 6.921, criando os municípios de Colorado do Oeste, Costa Marques, Espigão do Oeste, Ouro Preto do Oeste, Jaru e Presidente Médici.

Ainda de acordo com Palitot (2015), dentre as grandes nações indígenas que dominavam a região territorial de Rondônia, destacavam-se os Jarus, que se localizavam às margens dos igarapés Pacaás Novos e Ouro Preto, afluentes do rio Mamoré; Aripuanã e Roosevelt, além do rio que leva seu nome. Arredios e agressivos, os Jarus se confundiam com os índios Toras, Urupás e os Pacaás Novos; estes últimos pertenciam às nações dos Jarus e Chapacuras. Entre o espaço geográfico já mencionado e, principalmente, entre os

rios que eram denominados pelos índios de “Tramac” e “ Uaneri”, mais tarde denominados pela comissão Rondon por Jarú e Anari, respectivamente, vivia a nação Jarú, ao lado dos Tupis, Aruaques, Muras, Caraíbas, dentre outros grupos, até a passagem da linha telegráfica em 1909, quando Rondon rasgara a densa floresta tropical nas terras de Rondônia, em busca de Santo Antônio do Rio Madeira.

A cidade de Jarú, situada no vale do rio Jarú, surgiu em torno de um posto telegráfico instalado em 1912 pela Comissão da Linha Telegráfica Estratégica Mato Grosso/Amazonas e chefiada pelo então Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. No entanto, o vale do Rio Jarú já era ocupado pelos seringais e seringueiros desde o século XIX, apesar da resistência imposta pelos índios Jarus, que tinham essa região sob seu domínio. Ocupavam, então, uma extensa área que se estendia desde o rio Jarú, afluente da margem esquerda do Rio Ji-Paraná, até as margens do alto curso do Rio Madeira. Em 1915, a Comissão Rondon procedeu à exploração de estudos do Rio Jarú, inclusive, conservaram este nome em homenagem aos primitivos habitantes, os Jarus.

A História da criação do município de Jarú começa no dia 11 de outubro de 1977, quando foi criado o Distrito de Jarú pela Lei Federal nº 6.448, subordinado ao município de Ariquemes. Elevado à categoria de município com a denominação de Jarú, pela Lei 6.921, de 16-06-1981 e desmembrado do município de Ariquemes, mas a instalação só foi concretizada em 7 de novembro de 1981, quando Sandoval de Araújo Dantas foi nomeado o primeiro administrador do Distrito. Sua administração durou até maio de 1979 quando foi substituído por Sebastião Ferreira Mesquita. Em seguida, a cidade foi administrada por Raimundo Nonato da Silva, último administrador e primeiro prefeito de Jarú de 1980 a 1983, quando tomou posse o primeiro prefeito eleito, o senhor Leomar José Baratela.

O Município de Jarú está localizado a uma latitude de 10° 26' 20" sul e longitude 62° 27'59" Oeste, estando a uma altitude de 124 metros, possuindo uma área de 2.944,128 km², representando 1,2392% da área do Estado e 0,0347% do Brasil. A cidade é distante da Capital do Estado cerca de 290 km e está dividida em três subdistritos: Santa Cruz da Serra, Jarú Uaru e Bom Jesus, além do Distrito de Tarilândia, com mais de dez mil habitantes. Jarú faz limite com as cidades de Ouro Preto do Oeste, Vale do Paraíso e Nova União ao Leste, Governador Jorge Teixeira e Cacaúlândia ao Oeste, ao Sul com Mirante da Serra e ao Norte com Theobroma, sendo que, a maioria dessas cidades se originou através de territórios desmembrados da cidade de Jarú.

A economia do município de Jaru iniciou com comércio do látex da borracha e da madeira oriundos do desmatamento das terras ocupadas pelos migrantes e incentivados pelo governo federal. Com isso, ao longo da BR 364 em construção para integrar a região norte ao centro-sul do país foram criados diversos núcleos de apoio rurais (nuares) que concentrava um aglomerado populacional e movimentavam a economia local. Uma das empresas que iniciaram o comércio no ramo alimentício/mercado está até os dias atuais no município que é o Supermercado Irmãos Gonçalves que, na época, fazia-se presente no município com a presença de um barracão de madeira.

Os migrantes oriundos das diversas regiões do país vinham com a esperança de conquistar uma terra para trabalhar com a agricultura. Devido ao incentivo do governo em povoar a região e incentivo ao desmatamento, houve o estabelecimento de indústrias madeireiras que movimentavam fortemente a economia local com muita produção de postos de trabalho aos moradores de Jaru até meados dos anos 90, quando iniciaram as fiscalizações dos órgãos ambientais sobre as madeireiras, reduzindo, assim, suas atividades. Houve um crescimento também da produção agrícola e pecuária da região e, para atender essa parcela do mercado, se estabeleceram em Jaru diversos empreendimentos comerciais de gêneros alimentícios, como cerealistas, laticínios e mercados.

A História do Supermercado Irmãos Gonçalves se funde com a história de Rondônia. Uma Empresa 100% Rondoniense que conhece a força desse chão. Fundado em 1977, cresceu acreditando no potencial do Estado de Rondônia. Hoje são 12 (doze) lojas do Supermercado Irmãos Gonçalves distribuídas em vários municípios do Estado. O FRIGON-Frigorífico Irmãos Gonçalves deu início as suas atividades em Jaru no mês dezembro de 1999 e, recentemente, a empresa Irmãos Gonçalves inaugurou O IG - Shopping Ariquemes, localizado no município de Ariquemes. Hoje, essa empresa gera mais de 5.000 empregos diretos e centenas indiretos (Supermercados Irmãos Gonçalves, 2017).

Atualmente, a Associação Comercial e Industrial de Jaru conta com 277 empresas associadas, as quais contribuem nas diversas áreas da economia, sendo empresas ligadas ao comércio, prestação de serviços, indústrias, supermercados, laticínios, cerealistas, hotelaria etc.

Devido ao potencial leiteiro, a empresa de laticínios ITALAC, fundada em janeiro de 1994, a Goiás Minas, detentora da marca Italac, inaugurou a primeira unidade fabril na

cidade de Jaru, produzindo queijo Mussarela, produto comercializado pela empresa até hoje. Em poucos anos, aumentou sua linha de produtos, lançou o leite Longa Vida, nas versões Integral, Semi e Desnatado – produtos que rapidamente se revelaram um sucesso de vendas no país e se tornaram referência de qualidade. Desde então, vem conquistando diariamente os consumidores. Outra grande empresa de produtos de laticínios no município de Jaru é o Laticínio Tradição, com início de suas atividades empresariais em 22/01/2003.

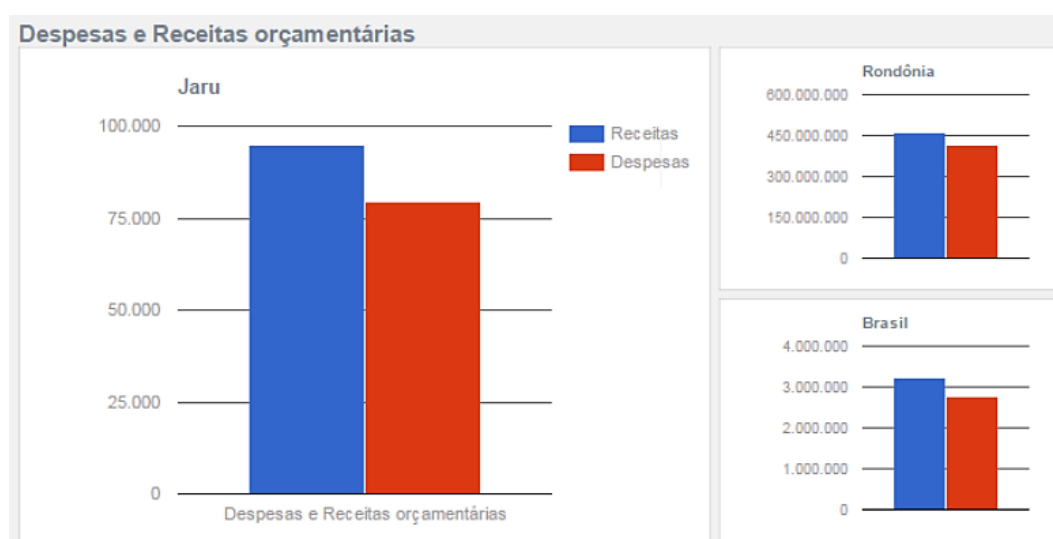
Na pecuária, o IBGE apresenta alguns dados de 2015 que merecem atenção, pois o município de Jaru figura em 2º lugar na produção em litro de leite, 1º colocado em quantidade de vacas ordenhadas e 3º colocado em relação ao efetivo do rebanho no comparativo entre os municípios do Estado de Rondônia.

O avanço e desenvolvimento da pecuária no estado de Rondônia, aliada à necessidade de ter uma carne inspecionada, foram os principais motivos que levaram a empresa Irmãos Gonçalves Comércio e Indústria Ltda a investir no mercado frigorífico na região.

Além dos destaques na área comercial e serviços, as contribuições da área agrícola para a economia de Jaru estão representadas nas informações organizadas através das pesquisas realizadas pelo IBGE.

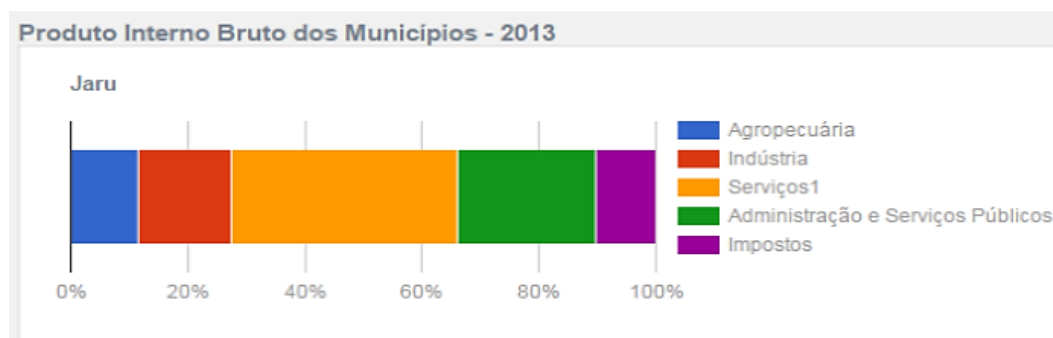
O IBGE apresenta alguns infográficos referentes ao município de Jaru.

Figura 1: Despesas e receitas orçamentárias



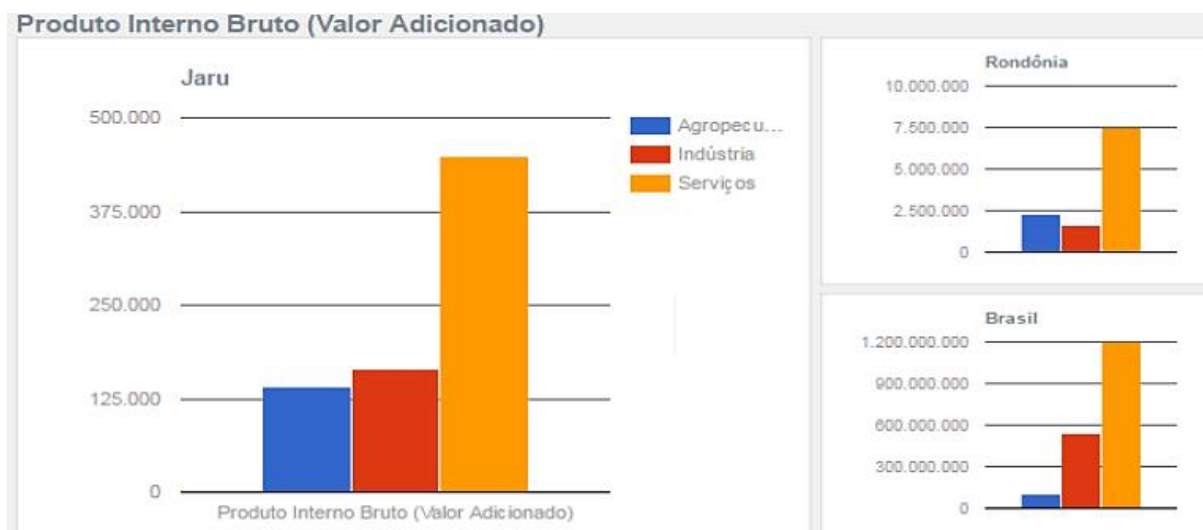
IBGE: Atualizado em 28/08/2015.

Figura 2: Produto Interno Bruto



Fonte: IBGE em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, 2013.
(1) Exclusive Administração e Serviços Públicos.

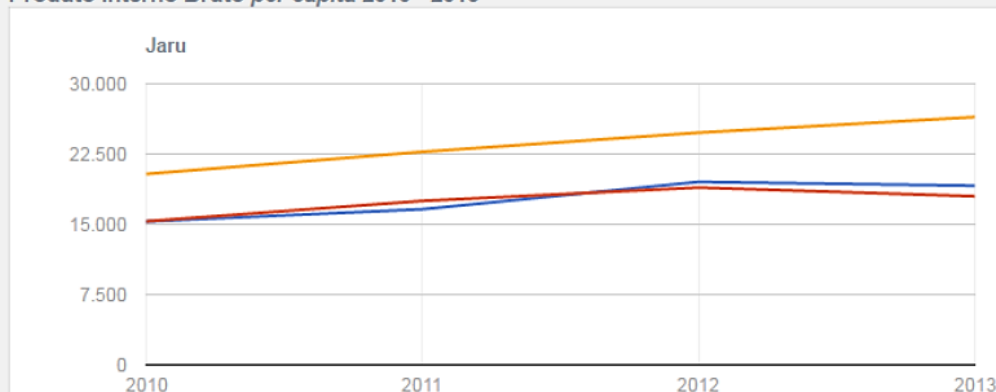
Figura 3: PIB (valor adicionado)



Fonte: IBGE, em parceria com os órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
NOTA: Os dados da série revisada (2010 a 2014) têm como referência o ano de 2010, seguindo a nova referência das Contas Nacionais.

Figura 4: PIB per capita

Produto Interno Bruto *per capita* 2010 - 2013



Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2014.

Observa-se nos quadros acima o potencial de Jarú para o desenvolvimento econômico de Rondônia. O município está classificado em 2º lugar no ranking referente ao PIB per capita nos municípios do Estado de Rondônia com uma produção de 96.766 litros de leite diariamente.

Um evento importante que movimenta muito a economia da cidade com a participação da população dos municípios do entorno é a festa agropecuária que ocorre no parque de exposições COOAJA, momento em que ocorrem diversas transações comerciais envolvendo a agricultura, a indústria, serviços e comércio. Nesse evento, há a participação dos bancos com incentivos para financiamentos, facilitando a aquisição de bens e produtos aos participantes. Outro serviço que é bem marcante nessa feira é o de assessoria agropecuária pela EMATER.

Na área da saúde, Jarú conta com um Hospital Municipal denominado Sandoval de Araújo Dantas e poucos postos de saúde que prestam atendimento básico à população. Na rede particular, encontram-se somente clínicas. Portanto, o atendimento à saúde no município é precário, despontando como um grande desafio para a administração municipal.

O município de Jarú tem cartórios, diversos bancos, mercados, lojas, órgãos públicos, escolas, uma faculdade particular, três escolas particulares, inúmeras igrejas evangélicas e um número menor de igrejas católicas, o que demonstra que o município é eminentemente formado por evangélicos. A cidade não apresenta entretenimentos para as famílias que aqui residem, outro ponto a ser melhorado. O único local que serve para o lazer da comunidade jaruense é o Parque da Baixada, recém inaugurado. Nele há pista para caminhada, alguns bancos que formam pequenas praças e quadras de vôlei de areia.

A rodovia BR 364 corta a cidade de Jarú que é dividida em duas partes pelo rio Jarú. O principal transporte intermunicipal da cidade é realizado pela empresa Eucatur, pioneira no Estado de Rondônia, pois presta esse serviço na região desde antes das estradas serem asfaltadas, época dos atoleiros. Os moradores da zona rural de Jarú têm acesso à cidade através de ônibus que atuam nas linhas/estradas que dão acesso ao município ou se utilizam de transporte particular.

Com o crescimento dos negócios em todas as áreas, a região requer e anseia por profissionais que sejam capazes de modernizar, gerir e controlar os sistemas produtivos nas indústrias, no comércio, na cidade, no campo e em todos os setores envolvidos direta e indiretamente com o desenvolvimento do Estado e do Município, quer sejam públicos ou privados.

Devido sua vocação para agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviço, o município de Jarú tem necessidade de formar pessoas capazes de gerir esses sistemas produtivos. É nesse sentido que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus Jarú*, que possui limite de atuação circunscrito ao Município de Jarú, atuará ofertando educação profissional e tecnológica para a formação técnica da população do município e região.

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

1.1. Do Contexto Educacional

1.1.1. Dados populacionais da região e pirâmide populacional

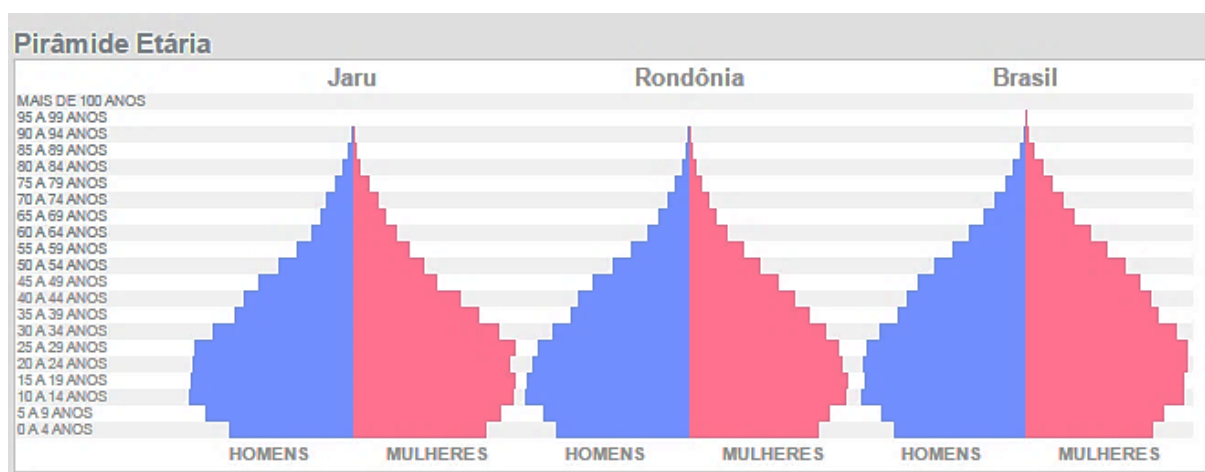
O Estado de Rondônia conta com uma população de 1.562.409, segundo o censo demográfico 2010 realizado pelo IBGE, com estimativa populacional em 2016 de 1.787.279 habitantes. O município de Jaru possui uma população de 52.005 habitantes (censo 2010) e uma população estimada em 2016 de 55.806 habitantes, de acordo com as informações do IBGE/2017. Os municípios vizinhos da **cidade de Jaru** são **Governador Jorge Teixeira** com 10.512 habitantes (Censo 2010) e estimativa populacional em 2016 de 9.933 habitantes; município de **Cacaulândia** com 5.736 habitantes (Censo 2010) e estimativa populacional em 2016 de 6.414 habitantes; município de **Theobroma** com 10.649 habitantes (Censo 2010) e estimativa populacional em 2016 de 11.348 habitantes; município de **Mirante da Serra** com 11.878 habitantes (Censo 2010) e estimativa populacional em 2016 de 12.308 habitantes; município de **Vale do Anari** com 9.384 habitantes (Censo 2010) e estimativa populacional em 2016 de 10.999 habitantes; município de **Urupá** com 12.974 habitantes (Censo 2010) e estimativa populacional em 2016 de 13.198 habitantes; município de **Teixeirópolis** com 4.888 habitantes (Censo 2010) e estimativa populacional em 2016 de 4.966 habitantes; município de **Nova União** com 7.493 habitantes (Censo 2010) e estimativa populacional em 2016 de 7.796 habitantes; município de **Ouro Preto do Oeste** com 37.928 habitantes (Censo 2010) e estimativa populacional em 2016 de 39.840 habitantes e o município de **Vale do Paraíso** com 8.210 habitantes (Censo 2010) e estimativa populacional em 2016 de 8.138 habitantes.

Figura 5: Evolução populacional de Jaru, de Rondônia e do Brasil

Evolução Populacional			
Ano	Jaru	Rondônia	Brasil
1991	63.535	1.132.692	146.825.475
1996	47.981	1.219.702	156.032.944
2000	53.600	1.379.787	169.799.170
2007	52.453	1.453.756	183.987.291
2010	52.005	1.562.409	190.755.799

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010;

Figura 6: Pirâmide etária de Jaru, de Rondônia e do Brasil



Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010;

Analisando os dados apresentados pelo IBGE em relação à evolução populacional, observamos que no município de Jaru houve uma redução populacional se compararmos com dados dos anos anteriores. Entretanto, a estimativa populacional 2016 mostra uma projeção de recuperação.

Já a pirâmide etária apresenta uma estrutura populacional jovem. Esse é um ponto de oportunidade para inserção do IFRO neste município.

1.1.2. População do Ensino Médio Regional

De acordo com os dados informativos do censo 2010 apresentados pelo IBGE na figura abaixo, o município de Jaru está classificado entre os 52 municípios do Estado de Rondônia em 6º lugar em número de habitantes que frequentavam a escola. Sendo assim,

a população estudantil deste município necessita da educação profissional técnica de nível médio como uma das três modalidades de educação profissional e tecnológica previstas pela legislação educacional brasileira (Lei nº 11.741/08 e LDB 9394/96, Art. 36-B, I e II). Sua oferta pode ser articulada com o ensino médio ou subsequente para aqueles que já o tenham concluído.

Figura 7: População residente que frequentava creche ou escola no ano de 2010 em algumas cidades de Rondônia

uf	município	pessoas
RO	Porto Velho	142.118
RO	Ji-Paraná	35.656
RO	Ariquemes	29.045
RO	Cacoal	25.865
RO	Vilhena	25.669
RO	Jaru	17.173
RO	Rolim de Moura	15.704

IBGE:Censo 2010

Como a região de Jaru e o Estado de Rondônia apresentam uma forte contribuição na área de serviços e indústrias, a formação do profissional técnico de nível médio na área de Segurança do Trabalho na modalidade Concomitante e Subsequente ofertado pelo IFRO irá contribuir para atender as exigências requeridas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, além disso, esse curso estará oportunizando uma inserção social e profissional daqueles que ou estão cursando o Ensino Médio ou já o concluíram e ainda não ingressaram em cursos superiores e, portanto, essa formação profissional de nível técnica oportuniza a entrada desses cidadãos no mercado de trabalho.

De acordo com o Censo Escolar 2015, foram registradas, no Município de Jaru, 2.295 matrículas no Ensino Médio.

Quadro 7: Número de alunos em níveis e modalidades em Jaru

Nível/Modalidade	Número de Alunos
Ensino Médio Regular e Educação Profissional	1364
Educação de Jovens e Adultos Presencial e Semipresencial	894
Educação Especial	37
TOTAL	2295

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015.

Em Jaru, de acordo com os dados do Censo Educacional 2015 (INEP), há 10 escolas de Ensino Médio em Jaru, conforme quadro abaixo:

Quadro 8: Escolas que oferecem o Ensino Médio em Jaru

Tipo de Escola (Ensino Médio)	Número de Escolas
Escolas Públicas Estaduais e Escolas Privadas	10
TOTAL	10

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015

Quadro 9: Matrículas por nível em Jaru

MATRÍCULAS POR NÍVEL			
Variável	Jaru	Rondônia	Brasil
Pré-escolar	1.207	38.080	4.916.525
Fundamental	8.410	276.904	27.825.338
Médio	2.295	64.820	8.074.881

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015

Na Microrregião de Jaru, os dados do Censo Escolar de 2015 revelam que foram registradas 6.583 matrículas iniciais, o que confirma a existência de demanda potencial por formação em curso técnico de nível médio concomitante e subsequente na localidade.

Quadro 10: Matrículas no Ensino Médio na Microrregião de Jaru

Municípios da Microrregião de Jaru	Nº de matrículas no ensino médio em 2015
Governador Jorge Teixeira	391
Theobroma	372
Vale do Anari	247
Ouro Preto do Oeste	1.268
Nova União	296
Urupá	377
Teixeirópolis	189
Vale do Paraíso	264
Jaru	2.295
Cacaulândia	212
Mirante da Serra	672
TOTAL	6.583

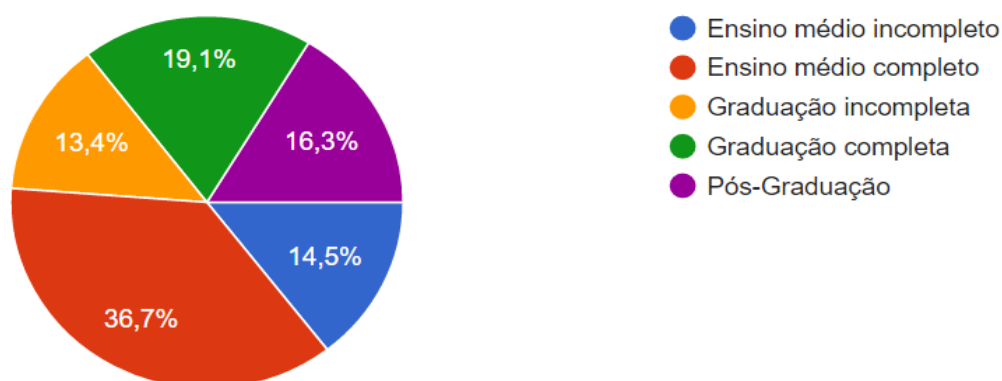
Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015

1.1.3 Demanda pelo Curso

A partir da nomeação do Diretor-Geral do *Campus Jarú*, Renato Delmonico, conforme Portaria 1.301 de 04 de julho de 2016, deu-se início às atividades de divulgação da instalação do IFRO no município. Para isso, foram realizadas reuniões com a Associação Comercial e Industrial de Jarú – ACIJ, comunidade em geral e com prefeitos dos municípios vizinhos. Nessas reuniões, além de divulgar a implantação do *campus*, também se buscou ouvir os diversos segmentos da sociedade jaruense e região a fim de identificar a demanda existente.

Após esse primeiro contato com a comunidade, foi constituída a Comissão através das Portarias 2.176, de 18 de novembro de 2016 e nº 97, de 20 de janeiro de 2017, para elaboração do Projeto Pedagógico do Curso em Segurança do Trabalho, sendo a Comissão inicial responsável para gerenciar a pesquisa de demanda dos cursos a serem implantados. A partir de então, foi realizada uma pesquisa prévia de demanda por meio de um formulário eletrônico que continha diversas perguntas objetivas com o intuito de identificar o perfil da sociedade jaruense/região e seus anseios. Esse formulário ficou disponível *online* sendo amplamente divulgado no aplicativo *whatsapp*, no *facebook* e em outros veículos de comunicação local, no período de novembro a dezembro de 2016. No total, foram 545 participações que, após sistematizadas e tabuladas, resultaram nos gráficos a seguir:

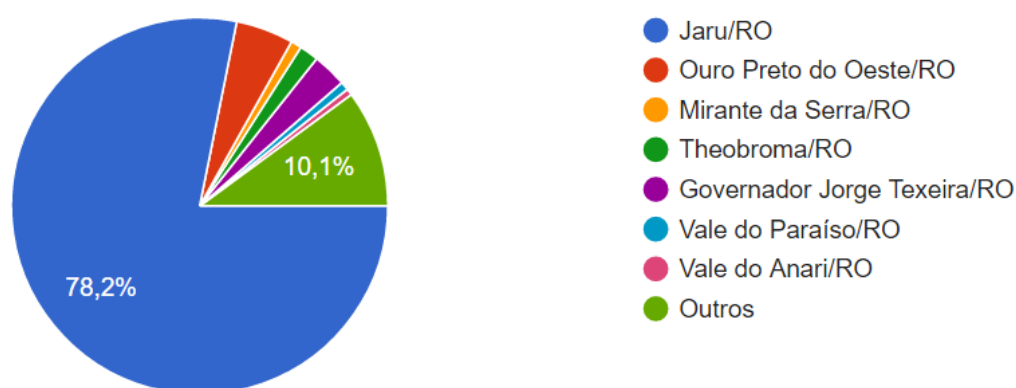
Figura 8: Escolaridade dos participantes da pesquisa para elaboração do Projeto Pedagógico do Curso em Segurança do Trabalho



Fonte: Elaborado pela comissão/2016.

Uma das perguntas da pesquisa referia-se ao grau de escolarização. Pelo gráfico, é possível perceber que a 14,5% dos entrevistados não completaram o ensino o médio. Enquanto que 36,7% possuem o ensino médio completo. Assim sendo, percebe-se que as pessoas estão cursando ou já terminaram o ensino médio, constatando, portanto, que há demanda para os cursos Concomitante – para quem ainda está cursando o ensino médio e para o Subsequente, já que a maioria das pessoas responderam ao questionário, dizendo que já concluíram o ensino médio.

Figura 9: Localidades de participação da pesquisa para elaboração do Projeto Pedagógico do Curso em Segurança do Trabalho

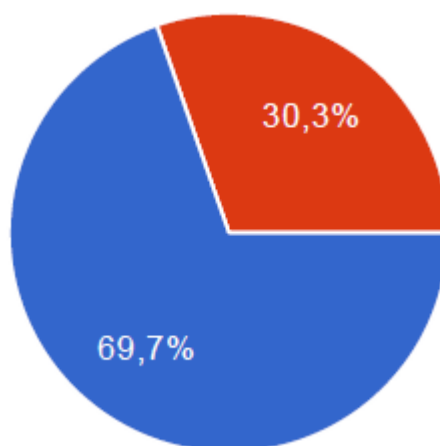


Fonte: Elaborado pela comissão/2016.

A pesquisa abordou também a participação das pessoas por localidades. Observa-se que a 78,2% dos participantes moram na área do município de Jarú. Isso pode significar que temos um grande número de pessoas residentes no município e seus distritos que, potencialmente, poderão ser alunos do IFRO- *Campus Jarú*.

No formulário constava uma lista de dez (10) cursos técnicos para que a população indicasse qual(is) dele(s) gostaria que fosse(m) ofertado(s) pelo *Campus Jarú*. Da população pesquisada, 44,6% assinalaram o curso Técnico Segurança do Trabalho. Esse interesse foi reafirmado quando os pesquisados responderam a seguinte questão: “você teria interesse em ingressar no Curso Técnico em Segurança do Trabalho?”. Do total de 545 participantes da pesquisa, 69,7% dos entrevistados responderam que fariam o curso Técnico em Segurança do Trabalho, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

Figura 10: Interesse no curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio



Fonte: Elaborado pela comissão/2016.

Como visto, a oferta do curso Técnico em Segurança do Trabalho atenderá às necessidades do município de Jaru e região.

1.1.4. Da Justificativa do Curso

O mundo contemporâneo vem passando por diversas transformações em seu modelo de produção. Essas transformações consolidaram novas práticas de produção, comercialização e consumo de bens e serviços, cooperação e competição entre os agentes, assim como de circulação e de valorização do capital, através do uso intensivo de tecnologias de informação e de novas formas de gestão do trabalho. Essas práticas apoiam-se em novos saberes e competências, em novos aparatos e instrumentais tecnológicos, tanto como em novas formas de inovar e de organizar o processo produtivo, expressando-se, assim, uma nova economia ou um novo padrão técnico-econômico.

Nesse novo contexto, houve um expressivo crescimento das empresas e das indústrias, atraindo mais trabalhadores para serviços cada vez mais complexos. O crescimento dessas empresas criou uma realidade e uma estrutura até então inédita no mercado de trabalho e junto com essa estrutura, foram modificadas drasticamente as condições de trabalho vivenciadas pelos empregados. Muitas dessas condições, cedo ou tarde, revelaram-se insalubres ou prejudiciais à saúde do trabalhador, em graus variados.

Dessa forma, prevenir acidentes de trabalho, torna-se, de forma interligada, uma exigência legal, uma estratégia de otimização e, sobretudo, um dever social. Diante desse

cenário, a área de Saúde e Segurança do Trabalho se caracteriza pelo papel estratégico de proporcionar ao trabalhador um meio ambiente seguro para a realização de suas atividades laborais além de educar os mesmos no sentido de promover atitudes conscientes para o trabalho seguro, durante a realização das suas tarefas diárias.

Os profissionais da área de Saúde e Segurança do Trabalho são capacitados para analisar as condições do ambiente laboral, planejar e elaborar normas e instruções de trabalho, reforçar comportamentos seguros, realizar auditorias e implementar ações corretivas, tendo em vista acabar ou pelo menos minimizar os riscos nos locais de trabalho. O funcionamento efetivo da Saúde e Segurança do Trabalho nas organizações pode trazer o benefício da redução das perdas humanas e patrimoniais, de danos ao meio ambiente e dos prejuízos ao processo, evitando consequências desfavoráveis ao mundo do trabalho.

As exigências para os sujeitos contemporâneos, nesse cenário, são cada vez maiores em termos de uma formação que vise não somente o desenvolvimento de habilidades e competências, mas que considere o homem em todas as suas possibilidades, levando-o a compreender e atuar na dinamicidade que representa a dinâmica no mercado de trabalho hoje, não como um ser passivo, mas enquanto sujeito político e produtivo em conformidade com suas necessidades de sobrevivência.

Partindo desses pressupostos, o curso técnico em Segurança do Trabalho proposto pelo Instituto Federal de Rondônia – *Campus Jaru* se justifica pelo fato de, no Brasil, assim como em Rondônia e, mais especificamente, no município de Jaru, haver uma grande carência de profissionais capazes de compreender e atuar nos diversos segmentos quem envolvem as atribuições do profissional técnico em Segurança do Trabalho

Nesse contexto, o Instituto Federal de Rondônia – *Campus Jaru* precisa formar esse profissional para atender a necessidade do mercado e demanda gerada pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE que, na Norma Regulamentadora nº 4, colocou esse profissional dentro do quadro técnico que compõe o SESMT (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho), que é dimensionado na empresa através da Relação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, com correspondente Grau de Risco – GR da atividade. Como Rondônia é um Estado novo em pleno crescimento econômico e social, esse profissional tem muito a contribuir para um desenvolvimento com harmonia entre a necessidade de produção e a segurança para a saúde do trabalhador.

No município de Jaru e região muitas empresas necessitam de um profissional assistente, para o trato de questões acessórias à área, tais como a gestão de equipamentos de proteção individual e de equipamentos portáteis de combate a incêndios ou ainda para atender a demandas temporárias. Cumpre ainda observar que, muitas empresas no Brasil estão obrigadas a organizar e manter Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), conforme NR-4.

Dessa forma, o Instituto Federal de Rondônia *Campus Jaru*, por meio do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio, atendendo à pesquisa de demanda feita de novembro a dezembro de 2016, visa formar profissionais competentes que sejam capazes de intervir no meio produtivo e contribuir, através de seu conhecimento técnico, para melhorar a qualidade de vida do trabalhador e minimizar os riscos inerentes aos locais de trabalho, além do cumprimento da legislação.

Assim, com base no perfil desejado, observados os aspectos legais estabelecidos pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e, diante das novas exigências sociais, políticas e tecnológicas, é que o Instituto Federal de Rondônia — IFRO/*Campus Jaru* propõe, neste projeto pedagógico, os objetivos, conteúdos, proposta metodológica, proposta de avaliação e de ensino-aprendizagem, bem como a bibliografia mínima necessária, que formam a proposta curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio.

1.1.5. Formas de Acesso ao Curso

De acordo com o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio (ROA-Técnico): “O ingresso nos Cursos Técnicos de Nível Médio, dar-se-á após aprovação em processo seletivo público, regulado por edital específico para cada ingresso, devidamente autorizado pelo Reitor, conforme o Regimento Geral do IFRO, por apresentação de transferência expedida por outra Instituição congênere, matrículas especiais e outras formas que vierem a ser criadas por conveniência de programas ou projetos adotados pelo IFRO.”

O Instituto Federal de Rondônia *Campus Jaru*, por meio do Curso Técnico em Segurança do Trabalho oferecerá duas modalidades para o referido curso: Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio, sendo que na modalidade Concomitante, serão ofertadas vagas no período vespertino e, na modalidade Subsequente, no período noturno.

Conforme prevê o Regulamento da Organização Acadêmica – ROA dos Cursos Técnicos de Nível Médio, para ingressar nos Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio incluindo-se aqueles na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o aluno deverá ter concluído o Ensino Fundamental e estar cursando o Ensino Médio e, para ingressar nos Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, o aluno deverá ter concluído o Ensino Médio.

1.2 Das Políticas Institucionais Constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no Âmbito do Curso

1.2.1. A Inter-relação entre o Ensino a Pesquisa e a Extensão

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos. Visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas da educação dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, em especial aquelas com enfoques locais e regionais.

Assim, o fazer pedagógico deve integrar ciência e tecnologia, bem como teoria e prática; deve conceber a pesquisa como princípio educativo e científico e as ações de extensão, como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade. Para isso, é essencial o incentivo à iniciação científica, ao desenvolvimento de atividades comunitárias e de prestação de serviços, numa perspectiva de participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração de setores, pessoas e processos. São exemplos de atividades que promovem a inter-relação do ensino com a pesquisa e a extensão: visitas técnicas, minicursos e projetos de ensino e de iniciação científica além de projetos que integram o ensino, a pesquisa e a extensão.

1.2.2. Políticas de Articulação com os Setores Públicos e Privados

No Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO estão previstas ações para articulação com os setores públicos e privados. Apesar do apoio institucional, ainda é

reduzido o número de projetos que o IFRO desenvolve em parceria com instituições ou empresas sendo, portanto, reduzida captação de recursos externos pela instituição. Faz-se necessária, portanto, a criação de dispositivos internos que regulamentem a execução dos recursos destinados à pesquisa e à inovação no Instituto e que possibilitem a ampliação do quantitativo de servidores e de alunos envolvidos nessas atividades, em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados pelo IFRO.

Além disso, a existência desses dispositivos contribuirá para a atração de parceiros, públicos e privados, para a execução, em parceria, de projetos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento local e regional e que contribuirão para a captação de recursos externos ao orçamento da instituição. O IFRO também tem incentivado o fomento à participação de servidores e alunos em eventos científicos e tecnológicos com o objetivo de divulgar e publicar resultados de trabalhos desenvolvidos na Instituição. Porém, com o objetivo de melhorar a produção intelectual qualificada dos servidores e de aumentar as possibilidades de captação de recursos externos, esse fomento deverá ser estendido à publicação em periódicos técnicos e científicos.

Portanto, é objetivo do Instituto ampliar a participação dos seus servidores e alunos em atividades científicas, tecnológicas e artístico-culturais, de modo a melhorar e consolidar a posição do IFRO junto à comunidade acadêmica e científica, nos âmbitos regional e nacional. A articulação entre o IFRO e os demandantes externos de suas atividades de pesquisa e inovação é realizada pelo Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto (NIT/IFRO). Esse Núcleo tem desenvolvido ações para disseminar, junto à comunidade interna, a cultura da inovação e da propriedade intelectual, de modo a orientar e incentivar a participação dos pesquisadores da instituição na execução de projetos de pesquisa aplicada em parceria com empresas e outras instituições de ciência e tecnologia.

No tocante à internacionalização da pesquisa, o IFRO já aderiu a acordos de cooperação técnico-científicos realizados entre a SETEC e instituições estrangeiras, a exemplo dos Colleges Canadenses. Além disso, apesar da busca constante por parceiros internacionais para o desenvolvimento conjunto de atividades de pesquisas, inovação e de formação qualificada de pessoal, o Instituto já assinou termos de cooperação com instituições estrangeiras, a exemplo do Belgian Institute For Space Aeronomy (BIRA-IASB), da Bélgica, e do International Center for Numerical Methods Engineering (CIMNE), sediado na Universidade da Catalunha, em Barcelona, Espanha. Ainda sobre essa temática, foi criado o Núcleo de Internacionalização Institucional, que coordena o programa de

mobilidade internacional do IFRO e os promovidos pela Capes e CNPq e que oportuniza aos servidores e alunos a realização de pesquisas e de formação em instituições internacionais parceiras. Uma das ações iniciais desse Núcleo será a execução do Programa Piloto de Internacionalização da Pesquisa Aplicada e Extensão Tecnológica do IFRO (PIPEX).

Essas ações e iniciativas demonstram que o processo de internacionalização do IFRO já foi iniciado. Quanto à qualificação de servidores para execução de pesquisas qualificadas e atuação em programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, o IFRO implementou parcerias com instituições de ensino para a oferta de Doutorados e Mestrados Interinstitucionais (DINTER e MINTER) aos seus servidores. Além da qualificação, essas ações têm contribuído para a elevação da produção técnico-científica dos servidores, criando um ambiente de produção científica e tecnológica no Instituto para a implantação de programas próprios de mestrado e doutorado, bem como aproximando o IFRO de outras instituições com reconhecida competência no desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa.

Em adição, e com o objetivo de ampliar a divulgação das atividades desenvolvidas por seus servidores e alunos, e como forma de contribuir para a consolidação do diálogo e da interação entre a instituição e o mundo da produção, dos serviços e sociedade em geral, o IFRO tem buscado fortalecer seus periódicos técnico-científicos e fomentar a publicação de livros autorais por seus servidores e alunos. Por fim, as atividades de pesquisa e inovação no Instituto, bem como a transferência tecnológica para a sociedade demandante, estão sendo continuamente fortalecidas, com o objetivo de consolidar o IFRO como instituição de excelência no desenvolvimento de atividades técnico-científicas necessárias para atender as demandas sociais e culturais locais e regionais e de contribuir para a elevação da competitividade tecnológica do país.

1.2.3. Políticas de Ensino

No Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO estão previstas ações e metas que pretendem proporcionar aos egressos de todos os cursos uma educação pautada pelos moldes estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares e pelas exigências socioculturais. Por assim o ser, O IFRO desenvolveu um conjunto de diretrizes básicas para o desenvolvimento de suas atividades administrativas e acadêmicas ao longo dos

próximos anos e que podem ser reafirmadas ou reformuladas conforme as mudanças do cenário educacional, regional e local.

O sistema de informação acadêmico-administrativa deve ser aperfeiçoado, já que constitui mecanismo estratégico para racionalizar os procedimentos burocráticos desenvolvidos e garantir maior agilidade no processo de comunicação.

A interação com a comunidade interna e externa deve ser efetivada por meio de ações consistentes que promovam o envolvimento e o comprometimento da comunidade interna (docentes, discentes, servidores técnico-administrativos e sociedade) por meio de atividades de extensão. O ensino e a extensão devem caminhar de forma indissociável, conforme está preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9394/96).

1.2.4. Políticas de Pesquisa

Em poucos anos de funcionamento (2009 a 2017), o IFRO já conseguiu realizar um trabalho para implementação de atividades de pesquisa em todos os seus *campi*. Para isso, foi e continua sendo necessário que sejam desenvolvidos, de modo sistemático, além dos programas de iniciação científica, pesquisa de alto nível que atenda às necessidades locais de cada unidade.

Com o intuito de efetivação de seus programas de pesquisa, o IFRO adota as seguintes ações:

- a) Incentivo aos discentes e aos docentes interessados em práticas investigativas;
- b) Concessão de bolsas de iniciação científica aos discentes desde que preenchidos todos os requisitos legais;
- c) Alocação de carga-horária para os professores orientarem os alunos incluídos no Programas de Iniciação Científica;
- d) Promoção de seminários e encontros institucionais com pesquisadores de nome nacional para incentivar a importância da investigação científica.

O IFRO, com vistas ao estabelecimento de bases sólidas para o desenvolvimento de pesquisa científica relevante, compatível com as áreas de conhecimento que promove, apresenta em seu PDI as seguintes diretrizes gerais:

- a) Estabelecer mecanismos de articulação entre ensino, pesquisa e extensão: o espírito científico deve permear as práticas pedagógicas exercidas nos

- cursos de graduação e pós-graduação, de modo a tornar evidente para os alunos, a importância do saber fazer ciência durante a formação profissional;
- b) Promover a interação com a comunidade: os grupos de estudos já existentes e os que serão implementados no IFRO contemplarão as potencialidades acadêmicas existentes, devidamente articuladas com as demandas locais e regionais;
 - c) Consolidação das atividades científicas na medida em que sejam disponibilizados os recursos financeiros necessários;
 - d) Criar novos e adequar os periódicos institucionais já existentes ao processo Qualis. A socialização do conhecimento por meio de periódicos produzidos nos últimos anos pela Instituição exige um procedimento avaliativo, em nível nacional, além de ser um estímulo de divulgação dos resultados investigativos realizados por docentes e discentes vinculados (ou não) ao IFRO.

1.2.5. Políticas de Extensão

O IFRO tem uma política de extensão que inclui cursos, programas e outras atividades com a participação de docentes, discentes e técnicos administrativos, desenvolvendo estratégias que possibilitam maior inserção institucional com a sociedade local e regional.

Para tanto, as atividades extensionistas estão pautadas em diretrizes que permitem à instituição atender, com eficácia, as necessidades de caráter educacional cultural e social traçadas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Os programas e projetos de extensão, desenvolvidos no âmbito das unidades de ensino, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, representam um importante veículo de troca e interação entre a IES e a comunidade em que ela está inserida e atua como agente de transformação social.

As atividades de extensão evidenciam para a sociedade o potencial acadêmico do IFRO no atendimento de necessidades, sociais e culturais da comunidade local e regional.

1.2.6. Ações para o Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

O Instituto Federal de Rondônia idealiza o Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio em consonância com as diretrizes estabelecidas em suas normativas e referenciais pedagógicos. Por essa razão, o trajeto a ser seguido pelos estudantes deste curso os levará a compreender questões críticas e a influenciar no desenvolvimento local e regional. Terão condições de vivenciar e superar problemáticas existentes, para prestarem o atendimento profissional conforme as necessidades do setor em que se inserem.

Com o objetivo de implementar o ensino, a pesquisa e a extensão, o IFRO promove eventos que tratam de temas relacionados a esses pilares institucionais para o aprimoramento ainda maior da atuação do Instituto.

- a) Encontro das Equipes Dirigentes de Ensino: Evento realizado com o objetivo de discutir as temáticas relevantes ao processo de ensino e aprendizagem que perpassam pelo acesso, permanência e êxito, as regulamentações, a (re)organização dos cursos técnicos para atender a demanda social, entre outras, além de promover a aproximação da Reitoria e os *campi* entre si e desenvolver atividades de integração. Participam do evento, além da equipe da Pró-Reitoria de Ensino: os Diretores de Ensino, os Chefes dos Departamentos de Apoio ao Ensino, os Coordenadores de Curso, os Coordenadores de Biblioteca e os Coordenadores de Registros Acadêmicos.
- b) Encontro do Ensino, Pesquisa e Extensão - ENPEX – Evento realizado com o propósito de discutir e encaminhar situações estruturantes do ensino, pesquisa e extensão no IFRO, com base nos princípios pedagógicos e organizacionais do IFRO. Participam do evento as equipes das Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e os representantes maiores dos respectivos setores nos *campi* do IFRO;
- c) Encontro das Equipes de Apoio à Docência e Discência do IFRO – EENEADD. Tem por finalidade promover ações de capacitação em educação inclusiva e assistência estudantil, vinculadas ao planejamento institucional, potencializando o desenvolvimento das competências, individuais e coletivas, bem como do desenvolvimento integral e valorização dos servidores do IFRO, buscando a

excelência na qualidade dos serviços prestados e o alcance das metas institucionais.

Fazem parte deste grande encontro os seguintes eventos:

- 1) Encontro das Equipes Multiprofissionais da Assistência Estudantil: tem como objetivo principal estabelecer ações de desenvolvimento e fortalecimento da Assistência Estudantil, promover ações de capacitação e qualificação profissional e propor, implantar, instruir e supervisionar a política de assistência ao estudante no IFRO, conforme as normativas estabelecidas pelo Ministério da Educação/MEC. Participam do Encontro os Coordenadores e Chefes de Departamento de Assistência ao Educando, Pedagogos/Orientadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, Assistentes de Alunos, Nutricionistas, Enfermeiros e/ou Técnicos em Enfermagem e Diretores de Ensino dos *campi* do IFRO.
2. Encontro dos Profissionais das Equipes Multiprofissionais da Assistência Estudantil, por categoria: tem como objetivo discutir as atribuições dos profissionais: assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, pedagogos/orientadores, assistentes de alunos, nutricionistas e Intérpretes de Libras, enquanto componente das equipes da assistência estudantil.
3. Encontro das Coordenações dos NAPNEs: tem como objetivo capacitar, discutir e encaminhar os assuntos voltados à Política de Educação de Assistência e Inclusão do IFRO. Objetiva, também, reunir as Coordenações dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas para o encaminhamento de ações dos NAPNEs.
- d) Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFRO;
- e) Eventos nos *campi*: Os *campi* estabelecem em seus Calendários Acadêmicos eventos como seminários, feiras, exposições, entre outros, para a discussão de temas relevantes e ações de ensino, pesquisa e extensão envolvendo toda a comunidade acadêmica e geral;
- f) Eventos que envolvem ações de esporte, possibilitando a prática do desporto e a interação entre alunos e servidores dos *campi*;
- g) Por sua vez, os *campi* também promovem, através dos Departamentos/Coordenações de Extensão, eventos socioculturais e esportivos envolvendo a comunidade interna dos *campi*.

1.3. Objetivos do Curso

1.3.1. Objetivo Geral do Curso

Formar profissionais-cidadãos técnicos de nível médio na área de Segurança do Trabalho para desempenhar atividades de prevenção de acidentes do trabalho, neles incluídos as doenças profissionais e do trabalho, através de ações e programas específicos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador brasileiro e propiciando a diminuição do custo social decorrente dos infortúnios laborais.

1.3.2. Objetivos Específicos do Curso

- a) Capacitar o aluno a executar atividades de Técnico em Segurança do Trabalho;
- b) Oferecer disciplinas que agregam os conhecimentos necessários para a formação técnica integrada à formação humana e social.
- c) Formar profissionais com visão sistêmica e integrada em Saúde e Segurança do Trabalho;
- d) Propiciar aos alunos o conhecimento dos fundamentos de prevenção à saúde, avaliando os riscos profissionais a que estão expostos os trabalhadores e as formas de prevenção de acidentes de trabalho em seu local de trabalho;
- e) Desenvolver procedimentos técnicos voltados para a elevação do nível de qualidade de vida do trabalhador;
- f) Analisar e estabelecer critérios para escolha e utilização dos equipamentos de proteção individual e coletiva;
- g) Identificar medidas de segurança do armazenamento, transporte e manuseio de produtos;
- h) Conhecer e interpretar a legislação e normas técnicas de segurança do trabalho;
- i) Proporcionar aos alunos o reconhecimento de fatores de riscos ambientais e elaborar critérios para preveni-los.
- j) Estabelecer relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia e suas implicações para a educação profissional e tecnológica, além de

comprometer-se com a formação humana, buscando responder às necessidades do mundo do trabalho.

- k) Despertar a consciência do aluno e sua relação com a sociedade.

1.4. Perfil Profissional do Egresso: Competências e Habilidades

O Técnico em Segurança do Trabalho é o profissional com visão sistêmica do seu papel em relação ao meio ambiente, saúde e segurança em seu ambiente de trabalho. Aplica seus conhecimentos de forma e inovadora, acompanhando a evolução do setor. Possui conhecimento de dinâmica organizacional, podendo atuar em empresas públicas e privadas, bem como gerir seu próprio negócio. Age com ética profissional, sustentabilidade, iniciativa empreendedora, responsabilidade social e domínio do saber-fazer, do saber-ser, do saber-saber e do saber-conviver. Possui visão humanística crítica e consistente sobre o impacto de sua atuação profissional na sociedade. Tem habilidades de comunicação e de trabalho em equipes multidisciplinares. Facilita o acesso e a disseminação do conhecimento na sua área de atuação, aplica e respeita as normas de proteção e prevenção do meio ambiente, saúde e segurança do trabalho. Aplica princípios ergonômicos no trabalho. Presta primeiros socorros em situações de emergência, coleta, organiza e registra dados relativos ao campo de atuação. Conhece os fundamentos de prevenção das doenças laborais, avalia os riscos profissionais a que estão expostos os trabalhadores e as formas de prevenção de acidentes de trabalho. Reconhece fatores de riscos ambientais. Identifica e avalia rotinas, protocolos de trabalho, instalações e equipamentos.

Com base no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, também da Lei 7.410, de 27 de novembro de 1985 e também o que prevê no Art. 1º da Portaria nº 3.275, de 21 de setembro de 1989, que especifica as competências do Técnico em Segurança do Trabalho, o profissional egresso do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na modalidade Subsequente, oferecido pelo IFRO – *Campus Jarú*, deve apresentar um perfil que o habilite a desempenhar atividades voltadas para a prevenção e combate aos acidentes de trabalho. Esse profissional deverá demonstrar habilidades/capacidades de:

- ✓ Expressar ideias de forma clara, empregando técnicas de comunicação apropriadas a cada situação comunicativa;
- ✓ Aplicar a variante linguística a cada contexto real de comunicação oral e escrita;

- ✓ Fazer uso apropriado das normas gramaticais da variante em determinado contexto de comunicação;
- ✓ Utilizar as ferramentas de navegação na internet;
- ✓ Elaborar relatórios técnicos de procedimentos e atividades;
- ✓ Aplicar os princípios de organização, seus principais elementos e as relações estabelecidas na atividade laboral;
- ✓ Utilizar a legislação e as normas do trabalho;
- ✓ Utilizar conhecimentos próprios para prestação de primeiros socorros às vítimas de acidentes de trabalho;
- ✓ Manusear corretamente instrumentos e materiais de desenho;
- ✓ Ler e interpretar dados coletados para construção de tabelas, gráficos e planilhas;
- ✓ Apresentar dados estatísticos sobre problemas ou situações de segurança do trabalho;
- ✓ Utilizar métodos e técnicas de comunicação que estimulem a implantação de programas e ações de prevenção e correção de acidentes de trabalho;
- ✓ Fiscalizar o uso de equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa/órgãos públicos;
- ✓ Adotar as medidas cabíveis à proteção da saúde ocupacional;
- ✓ Executar programas e projetos de análise de riscos estabelecendo metas, cronogramas, custos e procedimentos de segurança no armazenamento de cargas;
- ✓ Executar programas e projetos de análise de riscos estabelecendo metas, cronogramas, custos e procedimentos de avaliação;
- ✓ Ministrando treinamentos específicos sobre combate a sinistros;
- ✓ Executar ações segundo métodos e técnicas de combate e prevenção a incêndios;
- ✓ Realizar avaliação qualitativa e quantitativa dos riscos pertinentes à sua área de atuação;
- ✓ Desenvolver projetos de segurança do trabalho em canteiros de obras;
- ✓ Realizar vistoria técnica para avaliação das condições de segurança em ambientes, materiais, máquinas, ferramentas e equipamentos;
- ✓ Realizar estudos e pesquisas relacionados à área de segurança;

- ✓ Aplicar princípios ergonômicos na realização do trabalho;
- ✓ Orientar procedimentos técnicos que evitem patologias geradas pelo trabalho e ocupações;
- ✓ Elaborar resumo, resenha e relatórios técnicos;
- ✓ Aplicar os princípios da qualidade total no gerenciamento dos recursos humanos e nos procedimentos operacionais;
- ✓ Acompanhar a implementação do sistema de gestão e garantia da qualidade por toda a empresa.

No contexto destas habilidades, pressupõe-se que o profissional seja capaz de encontrar soluções para problemas reais, comerciais ou administrativas, podendo adaptá-las às novas tecnologias atendendo às necessidades do mercado e também será capaz de gerenciar os recursos voltados à área de Segurança do Trabalho.

O compromisso, nesse sentido, é buscar desenvolver um perfil técnico cuja formação garanta a internalização de ideias, valores e convicções fundamentadas na responsabilidade social, justiça e ética; uma formação humanística e geral, que assegure a compreensão de seu meio social, político, econômico e cultural. Uma sólida formação teórica e técnica, voltada para uma atuação crítica e reflexiva acerca da área de segurança no trabalho e com capacidade de compreensão da necessidade de aperfeiçoamento profissional, interpessoal e institucional contínuo.

A formação deste novo perfil pressupõe, um embasamento teórico que assegure o desenvolvimento de um conjunto de habilidades e o domínio de conteúdos básicos, que de forma articulada possibilitem: a compreensão e a interpretação da realidade da tecnologia; a utilização do raciocínio lógico, crítico e analítico; a capacidade de lidar com modelos de gestão inovadores; enfim, a capacidade de tomada de decisão em um mundo diversificado e interdependente, através da ordenação de atividades e da seleção de formas e conteúdos adequadas às ações previstas.

O Técnico em Segurança do Trabalho requer um profissional que associa, em suas funções, atividades laborais consagradas e outras que vêm se mostrando cada vez mais presentes nas suas atribuições, destacando-se as relacionadas às políticas de segurança e aos processos de auditoria, pelas quais é chamado a responder individualmente ou, mais comumente, em equipes formadas por profissionais de diversas outras áreas que mantêm entre si uma grande proximidade em termos de objetivos e que, através de instrumentos e potencialidades específicos, perseguem a melhoria das condições

de vida em nosso planeta. Dessa forma, o levantamento Profissiográfico do Técnico em Segurança do Trabalho revelou que seu trabalho não se restringe à execução de tarefas e normas prontas e determinadas. Ao contrário, envolve três momentos específicos e complementares: o **planejamento**, a **execução** e a **avaliação**.

- a) Planejamento: nessa fase cabe ao Técnico de Segurança do Trabalho, elaborar e/ou participar da elaboração de Programas e Projetos específicos da sua área de atuação ou multifuncionais, envolvendo uma série de objetivos relacionados. Caracterizam as ações de planejamento, entre outras, estudos diagnósticos, seleção e/ou formulação de estratégias e metodologias, verificação de interfaces entre as políticas para outras áreas da organização e a de Segurança e Saúde do Trabalho.
- b) Execução: as ações de execução presentes no trabalho desse profissional comportam uma multiplicidade de atividades, abrangendo desde a implantação de políticas institucionais na área de Segurança e Saúde do Trabalho à especificidade de elaboração de um parecer técnico.
- c) Avaliação: presente em todas as fases do processo de trabalho, a avaliação torna-se mais caracterizada nas atividades que têm por objetivo determinar a eficiência e eficácia dos programas, projetos e qualquer ação na área de Segurança e Saúde do Trabalho. Sua realização demanda ao profissional acompanhamento sistemático e estruturado de todos os processos e procedimentos para que possa ser determinada, de fato, a eficácia do que está sendo realizado, definindo sua manutenção ou correção.

Assim sendo, as quatro funções que compõem o Perfil do Técnico de Segurança do Trabalho, desdobradas em várias subfunções, são: Políticas de Segurança e Saúde do Trabalho, Gestão de Riscos, Gerenciamento Ambiental e Auditoria. www.segurancanotrabalho.blogspot.com – acesso em 16/12/2016.

Ao concluir o curso, o egresso terá desenvolvido, ainda, concepções no âmbito humano e social, que lhe permitirá adotar visões e posturas éticas, cordiais e respeitadas no relacionamento com os demais, ter autoconsciência de seu papel profissional e cidadão e de suas responsabilidades sociais e ambientais junto às comunidades nas quais está inserido.

1.5. Estrutura Curricular

A concepção e a organização do Curso Técnico em Segurança do Trabalho estão apoiadas nos princípios filosóficos, legais e pedagógicos que embasam o projeto político-pedagógico do IFRO. Dentre eles, a unidade teoria-prática é o princípio fundamental e conduz a um fazer pedagógico que busca essa articulação através de atividades orientadas por métodos ativos como pesquisas, projetos, estudos de caso, seminários, visitas técnicas e práticas laboratoriais, entre outras atividades presentes em todas as unidades curriculares.

A organização curricular foi concebida com base nos objetivos, no perfil profissional do egresso e considerando as competências a serem desenvolvidas no mundo do trabalho. O curso terá a carga horária mínima de 1.200 horas para a oferta das disciplinas, conforme estabelecida pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e está organizado em itinerários formativos que envolvem disciplinas distribuídas em dois núcleos: núcleo profissional e o complementar. O Núcleo Profissional é composto por disciplinas específicas do currículo do Curso. As disciplinas consolidam a formação dos estudantes para o trabalho, mas sem perder de vista a preparação para a vida em sociedade. Elas envolvem conhecimentos básicos específicos que habilitem ao desenvolvimento de atividades técnicas, no sentido de orientar, acompanhar e executar ações que valorizem o contexto da formação, com vistas à sustentabilidade dos empreendimentos e do meio ambiente.

Os componentes curriculares são compostos por conteúdos que preparem os estudantes para planejamento, elaboração de projetos, gestão de serviços e pessoas e aplicação prática das técnicas e tecnologias. O desenvolvimento das ações é pautado pelos fundamentos da modalidade escolhida para o exercício da profissão. As disciplinas deste núcleo agregam os conhecimentos necessários para a formação técnica integrada à formação humana e social.

A disciplina Orientação para a Prática Profissional e Pesquisa tem por finalidade preparar os alunos para a metodologia do trabalho científico e o estágio. As disciplinas estão distribuídas em 03 (três) semestres ou 01 (um) ano e seis meses de atividades letivas. Além disso, o Curso prevê 120 horas aulas de Estágio Supervisionado obrigatório, podendo, o aluno, desenvolver outras atividades complementares, tais como Projetos de Pesquisa e/ou Extensão, TCC ou ainda Artigo Científico, sob a orientação de um professor

do Curso, com a finalidade de prover experiências mais intensivas e específicas em situações reais de trabalho.

Empreendedorismo, que consiste também numa forma de sistematização e aplicação do conhecimento, contempla noções de cooperativismo e gestão de pessoas e do ambiente organizacional. O núcleo profissional prevê também conteúdos de outros temas transversais relativos à profissão.

A interdisciplinaridade dar-se-á por intermédio de projetos que podem ser desenvolvidos em todos os semestres englobando toda ou parte das disciplinas segundo a demanda dos temas e o interesse da equipe de professores através do Projeto Integrador previsto nos componentes curriculares do curso.

Nesse sentido, as disciplinas e as demais atividades são organizadas para permitir o aprofundamento e a reflexão dos conteúdos que integram os conhecimentos específicos da área, elegendo como elementos de ligação e problematização a experiência do estudante e a realidade da Segurança do Trabalho nas empresas como tema gerador que orientará a prática dialógica dessa formação, construindo, assim, uma transversalidade entre os conteúdos específicos da área do curso em questão, da gestão e de outras ciências, em uma escala local e global, verticalizando-se o processo ensino-aprendizagem em uma perspectiva interdisciplinar.

Em face do exposto, considera-se que este projeto tenha sido elaborado de forma a favorecer o aluno e o professor, procurando assegurar-lhes a mais ampla acessibilidade pedagógica e atitudinal. A organização pedagógica e a administrativa proposta por este projeto visam promover a teoria aliada à prática na formação ampla do futuro egresso, asseverando-lhe as necessárias competências e habilidades para o exercício da profissão e para as relações subjetivas de transformação do meio no qual está inserido.

1.6. Conteúdos Curriculares do Curso

1.6.1. Especificação dos Componentes Curriculares

COMPONENTES DO NÚCLEO PROFISSIONAL
Estatística Aplicada à Segurança do Trabalho Higiene e Saúde ocupacional I Informática Básica Introdução à Segurança do Trabalho Legislação Aplicada à Segurança e Saúde do Trabalho Português Instrumental Prevenção e Combate a Sinistro I Desenho Técnico Ética Profissional e Cidadania Higiene e Saúde Ocupacional II Orientação para Prática Profissional e Pesquisa Prevenção e Combate a Sinistro II Processos Industriais Segurança do Trabalho Análise de Risco Prática Controle Ambiental Empreendedorismo Ergonomia Prevenção e Controle de Perdas Primeiros Socorros Projeto Integrador
COMPONENTES DO NÚCLEO COMPLEMENTAR
Prática Profissional Supervisionada Trabalho de Conclusão de Curso - TCC Artigo Científico e/ou Projeto de Pesquisa/Extensão.

1.6.2 Coerência dos conteúdos curriculares com o perfil desejado do egresso

A estrutura curricular foi elaborada com disciplinas que integram o curso, como parte essencial do Projeto Pedagógico. Esta estrutura expressa a sugestão institucional de currículo e integra a proposta semestral de cumprimento de disciplinas, para a integralização do curso pelo aluno, no tempo definido neste Projeto Pedagógico, de no mínimo 3 e no máximo 6 semestres.

A otimização do corpo docente traz uma prática interdisciplinar ao curso, mais vivenciada, e não somente teorizada. A organização da estrutura das disciplinas que serão

oferecidas busca inter-relacionar, contrastar, complementar e ampliar os conhecimentos a ser formado no egresso.

O curso apresenta estrutura curricular e conteúdos programáticos previamente definidos que serão estudados de forma interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinarmente para atender à formação do perfil do profissional egresso.

1.6.3. Coerência dos Conteúdos Curriculares face às Diretrizes Curriculares Nacionais

A estrutura curricular do curso, preservando a sua articulação, busca mecanismos capazes de lhe permitir um grau de flexibilidade, possibilitando ao aluno “desenvolver/trabalhar vocações, interesses e potenciais específicos”, criando-se condições de tempo para pesquisas bibliográficas e autoaprendizagem, por meio de adequado planejamento das cargas horárias semestrais, respeitado o limite máximo de horas/aula semanais, seguindo orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso e do Catálogo Nacional para Cursos Técnicos.

Ainda, em consonância com este propósito, busca-se oportunizar a flexibilização por meio da implementação curricular das Atividades Complementares de interesse individual e coletivo.

As disciplinas estão organizadas na matriz curricular de modo a atender os interesses das políticas nacionais para a educação técnica e também para adequar o curso às exigências regionais.

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio do IFRO deve obediência aos princípios gerais de educação emanados das Diretrizes Curriculares Nacionais e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

O graduando em Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio trabalha com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada pelo exercício da profissão, fundamentando-se em interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Este repertório deve se constituir por meio de múltiplos olhares, próprios das ciências, das culturas, das artes, da vida cotidiana, que proporcionam leitura das relações sociais e étnico-raciais, também dos processos educativos por estas desencadeados.

Para a formação do Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio é importante ressaltar que o conhecimento adquirido na escola é o referencial para a organização da vida e do trabalho. Os estudos e conhecimento devem servir como principal base de promoção, com equidade, do exercício pleno da cidadania.

1.6.4 Matriz Curricular do Curso

CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO CONCOMITANTE / SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO - CAMPUS JARU							
Matriz aprovada pela Resolução nº 28/CEPEX/IFRO/2017							
Carga Horária Total dimensionada para 3 semestres e 100 dias letivos por semestre							
Módulo aula: 50 minutos							
DISCIPLINAS	Aulas Semanais			C.H. Presencial	C.H. Não Presencial	Totais	
	1º Sem.	2º Sem.	3º Sem.			Horas Aula	Horas Relógio
Estatística Aplicada a Segurança do Trabalho	3			60	12	72	60
Higiene e Saúde ocupacional I	4			80	16	96	80
Informática Básica	2			40	8	48	40
Introdução à Segurança do Trabalho	3			60	12	72	60
Legislação Aplicada à Segurança e Saúde do Trabalho	2			40	8	48	40
Português Instrumental	2			40	8	48	40
Prevenção e Combate a Sinistro I	4			80	16	96	80
Subtotal 1	20			400	80	480	400
Desenho Técnico		3		60	12	72	60
Ética Profissional e Cidadania		2		40	8	48	40
Higiene e Saúde Ocupacional II		3		60	12	72	60
Orientação para Prática Profissional e Pesquisa		2		40	8	48	40
Prevenção e Combate a Sinistro II		3		60	12	72	60
Processos Industriais		4		80	16	96	80
Segurança do Trabalho		3		60	12	72	60
Subtotal 2		20		400	80	480	400
Análise de Risco Prática			3	60	12	72	60
Controle Ambiental			3	60	12	72	60
Empreendedorismo			2	40	8	48	40
Ergonomia			3	60	12	72	60
Prevenção e Controle de Perdas			4	80	16	96	80
Primeiros Socorros			3	60	12	72	60
Projeto Integrador			2	40	8	48	40
Subtotal 3			20	400	80	480	400
TOTAL				1200	240	1440	1200
Total de disciplinas por semestre	7	7	7				
NÚCLEO COMPLEMENTAR							
Prática Profissional Supervisionada						144	120
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO						1584	1320

1.6.5. Ementário

PRIMEIRO SEMESTRE

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio		
Disciplina: Estatística aplicada à Segurança do Trabalho		
Núcleo: Profissionalizante	Semestre: 1º	CH Total: 72 h/a
Objetivo Geral:		
Desenvolver condições de organizar e descrever conjuntos de dados estatísticos voltados para o desenvolvimento de pesquisas voltadas para a prevenção de acidentes e dominar os fundamentos básicos de probabilidade.		
Ementa:		
Noções de estatística; Estatística básica; Probabilidade.		
Referências básicas:		
ANDERSON, David R.; SWEENEY, Denis J.; WILLIAMS, Thomas A. Estatística aplicada à administração e economia . São Paulo: Thompson Learning, 2003.		
BUSSAB, Wilton O.; MORETTIN, Pedro A. Estatística básica . 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.		
MORETTIN, P. A. & BUSSAB, W. O. (2010) Estatística Básica . 6a ed. São Paulo: Saraiva.		
Referências complementares:		
CRESPO, A. A. Estatística Fácil . 19a ed. São Paulo: Saraiva, 2009.		
DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contextos e aplicações . São Paulo: Ática, 2013.		
MAGALHÃES, Marcos N.; LIMA, Antonio C. P. Noções de probabilidade e estatística . 6.ed. São Paulo: Edusp, 2005.		
HOJI, masakazu. Administração financeira e orçamentária . 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.		
HOFFMANN, Rodolfo. Estatística para Economistas . 4a ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006.		

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio		
Disciplina: Higiene e Saúde Ocupacional I		
Núcleo: Profissionalizante	Semestre: 1º	CH Total: 96 h/a
Objetivo Geral:		
Propiciar a formação de profissionais que atuem na análise dos ambientes de trabalho e na construção de políticas preventivas por meio de uma formação humanística, científica e tecnológica.		
Ementa:		
Conceitos fundamentais e evolução histórica dos riscos ambientais; Parâmetro de medição; Critérios de avaliação; Medidas de controle e mitigação; Insalubridade (Riscos químicos, físicos e biológicos) e NR 15 com seus anexos; Instrumentação e técnicas de medição.		
Referências básicas:		
ANJOS, Alcinéa Meigikos; et al. Introdução à Higiene Ocupacional . São Paulo: Fundacentro, 2004.		
GONÇALVES, Edwar Abreu. Manual de Segurança e Saúde no Trabalho . 5. ed. São Paulo: LTr, 2011.		
SALIBA, T. M. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA . São Paulo: LTr, 2016.		
_____. Manual prático de avaliação e controle de poeira e outros particulados . São Paulo: LTr, 2007.		
_____. Manual prático de avaliação e controle de gases e vapores . São Paulo: LTr, 2009.		
Referências complementares:		
COUTINHO, Antonio Souto. Conforto e Insalubridade Térmica em Ambientes de Trabalho . João Pessoa: Ed. Universitária, 2005.		
GONÇALVES, Edwar Abreu. GONÇALVES, José Alberto de Abreu. Segurança e Saúde no Trabalho em 2000 Perguntas e Respostas . 4. ed. São Paulo: LTr, 2010.		
_____. Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional . 4. ed. São Paulo: LTr, 2011.		
OKUNO, Emico. Radiação: Efeitos, Riscos e Benefícios . 1. ed. São Paulo: Editora HarbraLtda, 1998.		
VENDRAME, Antônio Carlos. Agentes Químicos: Reconhecimento, Avaliação		

e Controle na Higiene Ocupacional. São Paulo: Ed. do Autor, 2007.

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio		
Disciplina: Informática Básica		
Núcleo: Profissionalizante	Semestre: 1º	CH Total: 48 h/a
Objetivo Geral:		
Propiciar conhecimentos básicos sobre os computadores digitais e de como utilizar e efetuar configurações simples do sistema operacional, usufruir de recursos de internet e operar softwares aplicativos e proprietários.		
Ementa:		
Noções de hardware e software. Sistema Operacional. Softwares utilitários. Softwares de escritório. Internet.		
Referências básicas:		
SILVA, M.G. Informática - Terminologia - Microsoft Windows 8 - Internet - Segurança - Microsoft Word 2013 - Microsoft Excel 2013 - Microsoft PowerPoint 2013 - Microsoft Access 2013 . 1ª ed. São Paulo: Ed. Érica, 2013.		
TORRES, Gabriel. Redes de Computadores: curso completo . Rio de Janeiro: Axcel Books. 2004.		
VELLOSO, F.G. Informática: Conceitos Básicos . 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011. CAPRON, H.I; JOHNSON, J. A. Introdução à informática . 8. ed. São Paulo: Pearson Education, 2004.		
Referências complementares:		
ALVES, William Pereira. Informática – Microsoft Office Word 2010 e Microsoft Excel – Avançado . São Paulo: Érica, 2010.		
AQUILA, Robson; COSTA, Renato da. Informática Básica . Rio de Janeiro: Impetus, 2009.		
LAPPONI, L. C. Estatística Usando o Excel . São Paulo: Campos, 2005.		
RAINER JR, R. K.; CEGIELSKY, C. G. Introdução a Sistemas de Informação . 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.		
TANENBAUM, Andrew S. Organização Estruturada de Computadores . 5ª ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2007.		

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio		
Disciplina: Introdução à Segurança do Trabalho		
Núcleo: Profissionalizante	Semestre: 1º	CH Total: 72 h/a
Objetivo Geral:		
Proporcionar aos alunos conhecimentos sobre os conceitos básicos da segurança do trabalho e seus objetivos, discutindo ainda os erros inerentes à atividade de segurança no campo de trabalho, além de orientar sobre prevenção contra acidentes e doenças do trabalho.		
Ementa:		
Histórico da Segurança do Trabalho; Noções fundamentais sobre segurança do trabalho; Serviço especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho SESMT (NR 04); Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA (NR 05) e Mapa de risco; Equipamento de proteção individual – EPI (NR 06); Segurança e conforto nas edificações (NR 08); Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho (NR 24); Trabalho a céu aberto (NR 21).		
Referências básicas:		
Legislação em Segurança e Saúde no Trabalho (Lei 6.514/77 e Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria MTb3.214/78 e alterações).		
SOUSA, Carlos Roberto Coutinho de, ARAÚJO, Giovanni Moraes de, BENITO, Juarez. Normas Regulamentadoras Comentadas . Rio de Janeiro: Imprensa, 2000.		
GONÇALVES, Edwar Abreu. Segurança e Medicina do trabalho em 1.200 Perguntas e Respostas . São Paulo: LTr.		
Referências complementares:		
Binder, M. C. e outros. Árvore de Causas . São Paulo, Publisher Brasil, 2001.		
BLIKSTEIN, I. Técnicas de comunicação escrita . 22.ed., São Paulo: Ática, 2006.		
GONÇALVES, Edwar Abreu. Manual de Segurança e Saúde no Trabalho . São Paulo: LTr, 2006.		
MTE. Caminhos da análise de acidentes do trabalho . Brasília: MTE, 2003.		
ZOCCHIO, Álvaro. Prática da Prevenção de Acidentes . São Paulo, Atlas, 1995		

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio		
Disciplina: Legislação Aplicada à Segurança e Saúde do Trabalho		
Núcleo: Profissionalizante	Semestre: 1º	CH Total: 48 h/a
Objetivo Geral:		
Propiciar a adequada assimilação de conhecimentos jurídicos específicos de Segurança e Saúde no Trabalho e necessários para o desenvolvimento de habilidades e capacidade crítica em relação à ciência do Direito.		
Ementa:		
Conceitos básicos de legislação (lei, decreto, portaria) e a hierarquia das leis (federal, estadual e municipal); Convenção e recomendações da Organização Internacional Do Trabalho (OIT); Direito Constitucional; CLT; Direito previdenciário Aspectos jurídicos das Normas Regulamentadoras 01, 02, 03 e 28. Instruções e ordens de serviços.		
Referências básicas:		
BRANDIMILLER, Primo A. Perícia Judicial em Acidentes e Doenças do Trabalho . 1a Edição. São Paulo: Editora SENAC, 1996.		
GONÇALVES, Edwar Abreu. Segurança e medicina do trabalho em 1200 perguntas e respostas . 3a Edição. São Paulo: LTr, 2000.		
GONÇALVES, Edwar Abreu. Manual de segurança e saúde no trabalho . 3a Edição. São Paulo: LTr Editora, 2006.		
Referências complementares:		
_____. Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador . 4a Edição. São Paulo. LTr Editora. 2006.		
MELO, Raimundo Simão de. Direito ambiental do trabalho e saúde do trabalhador . São Paulo: LTr, 2004.		
MICHEL, Osvaldo. Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais . São Paulo: LTr, 2004.		
MORAIS, Giovani Araújo. Normas regulamentadoras comentadas . 6ª ed. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro. 2006.		
OLIVEIRA, Sebastião Geraldo. Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional . São Paulo: LTr, 2006.		

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio		
Disciplina: Português Instrumental		
Núcleo: Profissionalizante	Semestre: 1º	CH Total: 48 h/a
Objetivo Geral:		
Proporcionar conhecimentos teóricos e práticos referentes à Língua Portuguesa, possibilitando, dessa forma, leitura e produção de textos variados que motivem, por excelência, a boa atuação do educando na vida profissional e nas inter-relações cotidianas.		
Ementa:		
Elementos da comunicação. Funções da linguagem. Leitura, compreensão e interpretação textual. Redação oficial. Redação científica. Ortografia. Pontuação. Concordância. Regência.		
Referências básicas:		
BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República . Brasília, 2002.		
BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa . 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.		
Garcia, Othon M. Comunicação e prosa Moderna : aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.		
Referências complementares:		
BELTRÃO, Odacir. BELTRÃO, Mariusa. Correspondência : linguagem e comunicação oficial, empresarial, particular. 18 ed. São Paulo: Atlas, 1990.		
BLIKSTEIN, I. Técnicas de comunicação escrita . 22.ed., São Paulo: Ática, 2006.		
FIORIN, José Luiz, SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto . São Paulo: Ática, 1997.		
GONÇALVES, Adair Vieira e BAZRIM, Milene. (orgs) Interação, gêneros e letramento. A (Re) escrita em foco . São Carlos: Claraluz, 2009.		
BLIKSTEIN, I. Técnicas de comunicação escrita . 22.ed., São Paulo: Ática, 2006.		

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio		
Disciplina: Prevenção e Combate à Sinistro I		
Núcleo: Profissionalizante	Semestre: 1º	CH Total: 96 h/a
Objetivo Geral:		
Propiciar ao aluno conhecimento para desenvolver uma visão crítica a respeito da prevenção e do controle de perdas de um sistema e do gerenciamento de riscos do mesmo.		
Ementa:		
Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar referente a Sinistro e Pânico; O fogo e o incêndio. A combustão e seus elementos. Métodos de transmissão de calor. Classificação dos incêndios e dos agentes extintores. Sistemas extintores de sinistros – fixos e móveis e seus tipos. Sistemas de detecção e alarme de sinistros. Equipamentos de proteção individual para combate a sinistros. Proteções estruturais contra sinistros. NR – 23 (Proteção contra Incêndio) e NR - 26 e Sinalização de segurança.		
Referências básicas:		
AMORIM, Walter Vasconcelos de. Curso de Prevenção e Combate a Incêndio . São Paulo: LTr, 2000.		
AZEVEDO, Gustavo Maurício Estevão de. Tecnologia de Prevenção e Combate aos Sinistros . Recife: CEFET/PE, 1992.		
CAMILO JÚNIOR, A.B. Manual de Prevenção e Combate à Incêndios . São Paulo: SENAC São Paulo. 2010.		
Referências complementares:		
GONÇALVES, Edwar Abreu. Manual de Segurança e Saúde do Trabalho . São Paulo: LTr, 2000.		
PEREIRA, A.G.; POPOVIC, R.R. Tecnologia em Segurança contra Incêndios . São Paulo: LTR, 2007.		
SALIBA, Tuffi Messias. Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional . São Paulo: LTr, 2008.		
_____. Tuffi Messias; CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. Insalubridade e Periculosidade: aspectos técnicos e práticos . São Paulo: LTr, 2011.		
VILLAR, A.M. Prevenção a Incêndios e Explosões . João Pessoa: Editora UFPB, 2001.		

SEGUNDO SEMESTRE

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio		
Disciplina: Desenho Técnico		
Núcleo: Profissionalizante	Semestre: 2º	CH Total: 72 h/a
Objetivo Geral:		
Instrumentar o discente para leitura, interpretação e execução do desenho técnico aplicado as atividades do Técnico em Segurança do Trabalho.		
Ementa:		
Teoria e prática do desenho técnico aplicado à representação gráfica e convenções de projetos. Normas técnicas. Noções de planejamento visual. Noção de desenho arquitetônico. Noções de AutoCAD.		
Referências básicas:		
FRENCH, Thomas E.; VIERCK, Charles J. Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica . São Paulo: Editora Globo, 2011.		
MONTENEGRO. Gildo A. Desenho Arquitetônico . São Paulo: Ed. 4ª, Edgard Blücher Ltda. 2001.		
SILVA, A., DIAS, J., SOUSA, L. Desenho Técnico Moderno . Lisboa: Lidel, 2006.		
Referências complementares:		
ALBIERO, S. Desenho Técnico Fundamental . São Paulo: EPU, 2006.		
BAPTISTA, F. P; MICELI, M. T. Desenho Técnico Básico . 3 ed. São Paulo: do Livro Técnico, 2001.		
LEAKE, James M.; BORGERSON, Jacob L. Manual de Desenho Técnico para Engenharia - Desenho, Modelagem e Visualização. São Paulo: LTC, 2015.		
RIBEIRO, Milton. Planejamento Visual Gráfico . Ed. LGE Editora. 2005.		
NETTO, Claudia Campos. Estudo Dirigido de Autocad 2015 - Para Windows. São Paulo: Editora Érica, 2014.		

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio		
Disciplina: Ética Profissional e Cidadania		
Núcleo: Profissionalizante	Semestre: 2º	CH Total: 48 h/a
Objetivo Geral:		
Propiciar ao aluno compreender, interpretar e discutir os acontecimentos sociais, políticos e culturais à luz da ética e da cidadania no contexto contemporâneo do mundo ocidental.		
Ementa:		
Ética e moral. Fundamentos de ética. A ética no pensamento ocidental. Capitalismo, comércio, indústria e a ética do autointeresse. O mundo do trabalho, o empresário, o empregado e a sociedade. A ética empresarial e a profissional, a globalização e o confronto de culturas. Ética profissional em um mundo globalizado e responsabilidade social. A atuação profissional e os dilemas éticos. O exercício da profissão e o código de ética.		
Referências básicas:		
COSTA, Jurandir Freire. A ética e o espelho da cultura . Rio de Janeiro: Rocco, 1995.		
KORTE, Gustavo. Iniciação à ética . São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 1999.		
NOVAES, A. (org.). Ética . São Paulo: Cia. das Letras, 1994.		
Referências complementares:		
BAUMAN, Zygmunt. Em busca da política . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.		
FAGUNDES, Márcia Botelho. Aprendendo valores éticos . Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.		
GUARESCHI, Pedrinho & BIZ, Osvaldo. Mídia e Democracia . Porto Alegre: PG/OB, 2005.		
OLIVEIRA, M. (Org.). Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.		
SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional . São Paulo: Atlas, 1998.		

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio		
Disciplina: Higiene e Saúde Ocupacional II		
Núcleo: Profissionalizante	Semestre: 2º	CH Total: 72 h/a
Objetivo Geral:		
Apresentar aos alunos a norma regulamentadora 15, bem como elucidar que os trabalhadores expostos a agentes, sejam eles físicos, químicos ou biológicos, acima dos limites de tolerância, podem desenvolver alguma patologia do trabalho relacionada à exposição sistemática.		
Ementa:		
NR-15 e o Anexo IV do Regulamento da Previdência Social (Decreto 3.048); Periculosidade (NR - 16); Doenças Profissionais X Doenças Ocupacionais; Riscos e suas doenças: Riscos Físicos; Vibrações; Síndrome de Raynaud de Origem Ocupacional; Ruído; Pressões Anormais; Radiações; Dermatoses Ocupacionais por agentes físicos Riscos Químicos; Doenças respiratórias ocupacionais; Dermatoses Ocupacionais por agentes químicos; Riscos Biológicos; Programas de imunização. NR – 32 (Segurança e saúde do trabalho em serviço de saúde). NR – 7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO); NR – 9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais).		
Referências básicas:		
MENDANHA, Marcos Henrique. Medicina do Trabalho e Perícias Médicas . 4ª Edição, São Paulo: Ed. Ltr, 2015.		
SALIBA, T. M. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA . 8ª ed. São Paulo: LTr, 2017.		
_____. PPRA e PCMSO em serviços de saúde . 7ª ed. São Paulo: LTr, 2016.		
Referências complementares:		
Ezio Breviglieri, José Possebon e Robson Spinelli. Higiene Ocupacional - Agentes Físicos, Químicos e Biológicos ; 8 ed. Editora SENAC, 2015.		
GONÇALVES, Danielle Carvalho, GONÇALVES, Isabelle Carvalho. GONÇALVES, Edwar Abreu. Manual de segurança e saúde no trabalho . 6ª Edição. São Paulo: LTr Editora, 2015. MANUAL DE LEGISLAÇÃO ATLAS. Segurança e Medicina do Trabalho . 78ª Edição. São Paulo: Editora Atlas. 2017. MONTEIRO, A.L.; BERTAGNI, R.F.S. Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais . São Paulo: Saraiva, 2004. PAOLESCHI, B. Cipa - Guia Prático de Segurança Do Trabalho . Comissão Interna De Prevenção de Acidentes. São Paulo: Érica. 1º Edição, 2010.		

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio		
Disciplina: Orientação para Prática Profissional e Pesquisa		
Núcleo: Profissionalizante	Semestre: 2º	CH Total: 48 h/a
Objetivo Geral:		
Aplicar normas de metodologia científica em trabalhos acadêmicos e instruções de prática profissional na realização do estágio.		
Ementa:		
Pesquisa científica. Redação técnica e científica. Estrutura de projetos de pesquisa e de extensão. Elaboração de relatórios. Elaboração de artigos científicos. Exposição de resultados de pesquisa e de práticas profissionais. Concepção de estágio. Operacionalização do estágio.		
Referências básicas:		
ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos . Paraná: Juruá, 2012.		
LAKATOS, M. e MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2010.		
OLIVEIRA, J. L. de. Texto acadêmico: técnicas de redação e pesquisa científica . Rio de Janeiro: Vozes, 2009.		
Referências complementares:		
AZEVEDO, C. B. Metodologia científica ao alcance de todos . São Paulo: Manole, 2013.		
BRASIL. Presidência da República. Lei 11.788/2008 . Brasília, 2008.		
CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; e SILVA, Roberto da. Metodologia científica . São Paulo: Pearson, 2007.		
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.		
MONLEVADE, João Antonio Cabral. Orientações para a Prática Profissional Supervisionada . Cuiabá: UFMT, 2014.		

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio		
Disciplina: Prevenção e Combate a Sinistro II		
Núcleo: Profissionalizante	Semestre: 2º	CH Total: 72 h/a
Objetivo Geral:		
Permitir que o aluno desenvolva uma visão crítica a respeito da prevenção e do controle de perdas de um sistema e do gerenciamento de riscos do mesmo.		
Ementa:		
NR – 20 (Segurança e saúde no trabalho com inflamáveis e combustíveis); NR 19 (Explosivos); NR - 22 (Segurança e saúde ocupacional na mineração); NR – 29 (norma regulamentadora de segurança e saúde no trabalho portuário) ; NR – 30 (segurança e saúde no trabalho aquaviário); NR- 31 (segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquicultura); NR – 34 (condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção e reparação naval); Planos de emergência; Planos de contingência e seguros e resseguros no Brasil.		
Referências básicas:		
CAMPOS, V. F. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia . Belo Horizonte: Ed. Desenvolvimentos Gerenciais, 2001.		
DE CICCIO, F. M.; FANTAZZINI, M. L. Introdução à engenharia de segurança de sistemas . São Paulo: Fundacentro, 1988.		
HARRINGTON, H. Gerenciamento total da melhoria contínua . São Paulo: Makron Books, 1997.		
Referências complementares:		
ABIQUIM. Manual para atendimentos de emergências . São Paulo: Pró-química, 2006.		
AITA, José Carlos Lorentz. Prevenção e combate a sinistros . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2012.		
CARDELLA, B. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística . São Paulo: Atlas. 2007.		
DEJOURS. C. Trabalho, tecnologia e organização: avaliação do trabalho submetido à prova real . São Paulo: Blucher, 2008.		
MAGGI, B.; DWYER. T.; CARUSO, L. A. C. Trabalho, tecnologia e organização . São Paulo: Blucher, 2007.		

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio		
Disciplina: Processos Industriais		
Núcleo: Profissionalizante	Semestre: 2º	CH Total: 96 h/a
Objetivo Geral:		
Proporcionar aos alunos noções básicas dos processos de produção, equipamentos e máquinas para possibilitar a avaliação dos impactos das tecnologias nos processos de produção e sua relação com a segurança e saúde no ambiente de trabalho.		
Ementa:		
Conceituação e importância; Processos Industriais; Ventilação; Manutenção; Corrosão; NR – 10 (Instalações e serviços em eletricidade); NR – 11 (Transporte, armazenagem e manuseio de materiais); NR – 12 (Proteção de máquinas e equipamentos); Superfícies de trabalho e estruturas diversas; NR – 13 (Caldeiras e Vasos sob pressão); NR – 14 (Fornos); NR – 33 (Espaço Confinado); NR – 35 (Trabalho em altura).; NR - 36 (Segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados).		
Referências básicas:		
CAMPOS, Armando, TAVARES, José da Cunha, LIMA, Valter. Prevenção e Controle de Risco em Máquinas, Equipamentos e Instalações . 7ª Ed. São Paulo: SENAC, 2015.		
DRAGONI, José Fausto. Proteção de Máquinas, Equipamentos, Mecanismos e Cadeado de Segurança . São Paulo: Ed. Ltr, 2011.		
FRANCHI, Claiton Moro. Controle de Processos Industriais - Princípios e Aplicações . São Paulo: Editora Érica, 2015		
Referências complementares:		
BARROS, Benjamim Ferreira de, Rodrigues, José Eduardo, Pereira Dos Santos, Rosângela Helena. Nr-33 - Guia Prático de Análise e Aplicações - Norma Regulamentadora de Segurança Em Espaços Confinados. São Paulo: Editora Érica, 2012.		
CAMISASSA, Mara Queiroga. Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 36 comentadas e descomplicadas . 3ª ed. São Paulo: Método, 2016. Ivi, 949 p.		
LOBOSCO, Vagner. Gestão Nr-10 - Faça você mesmo! 2ª Edição, São Paulo: LTr, 2013.		
MARINHO, Ricardo. Nr33 - Segurança e Saúde Dos Trabalhos em Espaços Confinados - Principais Desafios . São Paulo: Viena, 2015.		
SHERIQUE, Jaques. NR-12 - Passo a passo para implantação . 2ª Edição, São		

Paulo: LTr, 2016.

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio		
Disciplina: Segurança do Trabalho		
Núcleo: Profissionalizante	Semestre: 2º	CH Total: 72 h/a
Objetivo Geral:		
Capacitar o aluno para aplicação de medidas preventivas no ambiente de trabalho através do conhecimento dos aspectos técnicos e legais da segurança do trabalho.		
Ementa:		
Definição das atribuições do Técnico de Segurança do Trabalho; Acidentes e doenças ocupacionais: conceitos, causas, fatores, custos, aspectos sociais e econômicos; estudo das estatísticas de acidentes do trabalho; Preenchimento da Comunicação de Acidentes do Trabalho – CAT; Inspeções de higiene e segurança em ambientes laborais; NR – 18 (condições e meio ambiente de trabalho na Indústria da construção); Apresentação do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT; Preenchimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP.		
Referências básicas:		
AYRES, Dennis de Oliveira; CORRÊA, José Aldo Peixoto. Manual de prevenção de acidentes do trabalho: aspectos técnicos e legais . São Paulo: Atlas, 2001.		
PAULINO, Naray Jesimar Aparecida; MENEZES, João Salvador Reis. O acidente do trabalho: perguntas e respostas . São Paulo: LTR, 2003.		
PEREIRA, Alexandre Demetrius. Tratado de segurança e saúde ocupacional: aspectos técnicos e jurídicos . São Paulo: LTr, 2005. 7v.		
Referências complementares:		
CAMPOS, A.; TAVARES, J. C.; LIMA, W. Prevenção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações . São Paulo: SENAC, 2006.		
DUARTE, Edgard Filho. Programa 5 minutos diários de segurança, saúde ocupacional e meio ambiente . Belo Horizonte: Ergo Editora, 1999.		
KWITKO, Airton. Coletânea nº 2: audiologia forense, CAT por perda auditiva, quantificação da perda, audiometria ocupacional, PPP e ética médica, PPP e audiometria e outros tópicos . São Paulo: LTr, 2004.		
MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e		

de execução e suas questões polêmicas. São Paulo: Saraiva, 2005.

SALIBA, Tuffi Messias; PAGANO, Sofia C. Reis Pagano. (Org.). **Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador.** São Paulo: LTr, 2009.

TERCEIRO SEMESTRE

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio		
Disciplina: Análise de Risco Prática		
Núcleo: Profissionalizante	Semestre: 3º	CH Total: 72 h/a
Objetivo Geral:		
Possibilitar que o aluno desenvolva uma visão crítica a respeito da prevenção e do controle de perdas de um sistema e do gerenciamento de riscos do mesmo.		
Ementa:		
Análise Preliminar de Risco-APR. Liberação de Trabalho de Risco- LTR. Permissão de Trabalho-PT. Permissão de Entrada e Trabalho-PET. Check List (Normas, Inspeções, Atividades etc). Procedimento Operacional Padrão-POP. Ordens de Serviço - OS. Relatórios de Inspeção. Demonstração e Uso dos Equipamentos de Avaliação para a Elaboração dos documentos de Análise de Risco Prática. Registro e Arquivamento de Treinamentos na empresa.		
Referências básicas:		
ETAL., C. A. Manual Prático de Saúde e Segurança do Trabalho. 6ª Edição. São Caetano do Sul: Yendis, 2012.		
OLIVEIRA, C. A. Segurança e Saúde no Trabalho - Guia de Prevenção de Riscos. São Paulo: Yendis, 2012.		
VENDRAME, Antonio Carlos Fonseca. Livro de Bolso do Técnico de Segurança do Trabalho. São Paulo: Ed. Ltr, 2013.		
Referências complementares:		
ARAÚJO, W. T. Manual de Segurança do Trabalho. São Paulo: DCL Difusão Cultural do Livro, 2011.		
CARDELLA, B. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística. São Paulo: Altas. 2007.		
DEJOURS. C. Trabalho, tecnologia e organização: avaliação do trabalho		

submetido à prova real. S. P. Ed. Blucher. 2008.

GONÇALVES, Danielle Carvalho, GONÇALVES, Isabelle Carvalho.
GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de segurança e saúde no trabalho.** 6^a
Edição. São Paulo: LTr Editora, 2015.

PAOLESCHI, B. **Cipa - Guia Prático de Segurança do Trabalho.** Comissão
Interna De Prevenção de Acidentes. São Paulo: Érica. 1º Edição, 2010.

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio		
Disciplina: Controle Ambiental		
Núcleo: Profissionalizante	Semestre: 3º	CH Total: 72h/a
Objetivo Geral:		
Apresentar informações básicas sobre qualidade ambiental, para que o profissional técnico possa participar ativamente como agente multiplicador e com isso discernir e identificar ações de degradação ambiental que interfiram na qualidade de vida, como também, as ações e instrumentos de proteção e preservação ambiental, colaborando na tomada de decisões referente à segurança do trabalhador e ao desenvolvimento sustentável.		
Ementa:		
Fontes de Impacto Ambiental. Desenvolvimento Sustentado. Resíduos industriais: sólidos, líquidos e atmosféricos e NR - 25 (resíduos industriais). Produção Mais Limpa. Fundamentação legal para a exigência do licenciamento ambiental. Características dos tipos de licenças emitidas. Processo do licenciamento nas esferas federal, estadual e municipal.		
Referências básicas:		
BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; MIERZWA, J. C.; BARROS, M. T.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.; EIGER, S. Introdução à Engenharia Ambiental. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.		
GIANETTI, B.F.; ALMEIDA, C. Ecologia Industrial. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.		
SANTOS, L. M.M. Avaliação ambiental de processos industriais. São Paulo: Editora Signus, 2006.		
Referências complementares:		
BRASIL. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6938, de 31/08/81).		

Resoluções CONAMA 05/1989; 03/1990; 375/2005; 001/1986 e 237/1997.

SANCHEZ, L.E. **Avaliação de Impacto Ambiental** – conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

TENNEPOHL, C. & TRENNEPOHL, T. D. **Licenciamento Ambiental**. Editora Impetus. 304p. 2008.

VERDUM, R. e MEDEIROS, R. M. (org). **Rima**: relatório de impacto ambiental. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio		
Disciplina: Empreendedorismo		
Núcleo: Profissionalizante	Semestre: 3º	CH Total: 48 h/a
Objetivo Geral:		
Compreender os conceitos teóricos e práticos para desenvolver noções de planejamento para o empreendedorismo.		
Ementa:		
O processo empreendedor. Empreendedores independentes. Empreendedorismo interno. Identificação de oportunidades. O plano de negócios. A busca de financiamento. A assessoria para o negócio. Questões legais de constituição de empresas. Recomendações ao empreendedor. Noções de gestão de pessoas. Gestão do ambiente organizacional do trabalho. Cooperativismo e associativismo. Mercado e o desenvolvimento econômico.		
Referências básicas:		
CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo : dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2012.		
DORNELAS, José Carlos Assis. Planos de negócios que dão certo . 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.		
MAXIMINIANO, Antônio Cesar Amaru. Administração para empreendedores : fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.		
Referências complementares:		
BATEMAN, Thomas S. Administração . Porto Alegre: McGraw Hill/Artmed, 2012.		
CARVALHO, A. D. de. Cooperativismo sob a ótica da gestão estratégica . São Paulo: Baraúna, 2011.		

CAVALCANTI, M.; FARAH, O. E.; MARCOS, L. P. **Empreendedorismo estratégico**: criação e gestão de pequenas empresas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. Rio de Janeiro: Câmpus, 2009.

DAHER, E. **Administração de marketing**: os caminhos e desafios do profissional. Londrina: Eduel, 2013.

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio		
Disciplina: Ergonomia		
Núcleo: Profissionalizante	Semestre: 3º	CH Total: 72 h/a
Objetivo Geral:		
Apresentar aos alunos a norma regulamentadora 17, bem como definir o conceito de ergonomia, objetivos, métodos e sua aplicabilidade processo produtivo.		
Ementa:		
Introdução à ergonomia e organização do trabalho: conceitos, históricos, objetivos. NR – 17 (ergonomia); Definição de ergonomia física, bem como posturas no ambiente de trabalho, movimentação de carga, biomecânica do movimento; Estudo da ergonomia cognitiva e estudo dos processos mentais no trabalho. Estudo da ergonomia organizacional e sua importância na organização do trabalho. Princípios da Psicologia no trabalho e síndrome de Bournout.		
Referências básicas:		
ATLAS, Equipe. Manuais de legislação Segurança e Medicina do Trabalho . São Paulo: Editora Atlas, 2013.		
DUL, Jan; WEERDMEESTER, Bernard. Ergonomia Prática . São Paulo: Blucher, 2009.		
LIDA, Itiro. Ergonomia : projeto produção. São Paulo: Blucher, 2005.		
Referências complementares:		
BRASIL; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE NO BRASIL. Doenças relacionadas ao trabalho : manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.		
CASTILLO, J. J.; VILLENA, J. Ergonomia : Conceitos e Métodos. Lisboa: Dinalivros, 2005.		
FUNDACENTRO. Pontos de verificação ergonômica : Soluções práticas e de fácil aplicação para melhorar a segurança, a saúde e as condições de trabalho.		

São Paulo: FUNDACENTRO, 2011.

MONT'ALVÃO, Claudia; FIGUEIREDO, Fabiana. **Ginástica Laboral e Ergonomia**. São Paulo: Sprint, 2005.

MORAES, Giovanni. **Normas Regulamentadoras Comentadas e Ilustradas**. Rio de Janeiro: GVC, 2013. 3 v.

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio		
Disciplina: Prevenção e Controle de Perdas		
Núcleo: Profissionalizante	Semestre: 3º	CH Total: 96 h/a
Objetivo Geral:		
Apresentar um enfoque técnico e moderno do prevencionismo ao profissional da área de segurança e associar os objetivos da disciplina com o conceito prevencionista de acidente de trabalho.		
Ementa:		
Evolução do prevencionismo; Custo direto / custo indireto; Análise de acidentes do trabalho com a utilização de ferramentas adequadas; Sistema convencional de análise de acidentes; Árvore de causas; Avaliação das perdas num processo; segurança patrimonial; Inspeção de segurança; Permissão de trabalho; Análise de segurança de trabalho; Procedimento de trabalho; Observação planejada de trabalho; técnicas de análise de riscos; Confiabilidade de sistemas.		
Referências básicas:		
CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística . São Paulo: Atlas, 2010.		
SANTOS, Carlos Eduardo. Prevenção de Perdas e Gestão de Riscos . São Paulo: Sicurezza, 2012.		
TAVARES, José da Cunha. Noções de prevenção e controle de perdas em acidentes do Trabalho . São Paulo: SENAC, 2010.		
Referências complementares:		
ARAÚJO, Giovanni Moraes. Sistema de Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes . Rio de Janeiro: GVC, 2010. v 1.		
CAMPOS, Vicente Falconi. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia . Belo Horizonte: Indg Tecnologia e Serviços Ltda, 2014.		
DE CICCIO, Francesco; FANTAZZINI, Mario Luiz. Tecnologias Consagradas de		

Gestão de Riscos. São Paulo: Risk Tecnologia, 2003.

ROXO, Manuel. **Segurança e Saúde do Trabalho:** Avaliação e Controle de Riscos. São Paulo: Almedina, 2009.

VENDRAME, Antonio Carlos Fonseca. **Livro de Bolso do Técnico de Segurança do Trabalho.** São Paulo: Ed. Ltr, 2013.

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio		
Disciplina: Primeiros Socorros		
Núcleo: Profissionalizante	Semestre: 3º	CH Total: 72 h/a
Objetivo Geral:		
Preparar o aluno para o atendimento de urgência à vítima de mal súbito ou lesão, seja no ambiente laboral ou não.		
Ementa:		
Introdução aos primeiros socorros; queimaduras; Hemorragias, ferimentos e contusões; Fraturas, Luxações e Entorses; Desmaios; Corpos estranhos; Intoxicação; acidentes com animais raivosos e peçonhentos; Ressuscitação cardiopulmonar; Mobilização e transporte de acidentados; Angina e Infartos; acidentes com múltiplas vítimas.		
Referências básicas:		
BERGERON, J.D. et al. Primeiros socorros. São Paulo: Atheneu, 2008.		
BRASIL. Protocolo de suporte básico de vida. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.		
BRASIL, Ministério da saúde. Manual de primeiros socorros. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2003.		
Referências complementares:		
BOTELHO, Manoel Henrique Campos. Manual de Primeiros socorros do Engenheiro e do Arquiteto. São Paulo: Blucher, 2009.		
DEBATIN, Roseane. Primeiros Socorros - Técnicas Convencionais e Alternativas Integradas. São Paulo: Sohaku-in, 2003.		
FLEGEL, Melinda J. Primeiros Socorros no Esporte. São Paulo: Manole, 2012.		
GONÇALVES, Keyla Maria; GONÇALVES, Kênia Maria. Primeiros socorros em casa e na escola. São Paulo: Yendis, 2009.		

HAFEN, Brent Q.; KARREN, Frandsen. **Primeiros Socorros para estudantes**. São Paulo: Manole, 2002.

PLANO DA DISCIPLINA		
Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio		
Disciplina: Projeto Integrador		
Núcleo: Profissionalizante	Semestre: 3º	CH Total: 48 h/a
Objetivo Geral:		
Realizar um trabalho interdisciplinar, integrando teoria-prática através do ensino, pesquisa e extensão como atividades integradoras de conteúdos e matérias que norteiam a formação do aluno, bem como despertar nele a capacidade de trabalho em equipe, autônoma e empreendedora.		
Ementa:		
Desenvolvimento e apresentação de projeto integrando disciplinas e seus conteúdos; Aspectos da interdisciplinaridade; Integração teoria X prática.		
Referências básicas:		
BASTOS, Lilia da Rocha et al. Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisas, teses, dissertação e monografias . Rio de Janeiro: Ltc, 2004.		
BACK, Nelson et al. Projeto Integrado de Produto . São Paulo: Manole, 2010.		
BERNARDES, Maurício Moreira e Silva. MSPROJECT 2010 - Gestão e Desenvolvimento de Projetos. São Paulo: Érica, 2010.		
Referências complementares:		
CAMILLO JÚNIOR, Abel Batista. Manual de prevenção e combate a incêndios . São Paulo: Editora SENAC, 2013.		
GUZMÁN, Áurea V. & NEVES, José Tarcísio de Carvalho. Manual de Planejamento de Emergências : Como Desenvolver e Redigir um Plano de Emergências. São Paulo: CN Editorial, 2000.		
SALIBA, Tuffi Messias. Manual Prático de Higiene Ocupacional e PPRA . São Paulo: LTr, 2013.		
SHERIQUE, Jaques. Aprenda como fazer : PPP - RAT/FAP - PPRA/NR-9 - PPRA-DA (INSS) - PPRA/NR-32 - PCMAT - PGR - LTCAT - LAUDOS TÉCNICOS - CUSTEIO DA APOSENTADORIA ESPECIAL - GFIP. São Paulo: LTR, 2011.		
JÚNIOR, L. C.; GAZZONI, W. C.; FREITAS, J. C. Projeto interdisciplinar : uma metodologia de ensino baseada na interdisciplinaridade e no protagonismo discente. In: Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia (COBENGE), Belém, 2012.		

1.7. Metodologia

As metodologias propostas visam ao rigor, à solidez e à integração dos conhecimentos teóricos e práticos, voltados para a formação do profissional e do cidadão. O objetivo é levar os alunos a aprender a aprender que engloba aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer, garantindo a formação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento prestado ao indivíduo e à coletividade.

A construção de um projeto apoiado em relações democráticas previstas na concepção do curso fica garantida nas metodologias participativas e integradoras, tais como trabalhos em grupos e aulas dialogadas, seminários, entre outras.

Essa visão da educação, que tem por objetivo despertar a consciência do ser humano e sua relação com o mundo que o cerca, é contemplada por intermédio das metodologias que favoreçam não apenas o saber, mas o saber pensar e o intervir.

No IFRO - *Campus Jarú*, caberá a cada professor, apoiado pela equipe pedagógica da unidade, a seleção de metodologias e instrumentos de ensino que, condizentes com a sua área, busquem atender aos objetivos propostos pelo componente curricular, de forma a desenvolver as competências e habilidades esperadas para o egresso. Nesse fazer pedagógico, o professor deverá estar mais preocupado em formar competências, habilidades e disposições de conduta do que com a quantidade de informações.

Ao escolher as estratégias de ensino, sugere-se que elas sejam as mais diversificadas possíveis, sendo que o planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades individuais e em equipe, que incluam, entre outros:

- ✓ Aulas expositivas/dialogadas (explicação, demonstração, ilustração, exemplificação);
- ✓ Leitura e discussão de textos;
- ✓ Estudos e trabalho em grupo (atividades desenvolvidas em conjunto, por equipes de alunos, sob a orientação dos professores, assegurando a cooperação dos participantes entre si e na solução das tarefas);
- ✓ Exercícios de interpretação de textos;
- ✓ Dinâmicas de grupo;

- ✓ Seminários temáticos;
- ✓ Debates de temáticas de interesse na área de formação e/ou de temas transversais;
- ✓ Elaboração e execução de projeto de pesquisa de campo, sob a orientação do professor;
- ✓ Pesquisa teórica/bibliográfica;
- ✓ Visitas técnicas em instituições conveniadas públicas ou privadas;
- ✓ Estudos de caso;
- ✓ Projetos culturais e artísticos;

A integração entre disciplinas/conteúdos ministrados será promovida por meio de trabalhos em equipe; visitas técnicas visando o conhecimento de processos produtivos, dos riscos ambientais, assim como das medidas de prevenção e controle adotadas; atividades de campo para observação do ambiente de trabalho, avaliação de riscos ambientais presentes no mesmo com utilização de equipamentos para obtenção de dados e, ainda, desenvolvimento de seminários integradores em cada semestre do curso, nos quais serão abordados temas relacionados aos conteúdos das disciplinas trabalhadas no decorrer do semestre letivo. Para a realização desses trabalhos – seminários integradores, visitas técnicas, trabalhos em equipe, atividades em campo ou outra atividade similar, os professores de diferentes disciplinas atuarão em conjunto para dar a devida orientação e acompanhamento aos alunos em todo o processo, assim como a equipe pedagógica/coordenadores de cursos também darão o apoio pedagógico necessário para a concretização das ações.

1.7.1. Concepção do Curso e Abordagens Pedagógicas

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio visa proporcionar uma sólida formação com o propósito de formar um profissional generalista que valorize a interdisciplinaridade, que tenha autonomia no pensar, decidir e que seja capaz de atender as necessidades regionais e nacionais no âmbito de suas competências profissionais, além de ter por finalidade também a formação acadêmica de um profissional com sustentação científica, postura ética reflexiva, qualificado para o exercício profissional, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

A implantação do curso tem por finalidade também formar um indivíduo que esteja apto a atuar profissionalmente em equipes multiprofissionais ou individualmente, na iniciativa privada ou no setor público, em grandes ou pequenos centros urbanos, com produtividade e qualidade, tendo como preocupação a relação entre o ambiente e a qualidade de vida física e intelectual dos semelhantes.

A implantação do curso não constituiu uma realidade dissociada do contexto geral do IFRO. Muito pelo contrário, esse curso somará esforços aos demais mantidos pela IE rumo ao cumprimento de sua grande missão que é formar profissionais capacitados para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania plena.

Cabe destacar que o Curso Técnico em Segurança do Trabalho está sendo ofertado no município de Jaru que possui 52 mil habitantes e existem mais 10 (dez) municípios que formam a grande região de Jaru. Isso significa que esses municípios possuem infraestrutura capaz de absorver os egressos, assim como de proporcionar importantes experiências de prática profissional aos alunos. O fato é que a região necessita de um profissional que seja capaz de, não só resolver os problemas urgentes da sociedade, mas que seja capaz de planejar a médio e a longo prazo ações que atendam a um desenvolvimento socioeconômico da sociedade rondoniense de forma digna e sustentável.

Nesse pensar, o curso Técnico em Segurança do Trabalho privilegia o aluno enquanto agente de sua aprendizagem por prever o desenvolvimento de projetos, atividades científico-culturais e processos dialógicos de formação, dentre outras atividades e princípios educacionais. Os conteúdos se associam com o mundo do trabalho, a escola e a sociedade, de modo que se definem pela contextualização. Serão trabalhados com recursos tecnológicos e estratégias inovadoras, usando-se como mediação as relações afetivas, inter-raciais e transformadoras.

O ensino é concebido como uma atividade de aplicação e não de transferência de conteúdo e, a aprendizagem, como uma construção, em vez de reprodução de conhecimentos. Nesse sentido, os alunos e os professores serão sujeitos em constante dialética, ativos nos discursos e efetivos para interferir nos processos educativos e no meio social.

Caberá a cada professor definir, em plano de ensino de sua disciplina, as melhores estratégias, técnicas e recursos para o desenvolvimento educacional, mas sempre tendo em vista esse ideário metodológico aqui delineado, fundamentado na

metodologia de formação que valorizam princípios educacionais como flexibilidade, contextualização, aprendizagem significativa, integração entre a teoria, prática e avaliação.

É prioritário estabelecer a relação entre a teoria e a prática. O processo de ensino e aprendizagem, portanto, deve prever estratégias e momentos de aplicação de conceitos em experiências (pesquisas, testes, aplicações) que preparem os alunos para o exercício de sua profissão. Isso não ocorrerá apenas com o desenvolvimento do estágio ou com o alternativo trabalho de conclusão de curso; serão realizadas atividades contextualizadas e de experimentação prática ao longo de todo o processo de formação, buscando tornar os alunos em formação extremamente aderente ao que espera o mercado de trabalho.

Visando atender os alunos que atuam em modalidades de ensino diferentes, uma vez que o Concomitante possui como público alvo alunos matriculados no Ensino Médio regular em outra instituição e, o Subsequente, egressos do Ensino Médio e, na sua grande maioria, adultos trabalhadores. Com base nisso, os métodos utilizados durante o processo de ensino e aprendizagem são distintos, dentro das limitações impostas pelo público alvo, valorizando as experiências de vida que os alunos já trazem, seja do dia a dia de sala de aula ou mesmo do mercado de trabalho. Ressalta-se que a equipe pedagógica e professores trabalham observando a realidade dos alunos, no sentido de fazer um acompanhamento mais próximo aos discentes, propondo atividades de ensino diferenciadas como forma de acesso ao conhecimento dentro de cada modalidade de ensino específica.

Para maior clareza quanto às abordagens pedagógicas, enfatizamos que no curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio, serão apresentadas diferentes atividades pedagógicas para trabalhar os conteúdos com a finalidade de atingir os objetivos propostos para a formação do discente. Assim, as abordagens pedagógicas são diversas, variando de acordo com as necessidades dos estudantes, o perfil do grupo/classe, as especificidades da disciplina, o trabalho do professor, dentre outras variáveis.

A cada semestre do curso, o professor planejará o desenvolvimento da disciplina, organizando a metodologia de cada aula/conteúdo, de acordo as especificidades do plano de ensino e da forma de cada modalidade que está sendo

atendida. Os docentes receberão acompanhamento da equipe técnica/pedagógica para que considerem as características específicas de cada estudante/grupo dessas modalidades de ensino, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os conhecimentos prévios ou que estão sendo construídos, orientando-os na reconstrução dos conhecimentos.

1.7.2 Transversalidade do Currículo

Este projeto prevê, além dos componentes formadores da matriz curricular, temas exigidos pela Resolução 2/2012 do Conselho Nacional de Educação, em especial no artigo 10, inciso II, a serem aplicados como conteúdos transversais, ao longo do curso, por meio de ações integradoras e interdisciplinares. Os eixos a seguir são obrigatórios do âmbito do Ensino Médio e contemplam desdobramentos de referência que poderão ser modificados ou suplementados na fase de seu planejamento.

- a) Educação ambiental (Lei 9.795/1999): a Constituição e o meio ambiente; a importância da Lei de Educação Ambiental na relação com a cidadania;
- b) Estatuto dos Idosos (Lei 10.741/2003): processos de envelhecimento; alimentação e saúde dos idosos; serviços e ações de proteção aos idosos; garantia de prioridade; infrações e penalidades por negligência ou ofensa aos idosos; obrigações da família, escola e sociedade em relação aos idosos.
- c) Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990): direitos, entidades de apoio, bem-estar; infrações e penalidades por ofensa ou negligência contra a criança e o adolescente.
- d) Educação para o Trânsito (Lei 9.503/1997): melhoria das relações de convivência no trânsito; segurança; organização das cidades: trânsito, veículos e pedestres; órgãos e entidades de trânsito; Educação no trânsito: uso moderado dos veículos e respeito à condição do outro.
- e) Educação alimentar e nutricional: alimentação e nutrição; segurança alimentar e nutricional.
- f) Saúde: educação preventiva para a saúde.
- g) Educação em direitos humanos (Decreto 7.037/2009): respeito à diversidade e identidade dos diferentes sujeitos, quanto a religião, sexualidade, gênero, gerações e idade; reconhecimento de direitos e

valores das comunidades tradicionais; educação para a convivência; respeito às pessoas com necessidades específicas.

Dentro das ações de ensino/extensão/pesquisa do IFRO – *Campus Jarú* deverão ser desenvolvidas atividades que contemplem temáticas voltadas para a transversalidade do currículo. Assim, a **Semana de Educação para a Vida**, a **Semana da Consciência Negra** e a **Semana do Meio Ambiente** são uma das alternativas para o englobamento desses temas, já que os mesmos não são contemplados nos ementários do curso.

1.7.3 Prática como Componente Curricular

- ✓ **Excursão e visita técnica:** visita orientada de alunos e professor a ambientes de produção ou serviço relacionados ao curso, com vistas à vivência prévia das condições de trabalho, e que pode ser computada como aula, quando envolve toda a turma à qual a aula se aplica;
- ✓ **Atividade de extensão:** atividade complementar orientada pelos professores (feira, mostra, projetos culturais e sociais, oficina, visita técnica, encontros, cursos de extensão, criação da Semana de Segurança do Trabalho, entre outras), que desenvolva algum conteúdo trabalhado em sala de aula ou ambiente assemelhado, dentro do curso, e que pode ser computada como aula mediante aprovação da Diretoria de Ensino;

1.7.4 Estratégias de Acompanhamento Pedagógico

O *Campus Jarú* se organiza de modo que o curso seja aplicado com um trabalho cooperativo de professores, colegiados e pessoal pedagógico-administrativo. Há um conjunto de profissionais, com perfil adequado e de setores específicos que trabalham em integração, envolvendo as atividades de ensino, pesquisa, extensão e controle acadêmico.

O *Campus* conta com colegiados para tratar de assuntos administrativos e de formação acadêmica, o Conselho de Classe e outras representações próprias da estrutura organizacional da unidade ou do IFRO. Pode contar também com representações discentes, quando formalmente constituídas.

1.7.5 Flexibilização Curricular

Evidencia-se a necessidade de assegurar maior flexibilidade na organização do curso ora proposto, considerando a heterogeneidade na formação dos alunos. O Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio deve ser conduzido por diretrizes curriculares que abandonem as características de meros instrumentos de transmissão de conhecimentos, afastando-se da característica burocratizante e engessada do ensino.

Os princípios da flexibilização e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão devem permear todo o processo pedagógico do curso. Portanto, a flexibilização curricular rompe com a forma de ensino tradicional, com enfoque unicamente disciplinar e sequenciado a partir de uma hierarquização de conteúdos e propõe nova visão de formação profissional, atribuindo nova relação com o conhecimento na perspectiva da ação – reflexão – ação e uma nova visão de ensino – aprender a aprender.

Nesse pensar, a interdisciplinaridade e a flexibilização curricular no curso Técnico de Segurança do Trabalho se concretizam a partir do desenvolvimento de atividades coletivas, projetos de ensino-aprendizagem ou eixos que integram os componentes curriculares. As iniciativas de capacitação prática complementar à teoria, como visitas técnicas, eventos de capacitação promovidos intra e extracampus, atividades de pesquisas aplicadas em instituições públicas e privadas locais, dentre outras ações. Nesse aspecto, as atividades complementares, projetos de ensino-aprendizagem, pesquisa, extensão, estágios, visitas técnicas, além de proporcionarem a relação teoria e prática, devem conferir ao currículo a flexibilidade necessária para garantir a formação do perfil de um egresso generalista e humanista.

Assim, a articulação teoria e prática não pode aparecer como princípios dicotômicos. Pelo contrário, o curso deve proporcionar aos alunos diversas formas de vivências práticas do fazer profissional para complementação do processo formativo.

1.7.6 Estratégias de Desenvolvimento de Atividades Não Presenciais ou Semipresenciais

A LDBEN (1996) traz, em seu artigo 32, § 4º, a possibilidade de utilização do ensino a distância como “complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”. Ainda em seu artigo 80 a Lei prevê que o Poder Público incentivará o ensino a distância em todos “os níveis e modalidades de ensino”.

O artigo 80 da LDBEN, citado anteriormente, foi regulamentado pelo Decreto nº 5.622, de dezembro de 2005, o qual menciona em seu artigo 2º a abertura para oferecer educação a distância em qualquer nível educacional. Nesse sentido, o referido decreto define que:

Art. 30. As instituições credenciadas para a oferta de educação a distância poderão solicitar autorização, junto aos órgãos normativos dos respectivos sistemas de ensino, para oferecer os ensinos fundamental e médio a distância, conforme § 4o do art. 32 da Lei no 9.394, de 1996, exclusivamente para:

- I - a complementação de aprendizagem; ou
- II - em situações emergenciais.

O Conselho Nacional de Educação, por meio da resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, prevê a inserção de atividades não presenciais, também, no Ensino Técnico de Nível Médio, conforme disposto no artigo 26:

A carga horária mínima de cada curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio é indicada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, segundo cada habilitação profissional.

Parágrafo único. Respeitados os mínimos previstos de duração e carga horária total, o plano de curso técnico de nível médio pode prever atividades não presenciais, até 20% (vinte por cento) da carga horária diária do curso, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores (CNE, 2012).

O Regulamento da Organização Acadêmica (ROA) dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO - Resolução nº 88/CONSUP/IFRO/2016, prevê no Art. 13 que “Os cursos técnicos de nível médio podem ter a previsão de atividades não presenciais no limite de até 20% da carga horária, podendo ser sobre a carga horária diária, ser concentrada em um turno ou sobre a carga horária total do curso.”

Seguindo as orientações de cunho legal, o Curso Técnico em Segurança do trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio executará por meio da Educação a Distância (EAD) até 20% da carga horária mínima do curso, que não inclui estágio ou trabalhos de conclusão de curso, sempre que o *Campus* não utilizar períodos excepcionais ao turno do curso para a integralização de carga horária.

A carga horária em EaD se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas, como o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Por meio dele, serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos,

ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais.

Portanto, o AVA auxiliará no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio, como fórum, envio de tarefa, glossário, quiz, atividade off-line, vídeo, etc. Será também uma plataforma de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias como as elencadas a seguir:

- a) Fórum: tópico de discussão coletiva com assunto relevante para a compreensão de temas tratados e que permite a análise crítica dos conteúdos e sua aplicação.
- b) Chat: ferramenta usada para apresentação de questionamentos e instruções on-line, em períodos previamente agendados.
- c) Quiz: exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha.
- d) Tarefas de aplicação: Atividades de elaboração de textos, respostas a questionários, relatórios técnicos, ensaios, estudos de caso e outras formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.
- e) Atividade off-line: avaliações ou atividades realizadas fora do AVA, em atendimento a orientações apresentadas pelo professor, para o cumprimento da carga horária em EaD.
- f) Tele aulas: aulas gravadas ou transmitidas ao vivo, inclusive em sistemas de parceria com outros Campi ou Instituições, em atendimento à carga horária parcial das disciplinas.
- g) Outras estratégias, ferramentas ou propostas a serem apresentadas pelos professores.

Cada plano de ensino dos professores, por disciplina, deve prever os elementos gerais orientados pelo Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio, no artigo 11, e os elementos específicos de EaD, que trarão metodologias específicas para a carga horária parcial. As atividades de EaD podem ser distribuídas de forma que fiquem configurados os elementos fundamentais: conteúdo, carga horária, atividade do aluno, forma de atendimento pelo professor e avaliações a serem aplicadas.

Os professores incluirão, nos seus planos de ensino regulares, os planos de atividades que desenvolverão em EaD, conforme o modelo a seguir:

Quadro 11: Plano de atividades EAD

Plano de Atividade em EAD para a Disciplina (Indicar disciplina)	
Elementos do Plano	Descrição dos Elementos
Objetivos	Identificar aqui os objetivos da aprendizagem
Conteúdos	Elencar as abordagens teóricas e teórico-práticas
Carga-Horária	Definir o tempo disponível para a atividade
Ferramentas e Estratégias	Prever estratégias e/ou ferramentas de trabalho.
Atividade do Aluno	Identificar a atividade que o aluno desenvolverá: relatório, exercício, resolução de questionários, etc.
Avaliação	Prever estratégias como provas, testes, debates, respostas aos fóruns, etc.
Material para o Aluno	Apresentar o material a ser usado nos estudos: vídeos, imagens, arquivos
Referências	Elencar o rol de referências: livros, revistas, etc.
Data de Início	Definir a data e hora da abertura da atividade no AVA.
Data de Fechamento	Definir a data e hora do fechamento da atividade no AVA.

Os registros das atividades em EaD seguirão a mesma regularidade das atividades presenciais, atendendo-se aos sistemas de notação adotados pelo IFRO no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio e aos requisitos de qualidade da formação em EaD. Os resultados dos estudos em EaD representarão até 20% das notas na disciplina correspondente.

O professor é o responsável pela orientação efetiva dos alunos nas atividades em EaD, sejam as usadas no AVA ou em outro meio, e a equipe diretiva de ensino, pelo acompanhamento e instrução da execução integral das disciplinas e demais componentes curriculares. Os planos de ensino devem ser apresentados à equipe diretiva e alunos no início de cada semestre letivo, em conformidade com o projeto pedagógico do curso, atualizados e/ou reformulados, visando aperfeiçoar a prática docente e, consequentemente, melhorar a qualidade da educação ofertada.

1.7.7 Critérios de Aproveitamento de Estudos e de Certificação de Conhecimentos

O aproveitamento de disciplinas se dará conforme os critérios dispostos no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO (2016).

Entende-se por Certificação de Conhecimentos, a validação de saberes adquiridos por meio de experiências previamente vivenciadas em diferentes instituições, inclusive no trabalho, a fim de alcançar dispensa de disciplina(s) integrante(s) da matriz curricular do curso (ROA/2016).

A Certificação de Conhecimentos será regida na forma da Lei e por regulamentação própria no âmbito do IFRO (ROA/2016).

1.7.8. Estratégias de Interdisciplinaridade

A proposta de formação interdisciplinar supõe e se operacionaliza em procedimentos teóricos e metodológicos que implicam na integração de conteúdos e atividades das diferentes disciplinas que compõem a matriz curricular do curso.

Isso permitirá conceber o conhecimento como unidade na formação, superando as divisões entre as mesmas, entre teoria e prática, entre ensino e pesquisa, considerando-as, a partir da contribuição das ciências, diferentes leituras de que o processo de aprendizagem não se limita aos conteúdos propostos.

A matriz curricular deve ser organizada, então, em razão de um plano de etapas de formação intelectual. Uma estratégia para isso pode ser a elaboração de projetos de ensino com o fim de articular disciplinas umas com as outras, em razão de afinidades de conteúdos e pontos de continuidade. A proposição deve ocorrer em dois sentidos:

- ✓ Horizontal: envolvendo disciplinas diferentes em um mesmo período;
- ✓ Vertical: envolvendo disciplinas em sequência de períodos.

O estabelecimento de cadeias de conexões horizontais e verticais entre disciplinas incentiva o apoio recíproco entre docentes, dinamiza a aprendizagem e remove a impressão de que as matérias são estanques entre si.

Uma das formas de se programar a prática interdisciplinar é através do que se denomina problematização dos conhecimentos em contato com a realidade por intermédio de um estudo dialógico, tendo em vista que problematizar, tomando como referencial a realidade do acadêmico, significa permitir que o mesmo possa refletir sobre si mesmo enquanto ser pensante.

O curso apresentado neste Projeto Pedagógico, pode-se, também, recorrer à interdisciplinaridade desse com outros cursos do IFRO, conscientizando o acadêmico de que um curso de qualidade não se fundamenta na memorização de conceitos, mas na

reflexão ampla e profunda da realidade pautada em aspectos teóricos oriundos de diversos campos científicos.

A interdisciplinaridade com outros cursos poderá ocorrer também por meio de parcerias que sustentem o desenvolvimento de projetos voltados para o benefício da comunidade.

A implantação de projetos que visem ações interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares constitui meta importante no processo de ensino e de aprendizagem dos cursos técnicos oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

As ações interdisciplinares deverão ser regulamentadas em programas próprios, os quais, além de normas, objetivos e metas, deverão apresentar princípios didáticos e metodológicos do ser e do fazer interdisciplinar.

1.8. Estágio Curricular Supervisionado

A Prática Profissional a ser realizada por meio de Estágio justifica-se pela necessidade de vivências intensivas dos estudantes com o seu futuro campo de atuação profissional. De acordo com o artigo 1º da Lei 11.788/2008, [...] *Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do educando [...]*. A Lei 11.788/2008 prevê assinatura de Termo de Compromisso Tripartite, orientação profissional (por professor das áreas específicas do curso e supervisor do local de realização do estágio), avaliação, acompanhamento e apresentação de relatórios.

A própria instituição também poderá conceder vagas para estágio aos estudantes, neste caso cumprindo os princípios da Orientação Normativa 7/2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou a que estiver em vigor no momento. As formas de realização do estágio serão definidas conforme o Regulamento de Estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio vigente no Instituto Federal de Rondônia. Instruções e critérios para o acompanhamento pedagógico da prática estão referenciados em regulamentação específica no Instituto. Questões omissas das normativas e deste projeto, relacionadas às condições de realização da prática de Estágio, serão resolvidas pelos órgãos consultivos do IFRO.

O Estágio terá uma carga horária de 120 horas e deverá ser iniciado no 2º semestre, com encerramento até o prazo final de integralização do curso. Não se aceitará,

85

para fins de diplomação do aluno, que o estágio seja realizado em prazo posterior. A carga horária específica de tal prática será acrescida à carga horária total do conjunto dos demais componentes curriculares, nos documentos de conclusão do curso.

Caso não seja possível realizar o estágio, por inexistência comprovada de vagas suficientes para tal, ele poderá ser substituído, excepcionalmente, por um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou Projetos Integradores, de Extensão e/ou de Pesquisa desenvolvidos, devidamente cadastrados nos respectivos departamentos.

A justificativa para a inexistência de vagas será dada exclusivamente pelo chefe do Departamento de Extensão do *Campus*, que deve emitir um parecer atestando o fato.

A apresentação de Relatório de Estágio, aprovado pelo professor orientador, é requisito imprescindível para o cômputo da carga-horária na disciplina.

O Colegiado do Curso aceita como equivalência ao estágio Supervisionado, além do TCC:

- a) A participação do aluno em Programas de Iniciação Científica oficiais do IFRO, devidamente cadastrados no Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação;
- b) A atuação profissional do aluno na área de Segurança do Trabalho, com devido registro em Carteira de Trabalho;
- c) Projetos integradores, de extensão e/ou de pesquisa desenvolvidos devidamente cadastrados nos respectivos departamentos;
- d) Extensão tecnológica, monitoria, pesquisa ou iniciação científica e tecnológica (Resolução n. 79/CONSUP/IFRO/2016).

1.9. Demais formas de prática profissional

1.9.1 Desenvolvimento de Projetos

Os projetos poderão permear todos os períodos do curso, obedecendo às normas instituídas pelo IFRO e deverão contemplar o princípio da unidade entre teoria e prática, a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso, tendo em vista a intervenção no mundo do trabalho, na realidade social, de forma a contribuir para o desenvolvimento local a partir da produção de conhecimentos, do desenvolvimento de tecnologias e da construção de soluções para problemas. O espírito crítico, a problematização da realidade e a criatividade poderão contribuir com os estudantes na

concepção de projetos de pesquisa, de extensão que visem ao desenvolvimento científico e às ações que são norteadas pelo PPC - Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho do IFRO – *Campus Jaru*.

Compreendida como uma metodologia de ensino que contextualiza e coloca em ação o aprendizado, a prática profissional, permeia, assim, todo decorrer do curso, não se configurando em momentos distintos. Dessa forma, opta-se pelo projeto integrador como elemento impulsionador da prática, sendo incluídos os resultados ou parte dessa atividade, como integrante da carga horária prática profissional.

A metodologia a ser adotada poderá ser por meio de pesquisas de campo, voltada para um levantamento da realidade do exercício da profissão de técnico, levantamento de problemas relativos às disciplinas objeto da pesquisa realizada ou por meio ainda, de elaboração de projetos de intervenção na realidade social, funcionando, assim, como uma preparação para o desempenho da prática profissional seja por estágio ou desenvolvimento de projetos de pesquisa e de intervenção. Com base nos projetos integradores, de extensão e/ou de pesquisa desenvolvidos, o estudante desenvolverá um plano de trabalho, numa perspectiva de projeto de pesquisa, voltado para a prática profissional, contendo os passos do trabalho a ser realizado.

Dessa forma, a prática profissional se constitui num processo contínuo na formação técnica, deverá ser realizada a partir de um plano a ser acompanhado por um orientador da prática e resultará em relatório técnico.

1.10. Trabalho de Conclusão de Curso

O TCC consiste em um processo de sistematização do conhecimento a ser desenvolvido pelos estudantes e orientado por um professor do curso, conforme o regulamento específico instituído pelo IFRO. Compreende a análise (e, se possível, resolução) de um problema técnico ou tecnológico de interesse da área de formação do aluno, e será desenvolvido sobre um tema específico, não necessariamente inédito, envolvendo, no mínimo, as seguintes atividades básicas, que definem suas etapas:

- I. escolha do tema/problema;
- II. elaboração de um projeto de pesquisa;
- III. execução do projeto;
- IV. coleta de dados;

- V. sistematização e compilação dos dados na forma de monografia, relatório, artigo ou outro tipo de texto previsto no PPC;
- VI. apresentação oral e escrita do trabalho conforme o estabelecido neste Regulamento; exceto para os cursos técnicos de nível médio que deverão apresentar somente a versão escrita. (RESOLUÇÃO Nº 11/CONSUP/IFRO/2017)

As atividades relacionadas aos TCCs, quanto ao levantamento continuado de demandas de orientandos, distribuição de orientadores aos alunos e planejamento de composição de Bancas de Defesa, quando requeridas, ficará sob a responsabilidade da Coordenação de Curso que, em seguida, informará à Coordenação de Registros Acadêmicos, equipe pedagógica e alunos.

Até o final do prazo de integralização curricular, desenvolverá o projeto e apresentará o relatório com os resultados obtidos. A apresentação de Relatório de Estágio ou de TCC, aprovado pelo professor orientador, é requisito imprescindível para o cômputo da carga-horária na disciplina. O aluno poderá ser dispensado de fazer o TCC, se comprovar uma publicação recente nos últimos dois anos de um artigo científico na área de formação em revista indexada, apresentação de trabalho em congresso nacional/internacional. Porém, o aluno só poderá entrar com o pedido de aproveitamento na Coordenação de Registros Acadêmicos se tiver cumprido 70% das disciplinas da matriz curricular do curso.

No caso específico deste curso, o Trabalho de Conclusão de Curso constitui na elaboração de artigo científico escrito pelo aluno com coautoria do professor orientador a ser apresentado e avaliado em banca composta segundo regulamento próprio.

1.11. Apoio ao Discente

O apoio ao discente é prestado de diversas formas e por variados segmentos no âmbito do IFRO, de acordo com a necessidade de cada aluno.

O aluno conta com o atendimento da Secretaria Acadêmica no que compete a ela e também com o apoio irrestrito do coordenador do curso que está a sua disposição em horários prefixados em murais e disponíveis no site da IE.

Além do atendimento direto e geral, o aluno também conta com atendimentos especializados. O Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). O NAPNE tem por finalidade a promoção da educação para a convivência, a

partir do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais, comunicacionais e arquitetônicas no IFRO.

No âmbito da Assistência Estudantil, há um acompanhamento diário por parte da equipe pedagógica multidisciplinar do *Campus*, composta por Psicólogo, Orientador Educacional, Nutricionista, Enfermeiro, Assistente de Alunos, Assistente Social e Intérprete de Libras. Além do mais, há também, o Plano de Diagnóstico e Nivelamento que visa a diagnosticar os alunos com déficit de aprendizagem e, por meio de ações, nivelá-los segundo critérios descritos em regulamento próprio.

A Direção de Ensino está também para ouvir/atender os alunos nas suas dúvidas, reclamações e sugestões tanto de forma presencial quanto pelos sistemas de comunicação eletrônicos de modo que se possa dirimir os problemas e que os alunos tenham um acompanhamento adequado no decorrer do seu processo formativo.

1.12. Ações Decorrentes do Processo Avaliativo do Curso

A respeito da autoavaliação, o PPC contempla o previsto na Resolução 6/2012 (Diretrizes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio), do Conselho Nacional de Educação e fundamenta-se no PDI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

A estruturação avaliativa do curso compreende o especificado no Projeto e Regulamento da CPA e contempla os aspectos da organização didático-pedagógica, da avaliação do corpo docente, discente e técnico-administrativo e das instalações físicas.

Na busca de seu reconhecimento como entidade educacional comprometida com sua missão e suas políticas institucionais, o IFRO preocupado em melhorar os serviços oferecidos à comunidade aplica, constantemente, instrumentos avaliativos a fim de detectar as falhas para fazer as correções imediatas e necessárias.

A identificação dos pontos fortes e fracos do IFRO permite a construção de metas que possibilitem uma constante revisão dos procedimentos para a persecução de seus objetivos e alcance de suas políticas institucionais.

O processo avaliativo é democrático e garante a participação de todos os segmentos envolvidos como forma da construção de uma identidade coletiva. Em específico, os instrumentos avaliativos destinados aos discentes são organizados de forma a contemplar aspectos didático-pedagógicos do curso e de cada segmento institucional que

lhe sirva de suporte, além, é claro, da avaliação individualizada de cada membro do corpo docente e uma autoavaliação proposta para cada acadêmico.

A avaliação do curso é encaminhada à Coordenação de Curso pela CPA para que possa propor as medidas necessárias de adequação junto às instâncias superiores.

A obtenção dos resultados avaliativos do curso tem possibilitado um diagnóstico reflexivo sobre o papel desenvolvido pelo IFRO no âmbito interno e externo, favorecendo a adoção de novas ações e procedimentos que atendam às demandas do entorno social no qual está inserida, contribuindo, desta maneira, para a construção de uma identidade mais próxima à realidade do ambiente em que se localiza e atua como agente de transformação social e cultural.

A avaliação do PPC traz, em si, a oportunidade de rupturas com a acomodação e abre espaço para se indagar qual a importância do curso para a sociedade, qual a melhor política a ser adotada em sua implementação e qual a sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O processo de avaliação é uma forma de prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela Instituição, a qual atua comprometida com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região.

O acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso resultam, principalmente, de um trabalho integrado entre o Colegiado de Curso, o Núcleo Docente Estruturante, a Comissão Própria de Avaliação e os demais segmentos do IFRO que, de posse dos resultados, desenvolvem ações de construção e reconstrução do curso e de seu Projeto Pedagógico, visando a criação de uma atmosfera propícia ao desenvolvimento social do saber historicamente construído.

São considerados relevantes para o processo de avaliação do curso e de seu Projeto Pedagógico os indicadores oriundos de dados originados das demandas da sociedade, do mercado de trabalho, do Programa de Autoavaliação Institucional do IFRO e dos resultados das atividades de pesquisa e extensão.

O processo de autoavaliação do PPC foi implantado de acordo com as seguintes diretrizes: a autoavaliação do curso constitui uma atividade sistemática que deve ter reflexo imediato na prática curricular; deve estar em sintonia com o Projeto de Autoavaliação Institucional e, por último, deve envolver a participação dos professores, dos alunos e do corpo técnico-administrativo envolvido com o curso.

Cabe à CPA e à Coordenação do Curso operacionalizar o processo de autoavaliação junto aos professores, com o apoio do Colegiado de Curso. Deve haver, ao final do processo, a produção de relatórios conclusivos, a análise desses relatórios conclusivos de autoavaliação pela CPA e pelo Colegiado de Curso.

Os resultados das análises do processo devem ser levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético.

1.12.1. Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse aos alunos é realizado tanto pelo coordenador de curso quanto pelos professores com jornada semanal específica para atendimento extraclasse ao discente, conforme Resolução nº 89/CONSUP/IFRO/2016, assim como pelos serviços especializados de atendimento ao discente. Esse atendimento é feito personalizado e individualmente. O aluno, sem prévio agendamento, faz valer seus direitos tirando dúvidas e apresentando sugestões. Os docentes atendem os alunos que participam dos projetos de iniciação científica, das monitorias, projetos de pesquisa, extensão, dos trabalhos de conclusão de curso e dos estágios supervisionados.

1.12.2. Atendimento Psicopedagógico

O corpo discente deste e de outros cursos mantidos pelo IFRO conta com o serviço oferecido pelo Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), o qual tem por objetivo assessorar e acompanhar os alunos em suas ações, atividades e comportamentos.

O NAPNE promove e executa programas visando à melhoria das condições psicológicas e de desempenho acadêmico do alunado. Além do mais, o NAPNE desenvolve ações em conjunto com as coordenações de curso, Diretoria e/ou Coordenação de Ensino e Coordenação de Assistência/Apoio ao Educando com o propósito de diagnosticar os problemas e de, conseqüentemente, apresentar soluções para eles.

1.12.3. Estratégias de Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes, o IFRO oferece cursos e atividades de nivelamento em Matemática, Língua Portuguesa e em

outras disciplinas nas quais os discentes mostrarem-se deficitários em relação aos demais de suas turmas. Os cursos de nivelamento são oferecidos a todos os alunos do primeiro semestre do curso, logo nas primeiras semanas de aula, visando dar base para os alunos no sentido de dirimir dúvidas em outras disciplinas do curso.

Os cursos e atividades de nivelamento têm por objetivo revisar conteúdos necessários ao desempenho acadêmico do aluno; oportunizar o estudo de aspectos determinantes para o cotidiano da sala de aula; integrar o estudante na comunidade acadêmica e fazê-lo refletir sobre o que representa a nova vida acadêmica.

O IFRO, por meio de programa próprio, oferece suporte ao desenvolvimento de cursos de nivelamento compatíveis com as prioridades de cada curso e também levando em conta as necessidades identificadas pelas coordenações dos cursos. Além dos acima enumerados, outras disciplinas e conteúdos podem ser apresentados para nivelamento dos alunos ingressantes no IFRO.

1.12.4. Estímulos às Atividades Acadêmicas

A missão do IFRO alicerça-se no desenvolvimento da atividade educacional formativa, desenvolvendo e preparando profissionais, cidadãos livres e conscientes, que busquem projetos de vida, participativos, responsáveis, críticos e criativos, construindo e aplicando o conhecimento para o aprimoramento contínuo da sociedade em que vivem e de futuras gerações.

O Instituto Federal de Rondônia oferece educação técnica, visando à formação de sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento e com a transformação social, cultural, política e econômica da cidade de Jaru e da Região. Assim, a Instituição tem a responsabilidade social de preparar profissionais éticos e competentes com capacidade de contribuir para o desenvolvimento regional, o bem-estar e a qualidade de vida de seus cidadãos. Consoante com a sua missão, o IFRO proporciona muitos estímulos aos discentes para a realização de atividades acadêmicas e participação em eventos complementares.

Por assim o ser, O IFRO incentiva a participação do estudante em viagens de estudos; em atividades de extensão; monitoria; pesquisa; discussões temáticas; estudos complementares; participação em seminários, encontros, simpósios, conferências e congressos, internos e externos; participação em estudos de casos; projetos de extensão; em publicação de produção científica em instrumentos próprios e em outros periódicos

nacionais e internacionais devidamente registrados nos órgãos de indexação e, finalmente, em visitas programadas e outras atividades acadêmicas e culturais. Além disso, o IFRO apoia a divulgação de trabalhos de autoria dos seus alunos.

O aluno recebe incentivo institucional efetivo, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de sua trajetória acadêmica, quanto no que concerne às ações que o estimulam a permanência na Instituição em programas de formação continuada, graduação e de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

1.13. Atividades de Tutoria

No *Campus* Jaru, a tutoria, em todas as modalidades de cursos, será realizada integralmente pelos próprios professores das disciplinas que ministram.

Para que a tutoria seja realizada de forma efetiva, três elementos são necessários no processo de interação: aluno, material didático e professor. A experiência com EaD/AVA adotada e das ferramentas didáticas utilizadas têm demonstrado que o sistema tutorial é cada vez mais indispensável ao desenvolvimento de aulas a distância. Nesse processo, cabe ao professor/tutor acompanhar as atividades discentes, motivar a aprendizagem, orientar e proporcionar ao aluno condições de uma aprendizagem autônoma, prestando todo o apoio ao discente no processo de ensino e aprendizagem.

Assim, até 20% da carga mínima do curso, que não inclui estágio ou trabalhos de conclusão de curso, poderá ser executada por meio da Educação a Distância, sempre que o *Campus* não utilizar períodos excepcionais ao turno do curso para a integralização de carga horária. A carga horária em EaD se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas, como o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Por meio dele serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais.

1.14. Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo ensino-aprendizagem

O IFRO dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, na sala administrativa, na sala de aula e no laboratório de informática.

O *Campus Jarú* disponibiliza para o início de suas atividades de ensino 1 laboratório de informática equipado com 30 computadores, todos ligados à internet. Além disso, incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. O *Campus* disponibiliza serviço de internet sem fio aos estudantes e incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos.

As tecnologias de informação e comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem e previstas no Projeto Pedagógico do Curso incluem, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais. É estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas. As aulas com slides por meio de projetor multimídia ou de aparelhos de televisão possibilitam ao docente utilizar imagens com boa qualidade, além de enriquecer os conteúdos abordados com a apresentação de esquemas, animações, mapas, entre outros. Os docentes utilizam também as linguagens dos modernos meios de comunicação, TV/DVD e da música/som e outros. A integração de dados, imagens e sons; a universalização e o rápido acesso à informação e a possibilidade de comunicação autêntica reduz as barreiras de espaço e de tempo e criam um contexto mais propício à aprendizagem.

Nos microcomputadores e softwares disponibilizados pela Instituição para o curso, são utilizados(as):

- a) A internet, como ferramenta de busca e consulta para trabalhos acadêmicos e em projetos de aprendizagem. Sua utilização permite superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes. Os docentes propõem pesquisas e atividades para os alunos. Os alunos utilizam as ferramentas de busca (como Periódicos Capes, Google, Google Acadêmico, Yahoo, enciclopédia online, demais banco de dados e outros) para elaborar e apresentar um produto seu, estruturado e elaborado a partir dos materiais encontrados;
- b) A comunicação por e-mail, já está consagrada institucionalmente. Por meio de mensagens, alunos e professores trocam informações sobre trabalhos e provas e enviam arquivos e correções uns para os outros;
- c) Os pacotes de aplicativos, que incluem processador de textos, planilha eletrônica, apresentação de slides e gerenciador de bancos de dados,

são, frequentemente, utilizados pelos docentes, na instituição, para preparar aulas e elaborar provas, e pelos alunos, no laboratório de informática e na biblioteca, como extensão da sala de aula. O processador de textos facilita ao aluno novas formas de apropriação da escrita, onde o reescrever é parte do escrever. As planilhas permitem lidar com dados numéricos em diversos componentes curriculares. Além de cálculos numéricos, financeiros e estatísticos, as planilhas também possuem recursos de geração de gráficos, que podem ser usados para a percepção dos valores nelas embutidos quanto para sua exportação e uso em processadores de texto, slides ou blogs;

- d) Os jogos e simulações, propiciando vivências significativas, cruzando dados para pesquisas e fornecendo material para discussões e levantamento de hipóteses;
- e) Nivelamento em disciplinas básicas, cursos de extensão e integralização de carga-horária, on line, por meio do ambiente virtual de aprendizagem (AVA), utilizando o *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (MOODLE).

1.15. Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem

A avaliação de desempenho acadêmico, parte integrante do processo ensino-aprendizagem, é feita por disciplina e incide sobre a frequência e o aproveitamento escolar do aluno.

Independentemente dos demais resultados obtidos, são considerados reprovados na disciplina, os alunos que não obtiverem frequência mínima igual a 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas e demais atividades programadas.

A avaliação do desempenho do aluno, elemento fundamental para acompanhamento e redirecionamento do processo de desenvolvimento de competências relacionadas com a habilitação profissional, será contínua e cumulativa. Possibilitará o diagnóstico sistemático do ensino e da aprendizagem, prevalecendo os [...] aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, conforme previsão na LDB 9.394/96, artigo 24, inciso V, - a. Será realizada por meio das seguintes estratégias, ao menos:

- a) Observação sistemática dos alunos, com a utilização de instrumentos próprios: fichas de observação, diários de classe, cadernos de anotação;
- b) Autoavaliação;
- c) Análise das produções dos alunos: a participação nos trabalhos, bem como a apresentação, a redação, a coerência, a abrangência, a pertinência com os temas abordados em aula, a visão crítica e criatividade do aluno, os trabalhos individuais realizados por ele, os trabalhos em grupo, participação em seminários, em colóquios e em visitas de estudos;
- d) Apuração da assiduidade e avaliação da participação ativa nas aulas;
- e) Aplicação de atividades específicas de diagnóstico.

Para a avaliação da aprendizagem, deverão ser utilizados, em cada componente curricular, dois ou mais instrumentos de avaliação diferentes entre si, elaborados pelo professor, para cada período letivo. Os demais critérios e os procedimentos de avaliação estão definidos no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio, assim como as orientações relativas à frequência, cálculo de notas e outros assuntos específicos de avaliação.

As provas ou atividades de avaliação, regulamentadas no ROA-Técnico, visam à avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e deverão ter previsão expressa nos planos de ensino de cada disciplina.

A cada verificação de aproveitamento bimestral e/ou semestral é atribuída uma nota, expressa em grau numérico de zero (0,0) a cem (100,0).

Atendida, em qualquer caso, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares, é aprovado o aluno que obtiver nota de aproveitamento não inferior a 60,0 (sessenta), conforme estabelece o ROA dos cursos técnicos.

1.16 Número de Vagas

Desde 2012, o IFRO atua no município de Jaru com ofertas de cursos apenas na modalidade EaD, através do Polo Jaru. A partir de 2016, já como *Campus Jaru*, através da Portaria nº 378 de 09 de maio de 2016 - criação do *Campus* - deu-se início às atividades com o curso Técnico em Cooperativismo Concomitante ao Ensino Médio, na modalidade EaD.

Ampliando sua área de atuação, em 2017, o *Campus* inicia a oferta de cursos técnicos presenciais e disponibiliza à população 80 vagas para o Curso Técnico em Segurança do Trabalho distribuídas entre as modalidades Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio, com ingressos anualmente. Os cursos serão ofertados nos turnos vespertino e noturno, respectivamente.

1.17 Participação obrigatória dos discentes no acompanhamento e na avaliação do PPC

O IFRO adota como princípio institucional o diálogo com todos os setores que formam a comunidade acadêmica. Dessa maneira, os discentes são consultados por seu representante para as reuniões do Colegiado. Desse modo, esse representante participa das decisões do curso, tais como reformulações e avaliações de PPC.

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE

2.1. Composição e funcionamento do Conselho de Classe

O Conselho de Classe é órgão de apoio à gestão pedagógica, de caráter consultivo em qualquer instância e deliberativo, no limite de suas competências, responsável por acompanhar a vida acadêmica dos alunos e por avaliar o desempenho escolar das turmas dos Cursos Técnicos de Nível Médio.

O Conselho de Classe será presidido pelo (a) Diretor (a) de Ensino, ou por profissional sob sua designação, com a participação efetiva dos docentes das respectivas turmas, tendo a seguinte composição:

- I. Diretor (a) de Ensino;
- II. Coordenador do Curso Técnico de Nível Médio;
- III. Todos os docentes da turma em análise;
- IV. Chefe de Departamento de Apoio ao Ensino ou Coordenador de Apoio ao Ensino;
- V. Coordenador de Registros Acadêmicos;
- VI. Chefe do Departamento de Assistência ao Educando ou Coordenador de Assistência ao Educando, conforme o caso;

VII. Técnico em Assuntos Educacionais, Pedagogo (área supervisão e/ou coordenação);

VIII. Um discente representante da turma em análise;

IX. Outros profissionais que atuam no *Campus* com apoio pedagógico.

A constituição, as competências, as formas de atuação e as orientações de funcionamento estão disciplinadas em regimento próprio.

2.2. Atuação do coordenador do curso

Trabalha em articulação com os demais setores de apoio para atendimento às necessidades dos estudantes e do próprio curso. Será realizada por um profissional com elevado grau de formação e titulação, experiência profissional e acadêmica e disponibilidade de tempo para as atividades de avaliação, acompanhamento, instrução e apoio relacionados ao curso. Suas competências deverão ser contidas no Regimento Geral e deverão também ser descritas no Regimento Interno do *Campus*.

O coordenador deve responsabilizar-se pela gestão acadêmica do curso e atende a requisitos de atuação dispostos pelo MEC no Instrumento de Avaliação de Reconhecimento de Cursos, que envolvem disponibilidade adequada de tempo à coordenação, experiência de trabalho docente no nível técnico, boa relação com docentes e discentes e participação nos colegiados afins.

2.2.1. Identificação do coordenador do curso

A Coordenação do curso será exercida pela professora: Faelen Tais Kolln.

2.2.2. Titulação e formação do coordenador do curso

Abaixo está demonstrada a formação e titulação do coordenador do curso:

Quadro 12: Titulação do coordenador do curso

Ano de início e integralização	Nível	Nome do curso	Instituição
2013	Mestrado	Mestrado em Produção Vegetal	UFAC
2015	Especialista	Especialização em Engenharia em segurança do trabalho	FAROL
2008	Graduação	Graduação em Ciências Agrícolas-Agronomia	Universidad EARTH

O *currículum lattes* completo do coordenador do curso está disponível nos arquivos da Instituição para a devida averiguação e comprovação dos dados apresentados neste título.

2.3. Experiência profissional de magistério superior e de gestão do coordenador do curso

A referida coordenadora ainda não possui experiência no Magistério Superior e na Gestão acadêmica.

2.4. Regime de trabalho do coordenador do curso

A Coordenadora do Curso desenvolve suas funções em regime de 40 horas de trabalho, conforme está demonstrado em sua portaria de nomeação.

2.5. Titulação do corpo docente

Quadro 13: Titulação do corpo docente

Docente	Graduação	IES	Ano	Maior Titulação	IES	Ano
Alana Mara Kolln	Engenharia Florestal	UFMT	2012	Especialista	FAROL	2015
Aldison Diego Fonseca Dias	Tecnologia em Sistema para Internet	FAAr	2013	Especialista	Unesp	2015
Arlison Ramos	Matemática	UNIR	2004	Especialista	Unesc-Cacoal	2010
Érica Cayres Rodrigues	Letras	UNIR	2007	Mestre	Unir	2016
Eslei Justiniano dos Reis	Administração	UNIR	2007	Mestre	Unir	2014
Faelen Tais Kolln	Ciências Agrícolas - Agronomia	Universidade EARTH	2008	Mestre	UFAC	2013
Renato Welmeer Veloso	Engenharia Ambiental	UFV	2007	Doutor	UFV	2015

O corpo docente do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio é composto por 7 professores, sendo 1 doutor, 3 mestres e 3 especialistas.

2.5.1. Políticas de aperfeiçoamento, qualificação e atualização do corpo docente

A Resolução nº 7/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011, dispõe sobre a Política de Capacitação dos Servidores do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), a qual tem o objetivo de promover e prover ações e estratégias de ensino e aprendizagem que possibilitem aos servidores a construção e o aprimoramento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento profissional. Reflete, ainda, a valoração do indivíduo correspondendo aos padrões de qualidade e produtividade necessários ao atendimento da missão institucional do IFRO.

A Política de Capacitação do IFRO prevê Programas de Capacitação que objetivam a integração, a formação e o desenvolvimento profissional dos servidores para o exercício pleno de suas funções e de sua cidadania. Nessa perspectiva, podem ser ofertados Programas de Integração Institucional que forneçam informações pedagógicas básicas; Programas de Desenvolvimento Profissional que visam atualizar métodos de trabalho e de atividades administrativas e pedagógicas desenvolvidas pelos servidores, através da proposição de cursos, seminários, palestras, encontros, congressos, conferências; Programa de Formação Continuada dos servidores docentes e administrativos; e Programas de Qualificação Profissional que compreendem os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) e *Stricto Sensu*.

Ainda de acordo com a Política de Capacitação, o estímulo à Pós-Graduação ocorre mediante concessão de horários especiais de trabalho, conforme dispõem as normas e legislações específicas, bem como o custeio e incentivo na participação nos Programas de Mestrado e Doutorado Interinstitucionais (MINTER/DINTER).

2.6. Titulação do corpo docente – percentual de doutores

Como se pode observar, até o presente momento apenas um docente do curso têm titulação de doutor.

2.7. Regime de trabalho do corpo docente

A composição do corpo docente possui 6 professores efetivos com suas funções em regime integral de trabalho, com dedicação exclusiva e 1 professor com regime de 40 horas, conforme quadro abaixo.

Quadro 14: Regime de trabalho do corpo docente

Docente	Regime	Número em Horas
Alana Mara Kolln	DE	40 horas
Aldison Diego Fonseca Dias	DE	40 horas
Arilson Ramos	DE	40 horas
Érica Cayres Rodrigues	DE	40 horas
Eslei Justiniano dos Reis	DE	40 horas
Faelen Tais Kolln	40 horas	40 horas
Renato Welmeer Veloso	DE	40 horas

2.8. Experiência profissional do corpo docente

O IFRO, em cumprimento à sua missão e aos seus objetivos, prima pela formação de um quadro de docentes que sejam devidamente titulados em programas de pós-graduação *stricto sensu* e que tenham experiência no magistério, quer seja superior, quer seja na educação básica.

O IFRO investe na formação de seus professores, incentivando-os a cursar pós-graduação, *Lato* e *Stricto Sensu* e outros cursos de formação e especialização docente.

Quadro 15: Experiência profissional fora da docência.

Docente	Experiência Profissional Fora da Docência em Anos
Alana Mara Kolln	4 anos
Aldison Diego Fonseca Dias	2 anos e 7 meses
Arilson Ramos	-
Érica Cayres Rodrigues	16 anos
Eslei Justiniano dos Reis	14 anos
Faelen Tais Kolln	8 anos
Renato Welmeer Veloso	-

2.9. Funcionamento do Colegiado ou equivalente

O Colegiado do Curso Técnico, no âmbito de cada *campus*, é um órgão consultivo que poderá deliberar sobre assuntos relativos a ensino e aprendizagem no âmbito do curso. É composto pelos seguintes membros:

- a) Diretor de Ensino, como presidente;
- b) Coordenador do Curso;
- c) Chefe do Departamento de Apoio ao Ensino ou Coordenador de Apoio ao Ensino;
- d) Todos os professores em atividade no Curso;
- e) Um aluno regular do Curso, escolhido, dentre os líderes de turma interessados na representação, pelo critério da melhor nota no conjunto das disciplinas cumpridas no período letivo anterior ao da escolha ou no último semestre do curso de nível médio, quando a escolha for feita antes do final do primeiro período letivo do Curso atual.

Suas competências estão previstas no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos, Resolução nº 88/CONSUP/2016.

2.10. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica do corpo docente

O IFRO é uma instituição preocupada com o desenvolvimento científico, acadêmico, tecnológico, artístico e cultural de seus professores. Assim sendo, tudo o que é produzido por eles recebe tratamento diferenciado. O IFRO desenvolve programas e assegura instrumentos e mecanismos de visibilidade e publicação dos trabalhos desenvolvidos por seus docentes.

Além de sua revista científica, a instituição ainda dá incentivo para que os docentes lotados em seus cursos produzam e publiquem seus trabalhos de natureza científica, tecnológica, artística e cultural em revistas regionais, nacionais e internacionais, devidamente indexadas nos órgãos apropriados.

No quadro abaixo, listamos os endereços dos curriculum lattes dos professores que atuarão na docência no curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio do *Campus Jaru*.

Quadro 16: *Curriculum Lattes* do Corpo Docente

Docentes	Link Currículo Lattes
Alana Mara Kolln	http://lattes.cnpq.br/0562938713927206
Aldison Diego Fonseca Dias	http://lattes.cnpq.br/1996113450613845
Arilson Ramos	http://lattes.cnpq.br/7470521454259744

Érica Cayres Rodrigues	http://lattes.cnpq.br/1123159410463855
Eslei Justiniano dos Reis	http://lattes.cnpq.br/8331002099848399
Faelen Tais Kolln	http://lattes.cnpq.br/2324041152357254
Renato Welmeer Veloso	http://lattes.cnpq.br/1650625645480275

2.11. Titulação e formação do corpo de tutores de curso

Como os tutores são os mesmos professores das disciplinas, replica-se o quadro 17 que trata da formação dos docentes.

2.12. Experiência do corpo de tutores em Educação a Distância

A experiência dos tutores em educação a distância segue o quadro abaixo:

Quadro 17: Experiência do corpo de tutores em educação a distância.

Docente	Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância
Alana Mara Kolln	-
Aldison Diego Fonseca Dias	-
Arilson Ramos	-
Érica Cayres Rodrigues	-
Eslei Justiniano dos Reis	12 meses
Faelen Tais Kolln	-
Renato Welmeer Veloso	-

2.13 Relação docentes e tutores – presenciais e a distância – por estudante

Por serem tutores os mesmos docentes, a relação entre docentes e tutores por estudante permanece, considerando o número de docentes apresentados para os três semestres de funcionamento do curso e também o número de vagas oferecidas no decorrer do mesmo prazo, uma média de no máximo 13 estudantes por professor.

DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA

3.1. Gabinetes de trabalho para professores em tempo integral

O IFRO construiu um bloco com três salas de aula e 2 banheiros para dar início às atividades acadêmicas do *Campus* Jarú. Portanto, no momento não há espaços para gabinetes de trabalho para os professores. Entretanto, outras obras como a construção de um prédio com 12 salas de aula já está em andamento, assim também a reforma de outro prédio está em processo de planejamento e execução. Em breve, serão disponibilizados os espaços de trabalhos aos professores e coordenadores de cursos desta unidade de ensino.

3.2. Espaço de trabalho para coordenação de curso e serviços acadêmicos

O *campus* ainda não possui espaço exclusivo destinado ao coordenador de curso, em função do processo de implantação do *Campus*, conforme já explicitado em outros momentos. No entanto, no decorrer da implantação dos cursos, serão disponibilizados esses espaços e mobiliários adequados para que os coordenadores de cursos possam realizar os trabalhos acadêmicos.

3.3. Sala de Professores

O *Campus* não dispõe ainda de espaço exclusivo para atender os professores que trabalham em regime de dedicação exclusiva - 40 horas. No entanto, já está em processo de elaboração de projeto e licitação da reforma de um prédio destinado para atender esta demanda. Além disso, já iniciou a construção de outro prédio com 12 salas de aulas. Tão logo a empresa faça a entrega dessas obras, os ambientes serão organizados para o atendimento aos professores e aos alunos de forma mais adequada. No momento, o atendimento aos alunos está acontecendo na sala dos professores e/ou no laboratório de informática.

Inicialmente, os professores do *Campus* trabalharão numa sala única, climatizada, mobiliada e equipada com mesa grande para estudo/trabalho, poltronas giratórias e almofadadas, mesa de cafezinho, bebedouro coletivo, de forma que há o espaço destinado para convivência dos professores nos horários de intervalo, planejamento, registros de aulas e outros.

3.4 Salas de aula

A Instituição disponibiliza aos seus acadêmicos salas de aula adequadas e confortáveis, construídas em alvenaria e concreto armado, janelas em vidros temperados, revestimento em massa corrida e pintura látex/acrílica. Há em cada sala um projetor multimídia e um aparelho de TV.

As salas de aula estão mobiliadas com 40 carteiras/cadeiras individuais, quadros brancos, climatizadas com ar condicionado Split e cortinas tipo persiana.

O *Campus* conta com salas de aula padronizadas, com capacidade para 40 alunos e planejadas para oferecer as melhores condições de aprendizagem atendendo às disposições regulamentares quanto à dimensão, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza diária.

3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática

A princípio, o *Campus* coloca a serviço das necessidades acadêmicas dos seus alunos, um Laboratório de Informática, com 30 computadores, onde todos os equipamentos são utilizados diariamente, das 7h30min às 22h35min. Além de um aparelho retroprojetor e quadro branco já afixados para aulas e/ou outras atividades que os professores e alunos precisarem desenvolver naquele ambiente de estudos.

Além do mais, será disponibilizado aos alunos o acesso ao Sistema de Gestão Acadêmica que possibilitará ao aluno acompanhar sua situação acadêmica, pela Internet, permitindo-lhe acesso ao relatório de notas, resultados de avaliação, reserva de livros, comprovante de matrícula e outros, Sistema esse disponibilizado pelo IFRO.

3.5.1 Plano de atualização tecnológica e manutenção de equipamentos

A atualização tecnológica e manutenção dos equipamentos atendem às necessidades dos cursos atendidos, levando-se em conta o custo-benefício, bem como as tendências do mercado de trabalho.

A manutenção é feita por profissionais especializados. A operacionalização dos equipamentos é de responsabilidade dos docentes e técnicos do IFRO.

3.6. Bibliografia básica

A política da biblioteca do *Campus* é adquirir toda a bibliografia básica das disciplinas constantes na matriz curricular dos cursos, procurando atualizá-la periodicamente.

A bibliografia é sempre recomendada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, supervisionada pelo coordenador de curso e do Colegiado do Curso, o qual trabalha também no sentido de recomendar a atualização bibliográfica a fim de manter a qualidade e atualização dos conhecimentos do aluno.

No item do ementário deste projeto, estão esboçadas as obras da bibliografia básica que compõem o conjunto de referências exigidas para a formação do egresso do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio.

3.7. Bibliografia complementar

A bibliografia complementar indicada atende aos programas das disciplinas com o mínimo de exemplares por títulos segundo orientação dos regulamentos e instrumentos indicativos do INEP/MEC para cada disciplina.

A bibliografia complementar atua como um acervo complementar na formação dos alunos e é recomendada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, supervisionada pelo coordenador de curso e pelo Núcleo Docente Estruturante com a anuência do Colegiado do Curso.

No item do ementário deste projeto, estão esboçadas as obras da bibliografia complementar que compõem o conjunto de referências exigidas para a formação do egresso do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio.

3.8. Periódicos especializados

A biblioteca conta, em seu acervo, com periódicos, nacionais e estrangeiros, específicos para os cursos e outros de interesse geral da comunidade acadêmica. Para tanto, são mantidas assinaturas correntes de periódicos, que podem ser ampliadas, de acordo com as indicações da comunidade acadêmica.

Além das assinaturas de periódicos, o *Campus* viabiliza acesso aos periódicos disponíveis livremente no site da CAPES e em outros bancos públicos e privados, nacionais e internacionais.

Todos os cursos mantidos pelo *Campus* recebem periódicos em número necessário para atender a demanda da comunidade acadêmica em cada área de formação.

3.9. Laboratórios didáticos e especializados

No momento, está disponibilizado laboratório de informática aos alunos, estruturado com computadores conectados à internet e interligados em rede, projetor multimídia, dentre outras formas de conexão. Possibilitam a instrumentalização do aluno na linguagem de hipermídia, inserindo-o no mundo globalizado. Contam com softwares específicos, de acordo com as necessidades do curso.

3.9.1. Plano de atualização tecnológica, serviços e manutenção dos equipamentos

A escolha do laboratório e as instalações atendem às necessidades dos cursos atendidos, levando-se em conta o número de alunos e a relação custo-benefício.

A atualização dos laboratórios varia de acordo com as novas tecnologias, e a manutenção é feita por profissionais especializados. A operacionalização dos equipamentos é de responsabilidade dos docentes e técnicos do IFRO.

A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos correspondem às ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano de ação do *campus* e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que prevê a aquisição de equipamentos. Todavia, a atualização poderá ser desenvolvida também por meio de ações complementares pelos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a cargo tanto de técnicos especializados quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica.

No sentido de garantir os serviços nos laboratórios didáticos especializados a serem adquiridos em breve, é condição primordial que a IE mantenha a existência de um técnico responsável pela manutenção, atendimento à comunidade e assessoramento aos docentes no decorrer de suas aulas práticas, em todos os turnos.

3. 9.2 Infraestrutura de laboratórios específicos da área de formação

O *Campus Jarú* está em fase de implantação e construção e, nesse sentido, já está previsto na obra em andamento o Laboratório específico de Segurança do Trabalho, bem como os equipamentos inerentes a esse funcionamento, para subsidiar as áreas técnicas de Higiene Ocupacional e Ergonomia, Equipamentos de Proteção Individual, Suporte Básico à Vida e Proteção Contra Incêndios.

Ressalta-se também que muitas atividades práticas serão realizadas mediante parcerias institucionais e visitas técnicas ao decorrer do curso.

DIMENSÃO 4 – REQUISITOS LEGAIS

4.1. Diretrizes curriculares nacionais da educação básica

Os projetos pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio atendem ao respectivo Catálogo do Ministério da Educação, às diretrizes específicas da modalidade dos cursos e às normatizações internas. No âmbito da legislação nacional, elencam-se como referências comuns e recorrentes:

- a) Educação ambiental (Lei 9.795/1999): a Constituição e o meio ambiente; a importância da Lei de Educação Ambiental na relação com a cidadania;
- b) Estatuto dos Idosos (Lei 10.741/2003): processos de envelhecimento; alimentação e saúde dos idosos; serviços e ações de proteção aos idosos; garantia de prioridade; infrações e penalidades por negligência ou ofensa aos idosos; obrigações da família, escola e sociedade em relação aos idosos.
- c) Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990): direitos, entidades de apoio, bem-estar; infrações e penalidades por ofensa ou negligência contra a criança e o adolescente.
- d) Educação para o Trânsito (Lei 9.503/1997): melhoria das relações de convivência no trânsito; segurança; organização das cidades: trânsito, veículos e pedestres; órgãos e entidades de trânsito; Educação no trânsito: uso moderado dos veículos e respeito à condição do outro.
- e) Educação alimentar e nutricional: alimentação e nutrição; segurança alimentar e nutricional.
- f) Saúde: educação preventiva para a saúde.
- g) Educação em direitos humanos (Decreto 7.037/2009): respeito à diversidade e identidade dos diferentes sujeitos, quanto a religião, sexualidade, gênero, gerações e idade; reconhecimento de direitos e valores das comunidades tradicionais; educação para a convivência; respeito às pessoas com necessidades específicas.
- h) Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Lei nº 10.639/2003 e Resolução CNE nº 1/2004): o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade

nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Os conteúdos para estudo das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana estão contemplados nas disciplinas de Arte, Literatura e História e serão também desenvolvidos por meios de projetos e ações específicas. Os demais temas transversais não apareceram nas ementas das disciplinas e serão desenvolvidos por meio de projetos de extensão, programas e ações específicas. A Semana de Educação para a Vida é uma das alternativas para o englobamento destes temas.

- i) Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio: define carga horária de cada formação e sua área de conhecimento, sugere abordagens para os cursos, traça perfis de formação e apresenta campos de atuação profissional;
- j) Decreto 5.154/04: regulamenta o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei 9.394/96;
- k) Lei Federal n.º 10.098/2000: dispõe sobre a acessibilidade das pessoas portadoras de necessidade auditiva;
- l) Lei 10.436, de 24 de abril de 2002: dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais;
- m) Decreto 5.296/2004: trata de questões das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- n) Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005: regulamenta a Língua Brasileira de Sinais e regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- o) Lei 11.788/08: dispõe sobre o estágio;
- p) Lei 11.892/08: cria os Institutos Federais.
- q) Lei 9.394/96: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- r) Parecer CEB/CNE 39/2004: dispõe sobre a aplicação do Decreto 5.154/2004 na educação profissional técnica de nível médio;
- s) Resolução CEB/CNE 2/2012: institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- t) Resolução CEB/CNE 6/2012: institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

- u) Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012: institui as políticas nacionais da Pessoa com Espectro de Autismo.

Especificamente, a Resolução 6/2012, do Conselho Nacional de Educação, apresenta conceitos e princípios de organização basilar para os cursos técnicos, enquanto o Catálogo Nacional específico define os perfis de formação e sugere os eixos de formação mínimos para cada caso.

4.1.2. Normativas Internas

O curso é regido também por normatizações internas que atendem à legislação nacional, quanto à vida acadêmica em geral e às dimensões, fundamentos e processos específicos de formação. Os documentos de maior recorrência são:

- a) Regimento Geral;
- b) Regimento Interno do *Campus*;
- c) Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio;
- d) Regulamento do Estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal de Rondônia;
- e) Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

O Regulamento da Organização Acadêmica é o documento mais importante para a orientação geral dos processos de ensino, aprendizagem e registros acadêmicos. Outras normativas, embora não listadas acima, deverão ser respeitadas na oferta do curso. O mesmo deve ser considerado quanto à legislação nacional.

4.1.3. Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étno-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-brasileira, africana e indígena

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, no título que trata das políticas de ensino para o ensino técnico de nível médio e de graduação faz menção às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

Embora não haja uma política esboçada num plano ou programa específico para tratar dos direitos humanos, é certo que o tema vem se tornando, a cada dia, mais e mais frequente nas discussões dos comitês, conselhos e comissões constituídas para pensar o futuro do IFRO. Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena já figuram como conteúdos de disciplinas que tratam de questões humanas e sociais nos cursos da educação básica, técnica, tecnológica e superior, bem como projetos e eventos, como a Semana da Consciência Negra, do Instituto Federal de Educação de Rondônia, o qual pretende ampliar as discussões em nível de poder contribuir, sobremaneira, com a formação humanista da sociedade na qual está inserido e atua como agente de transformação social.

4.2. Diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos

O *Campus Jarú* norteia-se pelo que preconiza a Lei Federal Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 para definir suas políticas de atendimento às condições de acessibilidade. Com fulcro na lei, são estabelecidas normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Ademais, as políticas e ações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, em todos os *campi*, para a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais são implementadas conforme o disposto na NBR 9050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Os atendimentos obedecerão ao disposto no Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do IFRO.

4.3 Proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista

Com fundamento no disposto na Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o IFRO, por intermédio do seu Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), a fim de prestar a devida e necessária proteção aos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

4.4 Tempo de Integralização

O tempo mínimo para integralização do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio é de 03 (três) semestres e de no máximo 06 (seis) semestres.

4.5 Acessibilidade para pessoas com deficiência física

O *Campus Jarú* do IFRO foi construído com estruturas e condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, inclusive adaptação de sala de aula, biblioteca, laboratórios e sanitários. Além disso, as demais construções, reforma e ampliação da infraestrutura do *campus* já estão planejadas para atender os alunos com necessidades específicas.

Em atendimento à Lei Federal n.º 10.098/2000 e ao Decreto 5.296/2004, o *Campus Jarú* terá:

- a) Estacionamento e/ou acesso adequado e reservado, próximo às edificações, para portadores de necessidades especiais;
- b) Em toda edificação, com mais de um pavimento, existirá acesso facilitado por rampa, calçada rebaixada e/ou elevador;
- c) Sanitários em todos os pavimentos, para pessoas com deficiência, com equipamentos e acessórios;
- d) Largos corredores, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes;
- e) Locais de reunião com espaços reservados, facilitando a acessibilidade.

Deverá ser cumprido o estabelecido na NBR 9050 (ABNT, 2004) e legislações aplicáveis.

4.6 Acessibilidade para alunos com deficiência visual

O *Campus Jarú* está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência visual, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem a todos os alunos.

4.7 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva

Historicamente, as pessoas com necessidades específicas têm sido alvo de discriminação e preconceito em todos os aspectos da vida comunitária. Nos últimos trinta anos, porém, tem-se observado uma mudança substancial em uma longa trajetória, que tem episódios que vão desde o aniquilamento e isolamento em instituições específicas — muitas vezes tidas como “depósitos” — até a conquista de direitos assegurados em documentos oficiais em âmbito nacional e internacional. Segundo o IBGE, Censo 2000, no Brasil existem 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade, o que representa 14,5% da população brasileira.

Um marco significativo que demonstra o avanço das conquistas dos movimentos de surdos, por exemplo, está mencionado no Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras, e o art. 18 da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata da acessibilidade de pessoas com necessidades específicas.

É possível a construção de novos sentidos para o trabalho de educação no campo da diferença, a partir do momento em que a educação possa ser compreendida como um processo amplo, de gestão participativa e comprometida com as múltiplas necessidades e possibilidades inerentes ao campo da inclusão. O *Campus Jarú* está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência auditiva.

4.8 Informações Acadêmicas

As informações acadêmicas são parte da relação de uma instituição de ensino com a comunidade a que ela atende. Em conformidade com a Portaria Normativa Nº 40 de 12/12/2007, no seu artigo 32, a IES precisa lançar mão de todos os instrumentos de comunicação que dispõe para manter a comunidade acadêmica informada de todas as suas ações, especialmente, aquelas que sejam de interesse de professores e alunos.

No IFRO, as informações acadêmicas são propagadas por intermédio de meios eletrônicos e virtuais, sem, no entanto, desprezar aqueles convencionais, a exemplo dos murais internos e dos comunicados impressos entregues aos discentes.

O IFRO construiu o SIGA – Edu, o qual está sendo migrado para SGA, Portal do professor como seu principal portal de informação acadêmica. Nele são registrados os

conteúdos ministrados, a frequência e as notas atribuídas aos alunos. O docente tem acesso ao sistema para registro por meio do Portal do Professor, o aluno, por sua vez, tem acesso a essas informações pelo Portal do aluno, recentemente implantado.

4.9 Políticas de educação ambiental

A política de Educação Ambiental no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia visa construir valores sociais, atitudinais e competências para a utilização sustentável do meio ambiente.

Além do oferecimento de disciplinas que tratam do tema e de conteúdos, oferecidos de modo transversal, nas demais disciplinas de formação geral, será estimulada a implantação de projetos e de programas relacionados ao tema a fim de consolidar uma política ambiental que seja capaz de resgatar os mais puros valores relacionados à preservação e ao uso responsável da terra, das matas, do ar, das águas e de tudo o que se deriva deles.

De igual modo, serão estabelecidas parcerias com órgãos ambientais de natureza pública e privada para o desenvolvimento de políticas de preservação e conservação de rios, florestas e de outros ambientes naturais na região de abrangência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

Como norte para a sua política de educação ambiental interna, o IFRO servirá de tudo o quanto está preconizado no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e evoca em especial as cinco diretrizes:

- ✓ Transversalidade e Interdisciplinaridade;
- ✓ Descentralização Espacial e Institucional;
- ✓ Sustentabilidade Socioambiental;
- ✓ Democracia e Participação Social;
- ✓ Aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental.

DIMENSÃO 5 -DOS TEMAS GERAIS E DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

5.1 Infraestrutura do *Campus*

O *Campus* está em processo de expansão de sua infraestrutura, com garantia dos ambientes e recursos para a realização dos cursos. Os setores de atendimento possuem equipamentos e mobiliários adequados, além de pessoal de apoio para a manutenção e organização dos espaços e instrumentos de trabalho.

Para atender, de forma adequada, as necessidades acadêmicas, foram projetadas suas instalações prediais dentro dos padrões exigidos pelos órgãos de controle.

As instalações prediais construídas são de excelente qualidade, em alvenaria e estrutura de concreto armado, com fechamento em vidro e tijolo cerâmico, piso granilite antiderrapante, revestimento externo com reboco, massa acrílica e no interno com reboco, massa corrida, pintura látex/acrílica, textura e azulejos (laboratórios e conjuntos sanitários) com portas internas de madeira e janelas com vidro temperado.

A instalação elétrica está de acordo com as normas da concessionária local. Na parte interna, todo o sistema é embutido com quadros de distribuição de acordo com as cargas, interruptores, tomadas e luminárias fluorescentes distribuídos em conformidade com as necessidades e código de obra.

Todos os ambientes são climatizados por ar condicionados tipo Split, dimensionados de acordo com a área e normas técnicas.

A instalação hidro sanitária atende às normas da concessionária local, inclusive às exigências de segurança.

O prédio utiliza cobertura segundo as normas técnicas e de acordo com o indicado nos instrumentos editados pelos órgãos de controle.

5.1.1 Infraestrutura de segurança

A instalação do *campus* foi projetada para atender às normas do Código de Segurança e Proteção contra Incêndio – CBMRO, por meio da instalação dos seguintes sistemas:

- ✓ Extintores CO² nos corredores;
- ✓ Saída de emergência;
- ✓ Luminárias de emergência;
- ✓ Sinalizações;

- ✓ Parte elétrica: Subestação e quadros de distribuição compatíveis com as cargas.

5.1.2. Área de Convivência

No planejamento das obras de implantação do *Campus Jarú*, também estão sendo planejados espaços de convivência para os alunos com cantina e pátio de recreação e para servidores abrangendo copa e sala de professores coletiva.

Ressalta-se que estes espaços são iniciais e, que, durante do desenvolvimento da unidade, outros espaços serão demandados, planejados e instalados no *Campus*.

5.1.3 Biblioteca

O *Campus* oferecerá biblioteca aos alunos, em ambiente climatizado, dinâmico e organizado, contendo referências bibliográficas imprescindíveis a sua formação. Entende-se que o conhecimento construído ao longo dos tempos, especialmente sistematizados em livros e outras formas de divulgação, deve ser objeto de estudo e ficar disponibilizado aos alunos, para a fundamentação teórica de suas atividades estudantis e profissionais. Por isso, salienta-se a importância a ser dada à biblioteca, que contará ainda com acervo virtual de consulta e sistemas de acesso a este acervo.

As ementas trazem uma lista de bibliografia básica que estará presente na biblioteca do *Campus*. Haverá ainda vários outros materiais, citados ou não, voltados para a área, nas mais diversas mídias, como CDs, DVDs, arquivos virtuais e outros. Os referenciais mais importantes encontram-se descritos nos planos de disciplina contidos neste PPC, aos quais serão somados outros.

O espaço para a biblioteca ainda em construção operará com um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso ao acervo. O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares cuja política de empréstimos prevê um prazo máximo de 14 (catorze) dias para o aluno e 21 (vinte e um) dias para os professores, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. O acervo deverá estar dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos contemplando todas as áreas de abrangência do curso.

5.1.4. Espaços para eventos

No momento, o *Campus* não disponibiliza de espaços para eventos grandiosos. Entretanto, já está em planejamento a construção desses espaços. As atividades que requeiram espaços maiores serão realizadas em órgãos públicos ou privados via parceria com o IFRO – *Campus* Jaru.

5.1.5. Instalações sanitárias

As instalações sanitárias do *Campus* foram construídas de acordo com as normas hidro sanitárias da concessionária local, composto de 1 banheiro masculino e 1 feminino, ambos prevendo sanitários para atendimento às pessoas com necessidades especiais.

Os conjuntos sanitários masculinos, possuem quatro divisórias com vasos sanitários e dois mictórios e uma bancada de cinco cubas de lavabo.

Os conjuntos sanitários femininos, possuem cinco divisórias com vasos sanitários e uma bancada de cinco cubas de lavabo.

Os conjuntos sanitários para atendimento às pessoas com necessidades especiais possuem um vaso sanitário com corrimão nas laterais e uma cuba de lavabo na altura própria para o cadeirante.

Todos os conjuntos têm piso cerâmico antiderrapante, revestimento total das paredes em azulejos, janelas com vidros temperados, portas em alumínio e com corrimão de proteção em toda a lateral dos banheiros.

5.2 Organização do controle acadêmico

A organização do controle acadêmico segue as normas regimentais estabelecidas nos documentos gerais do IFRO e também nos documentos internos de cada *campus*. O órgão central de desempenho das atividades acadêmico-administrativas é a Coordenação de Registros Acadêmicos, denominada tão somente de CRA. O controle da organização acadêmica dá-se por meio de sistema eletrônico denominado de SIGA-Edu.

O registro e o controle acadêmico de matrícula, trancamento, transferência e aproveitamento de estudos são de responsabilidade da Coordenação de Registros Acadêmicos. As questões acadêmicas, expedição de atestados, históricos escolares, registro de diplomas, entre outras atividades também estão a cargo da Coordenação de

Registros Acadêmicos (CRA). A verificação e o registro de frequência, notas, aprovação/reprovação são de responsabilidade do professor e o seu controle de responsabilidade da CRA.

A verificação e o registro de frequência, notas, aprovação/reprovação são de responsabilidade do professor e o seu controle de responsabilidade da CRA, cabendo ao DAPE obter, instruir e avaliar os planos de ensino e os resultados parciais, finais e especiais das avaliações e cômputo de notas e frequências, nos prazos estabelecidos em calendário e conforme os regulamentos do IFRO.

A CRA é o órgão de apoio ao qual compete centralizar todo o movimento acadêmico e administrativo de cada *campi* e é dirigida por um coordenador, sob a orientação da Diretoria de Ensino.

O coordenador tem sob sua guarda e responsabilidade todos os livros e sistemas de escrituração escolar, arquivos, prontuários dos alunos e demais assentamentos em livros e sistemas de registros fixados pelo Regimento Geral, pelo Regulamento da Organização Acadêmica e pela legislação vigente.

À CRA compete:

- I. Inscrever os candidatos à seleção e admissão;
- II. Proceder à matrícula dos alunos;
- III. Expedir documentação escolar geral;
- IV. Expedir diplomas e certificados;
- V. Organizar e manter atualizados arquivos e fichários;
- VI. Manter o controle dos registros acadêmicos;
- VII. Divulgar as diversas atividades do setor escolar;
- VIII. Executar outros trabalhos que lhes sejam atribuídos pelo diretor de ensino;

Ao coordenador compete:

- I. Dirigir a CRA, observadas as normas regimentais, e as que lhe forem conferidas pelos órgãos e instâncias superiores;
- II. Desenvolver todas as atividades que lhe for designada no Regimento Geral, nos Regulamentos da Organização Acadêmica e nos demais documentos e legislação vigente.

5.3 Setores de apoio pedagógico e técnico-administrativo

A seguir, indicamos os principais setores em que atua a equipe de apoio pedagógico e técnico-administrativo e os principais serviços oferecidos pela IE no desenvolvimento do ensino, da aprendizagem, da extensão e da pesquisa.

5.3.1 Diretoria de Ensino

Articula-se com a Direção Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus* e as instruções da Direção Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

5.3.1.1 Departamento de Apoio ao Ensino ou Coordenação de Apoio ao Ensino

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange a elaboração, tramitação, organização, recebimento e expedição de documentos referentes ao ensino profissionalizante médio; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino; com auxílio de uma equipe de pedagogos e técnico em assuntos educacionais, atua junto ao ensino técnico nas modalidades ofertadas, para prestar apoio pedagógico aos alunos e professores.

5.3.1.2. Departamento de Assistência ao Educando ou Coordenação de Assistência ao Educando

Por ser um *campus* novo, o *Campus Jarú* ainda não dispõe de um quadro completo dos profissionais do setor de apoio ao Educando. Este trabalho está sendo realizado pela Direção de Ensino. No entanto, a Direção Geral do *Campus* está se articulando junto à Reitoria/DGP para remanejar servidores dessas áreas específicas para a lotação neste.

Departamento ou Coordenação de Assistência ao Educando Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino e ao/à Departamento de Apoio ao Ensino/ Coordenação de Apoio ao Ensino presta informações a todos de direito no que se refere às notas obtidas nas etapas; tem ainda como serviços específicos:

- ✓ Serviço Social: prestará assistência ao aluno em relação aos aspectos socioeconômicos, que envolvem: construção do perfil socioeconômico dos que ingressam no IFRO; levantamento de necessidades; elaboração de planos de apoio financeiro que envolvam, por exemplo, bolsa-trabalho e bolsa-monitoria; realização de outras atividades de atendimento favorável à permanência do aluno no curso e ao seu bem-estar;
- ✓ Orientação Educacional: oferece orientação aos alunos quanto a aproveitamento, frequência, relações de interação e outros princípios voltados para o bom desenvolvimento dos estudos, orienta os alunos quanto ao comportamento e compromisso com as regras e com os estudos;
- ✓ Serviço de Psicologia: atenderá aos alunos em relação aos aspectos psicológicos, por meio de orientações, estudos de caso, diagnósticos e atendimentos de rotina.

5.3.1.3. Coordenação de Registros Acadêmicos

Coordenação de Registros Acadêmicos é um setor de registro, acompanhamento, informação e controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno, incluindo-se trâmites para expedição de diplomas.

5.3.1.4. Coordenação de Biblioteca

Coordenação de Biblioteca: registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral.

5.4. Departamento de Extensão

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância dos projetos e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *campus*; participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos. Por meio da Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade, cumprirá

as atividades de rotina relativas a estágio (levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho, estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores, e outros), desenvolverá planos de intervenção para conquista do primeiro emprego, acompanhará egressos por meio de projetos de integração permanente, construirá banco de dados de formandos e egressos, fará as diligências para visitas técnicas, dentre outras funções. Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e todos os membros das comunidades (interna e externa) no desenvolvimento de projetos que favoreçam ao fomento do ensino e da aprendizagem. Usa como estratégia a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o marketing.

5.5. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Atende às necessidades da instituição também de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos. Por meio da Coordenação de Pesquisa e Inovação, trabalhará com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica — PIBIC Júnior — e outros, e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, desenvolvidos no âmbito interno ou não, envolvendo apenas os alunos e professores como também a comunidade externa.

5.6. Coordenação de Tecnologia da Informação

É um setor que trabalha pela automação e desenvolvimento de sistemas nos mais diversos níveis e segmentos, envolvendo: Gestão da Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dos Institutos Federais; Observatório Nacional do Mundo do Trabalho; EPT Virtual; Portal Nacional de EPT; EPT Internacional; Acessibilidade Virtual; Controle Acadêmico (responsável pelo controle da documentação do aluno na instituição), dentre outros programas, sistemas e processos.

5.7. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é um órgão de assessoramento e encontra-se ligado na Reitoria, à Pró-Reitoria de Ensino e, em cada *campus*, diretamente à Diretoria de Ensino. O NAPNE é um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas voltadas às Pessoas com Necessidades Específicas, tendo por finalidade a promoção da educação para a convivência, a partir do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais, comunicacionais e arquitetônicas no IFRO.

As ações do NAPNE visam à inserção das pessoas com necessidades específicas em cursos presenciais e a distância de formação inicial e continuada, técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações no IFRO.

São consideradas pessoas com necessidades específicas todas aquelas contempladas pelo Decreto nº 7.611/11, cujas necessidades se originam em função de:

I. Deficiência, caracterizada por impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringido a sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade;

II. Altas habilidades/superdotação, caracterizada por potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes;

III. Transtornos globais do desenvolvimento, caracterizados por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo (autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil); e transtornos funcionais específicos, como dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade entre outros.

Os alunos com necessidades específicas poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas — NAPNE, para a sua permanência no curso. Dentre as principais atividades previstas, podem ser citadas a oferta de instrumentos especiais para pessoas com deficiência física (órteses, próteses, equipamentos para a superação de baixa visão ou baixa audição), o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas, a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão.

5.8. Políticas especiais do IFRO

5.8.1 Políticas de educação inclusiva

A sociedade é formada por indivíduos diferentes, e aqueles que estão fora do padrão da maioria, geralmente, são marginalizados, estereotipados e/ou relegados ao que, modernamente, são chamados de grupos de minorias.

Procurando se adequar à modernidade inclusiva e a esse novo mundo de diversidades que se organizam em grupos de minorias excluídas, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), com o propósito de tratar os iguais com igualdade e os desiguais com desigualdade, na medida de suas desigualdades, a fim de igualar os desiguais aos iguais, vem desenvolvendo políticas denominadas de inclusivas para atender as camadas sociais excluídas dos sistemas educacionais a fim de nivelá-las aos demais membros da sociedade. Assim sendo, como está preconizado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2014):

Todas as obras recentes realizadas pelo Instituto Federal de Rondônia já contemplam em seus projetos as recomendações da legislação vigente no que refere às questões de acessibilidade. Edificações pré-existentes incorporadas ao IFRO ao longo do tempo e que, porventura, não possuíam acessibilidade, foram adequadas.

Nesse sentido, outra questão a se destacar, é a Resolução nº30/2011, que disciplina a organização, o funcionamento e as atribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNEs, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

Entre suas principais características, destacam-se os procedimentos para sua efetiva implantação, que tem como objetivo principal, criar a cultura da educação para a convivência, a aceitação da diversidade, a eliminação das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a todos por meio da educação.

Informamos também que duas metas apresentadas no presente documento contribuem para a regulamentação da acessibilidade e para o atendimento prioritário em âmbito institucional. A Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD – tem como meta para o ano de 2015, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Físico do IFRO (PDF), que passará a oferecer documentalmente, de maneira mais detalhada, as especificidades técnicas de construção para atendimento ao disposto, atendendo as necessidades de cada *campus*, em consonância com os objetivos institucionais e a legislação vigente. Em complemento a essa ação, a reitoria tem como meta a elaboração do Plano de Acessibilidade e Atendimento Prioritário do IFRO, que, como o nome sugere, passará a servir como referência documental da instituição para essa finalidade, contemplando os estudos já realizados pelo NAPNE, bem como do PDF, a ser desenvolvido pela PROPLAD.

O ensino e a aprendizagem têm interessado, sobremaneira, pesquisadores, professores, gestores e também às famílias, especialmente, no que concerne à educação

especial inclusiva. No âmbito do Instituto Federal de Educação de Rondônia, isso não é diferente. Apesar de sua jovialidade, o IFRO tem demonstrado que pode fazer a diferença oferecendo à sociedade uma educação isonômica para todos. Todos os seus *campi* têm procurado incluir os mais diversos sujeitos socialmente constituídos para que façam parte do sistema nacional de educação básica, técnica e superior, sem qualquer tipo de discriminação, pautando sempre pelo zelo aos princípios constitucionais de respeito à dignidade da pessoa humana, da liberdade de ir e vir e da igualdade entre todos (Constituição Federal, 1988).

5.9. Certificação de Conclusão de Curso

Após o cumprimento integral da matriz curricular que compõe o curso, será conferido ao egresso o **Diploma de Técnico em Segurança do Trabalho**, conforme orientações do artigo 7º do Decreto 5.154/2004, o artigo 38 da Resolução 6/2012 do Conselho Nacional de Educação e o Regulamento da Emissão de Certificados e Diplomas em vigência do IFRO.

5.10. Acesso a equipamentos de informática pelos docentes

Todos os docentes do *Campus* têm acesso a equipamentos de informática que estão distribuídos nos laboratórios, salas de aulas e, futuramente, em todos os espaços acadêmicos.

A Instituição disponibiliza, em seus três turnos de funcionamento, os laboratórios de informática, composto com máquinas e equipamentos de última geração.

Além do laboratório, os docentes contam ainda com equipamentos de informática instalados nas coordenadorias dos cursos, diretoria de ensino, departamentos/coordenações de pesquisa e extensão e serviço de apoio psicopedagógico.

Os microcomputadores disponibilizados aos docentes permitem, também, acesso, por intermédio do Sistema, às informações sobre as suas turmas, impressão do diário de classe, cadastro de notas, faltas, conteúdo e relatórios, podendo assim, acompanhar o rendimento acadêmico de cada aluno em tempo real e de qualquer lugar.

5.11. Recursos audiovisuais disponíveis para o exercício da docência

Os recursos audiovisuais são disponibilizados em números equivalentes às necessidades e demanda das aulas e atividades acadêmicas.

Quadro 18: Recursos audiovisuais

Equipamentos	Quantidade
Computadores	45
Projetor de multimídia	03
Televisores	03
Caixa de som amplificada	04

6. REFERÊNCIAS UTILIZADAS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO

ABNT. **NBR 9050**. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf> Acesso em: 17 de dezembro de 2016.

ACHE TUDO E REGIÃO. **Geografia de Jaru**. Disponível em: <<http://www.achetudoeregiao.com.br/ro/jaru/geografia.htm>>. Acesso em 17 de janeiro de 2017.

ACIJ – **Associação Comercial e Industrial de Jaru**. Disponível em: <<http://www.acijaru.com.br/associados.php?pg=19>>. Acesso em 18 de janeiro de 2017.

ALMEIDA, M. E. B. de. As teorias principais da andragogia e heutagogia. In: LITTO, F. M. e FORMIGA, M. M. M. (Orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Educacion do Brasil, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre educação especial, o atendimento educacional especializado dá outras providências.

_____. **Decreto Nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver Sem Limite.

_____. **Decreto 5.296/2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5296.htm> Acesso em 04 de novembro de 2016.

_____. **Decreto 7.037/2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm> Acesso em: 04 de novembro de 2016.

_____. **Decreto 5.154/2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 23 de novembro de 2016.

_____. **Decreto 5.626/2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em 23 de novembro de 2016.

BRASIL. IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 03 de novembro de 2016.

BRASIL. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

_____. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

_____. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado, 1996.

_____. **Lei 11.534/2007**. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 03 de novembro de 2016.

_____. **Lei 9.795/1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>> Acesso em: 02 de novembro de 2016.

_____. **Lei 10.741/2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm> Acesso em: 03 de novembro de 2016.

_____. **Lei 10.639/2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm> Acesso em: 03 de novembro de 2016.

_____. **Lei 12.343/2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Lei+12.343++PNC.pdf/e9882c97-f62a-40de-bc74-8dc694fe777a>> Acesso em: 03 de novembro de 2016.

_____. **Lei. 8.069/1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 11 de janeiro de 2017.

_____. **Lei 9.503/1997.** Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm Acesso em: 11 de janeiro de 2017.

_____. **Lei 11.788/2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 09 novembro de 2016.

_____. **Lei 9.536/1997.** Regulamenta o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L9536.htm> Acesso em: 03 de novembro de 2016.

_____. **Lei 8.112/1991.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm> Acesso em: 14 de dezembro de 2016.

_____. **Lei 11.892/2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 14 de dezembro de 2016.

_____. **Lei 12.711/2012.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 14 de dezembro de 2016.

_____. **Lei 8.670/1993.** Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 14 de dezembro de 2016.

_____. **Lei 9.394/1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 14 de dezembro de 2016.

_____. **Lei 10.098/2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm> Acesso em: 14 de dezembro de 2016.

_____. MEC. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.** 3º Edição. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 12 de setembro de 2016.

_____. MEC. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. **Parecer CEB/CNE 39/2004**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 de setembro de 2016.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2020)**. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014.

_____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

CEB/CNE. **Resolução 2/2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 14 de dezembro de 2016.

_____. **Resolução 04/1999**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 14 de dezembro de 2016.

_____. **Resolução 6/2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Ensino Médio. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 14 de dezembro de 2016.

_____. **Resolução 039/2004**. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf . Acesso em: 16 de fevereiro de 2017.

CNE/CP. **Resolução 01/2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2017.

CNS. **Resolução 466/2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humano. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

IFRO. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 – 2018**. Disponível em: <<http://estrategia.ifro.edu.br/pdi/wp-content/uploads/sites/6/2014/12/pdi-ifro-2014-2018-versao-preliminar-corrigida.pdf>> Acesso em: 13 de dezembro de 2016.

_____. **Resolução 18/CONSUP/IFRO/2011**. Dispõe sobre o Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa e Inovação – CEPI, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Disponível em: <http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=47&Itemid=11> Acesso em: 13 de janeiro de 2017.

_____. **Resolução 57/CONSUP/IFRO/2014.** Dispõe sobre o Regimento da Comissão de Ética no Uso de Animais – CEUA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Disponível em: <http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=385&Itemid=11> Acesso em: 13 de janeiro de 2017.

_____. **Resolução 79/CONSUP/IFRO/2016.** Dispõe sobre o Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Disponível em: <http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=759&Itemid=11> Acesso em: 13 de janeiro de 2017.

_____. **Resolução 88/CONSUP/IFRO/2016.** Dispõe sobre o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Disponível em: <http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=753&tmpl=component&format=raw&Itemid=11>. Acesso em: 13 de janeiro de 2017.

_____. **Regulamento de Organização Acadêmica.** Porto Velho: IFRO, 2016.

_____. **Regulamento de Estágio nos Cursos Técnicos de Nível Médio.** Porto Velho: IFRO, 2016.

_____. **Regulamento da Emissão, Registro e Expedição de Certificados e Diplomas.** Porto Velho: IFRO, 2012.

_____. **Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas — NAPNEs/IFRO.** Porto Velho: IFRO, 2011.

_____. **Regulamento de Elaboração e Reformulação de Projetos Pedagógicos e de suspensão Temporária e Extinção de Cursos.** Porto Velho. IFRO. 2016.

PNUD. NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010.** Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/PNUD-IDH-2010->Completo.pdf> Acesso em: 13 de dezembro de 2016.

IBGE. **Jaru – População.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=110011&search=rondonia|jaru|info&graficos=-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em 18 de janeiro de 2017.

_____. **Estados - Rondônia – Síntese.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ro>>. Acesso em 24 de janeiro de 2017.

MATIAS, Francisco. **A História de Rondônia.** Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAFUEAG/a-historia-rondonia>>. Acesso em 18 de janeiro de 2017.

IRMÃOS GONÇALVES SUPERMERCADOS. **Quem somos.** Disponível em: <<http://www.irmaosgoncalves.com.br/sobre/>>. Acesso em 19 de janeiro de 2017.

ITALAC. **História da empresa.** Disponível em: <<http://www.italac.com.br/a-empresa/>>. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

PALITOT. Aleks. **Trilhando a História.** A Colonização de Rondônia, terras de pioneiros. Disponível em: <<http://alekspalitot.blogspot.com.br/2015/11/a-colonizacao-de-rondonia-terras-de.html>>. Acesso em 17 de janeiro de 2017.

_____. **Trilhando a História.** Jarú: terra de gigantes. Disponível em: <<http://alekspalitot.blogspot.com.br/search?q=JARU:+A+TERRA+DE+GIGANTES>>. Acesso em 18 de janeiro de 2017.

PORTO VELHO (Estado). **Resolução nº 57/CONSUP/IFRO**, de 12 de julho de 2016. Regimento Interno do *Campus Vilhena*. Porto Velho, 2016.

_____. (Estado). **Resolução nº 65/CONSUP/IFRO**, de 29 de dezembro de 2015. Regimento Geral. Porto Velho, 2015.

RONDÔNIA. **PIB de Rondônia** cresce 3,7% e fecha período de 2010 a 2014 em R\$ 34,031 bilhões; agronegócio teve melhor desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/2016/12/146981/>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2017.

SEPLAN – **RONDÔNIA.** Produto Interno Municipal. Disponível em: <http://www.seplan.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/PIB_20_2002_2007/O%20Produto%20Interno%20Municipal_2010.pdf>. Acesso em 19 de fevereiro de 2017.